

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE - FEAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA APLICADA

VICTOR EMMANUEL FEITOSA HORTENCIO

**UM RESGATE DA TEORIA ESTRUTURALISTA NA INTERPRETAÇÃO DAS
RELAÇÕES COMERCIAIS CONTEMPORÂNEAS ENTRE AMÉRICA LATINA E
CHINA**

MACEIÓ

2016

VICTOR EMMANUEL FEITOSA HORTENCIO

**UM RESGATE DA TEORIA ESTRUTURALISTA NA INTERPRETAÇÃO DAS
RELAÇÕES COMERCIAIS CONTEMPORÂNEAS ENTRE AMÉRICA LATINA E
CHINA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia Aplicada.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Maria Rita Milani.

MACEIÓ

2016

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Janaina Xisto de Barros Lima

H822r	<p>Hortencio, Victor Emmanuel Feitosa. Um resgate da teoria estruturalista na interpretação das relações comerciais contemporâneas entre América latina e China / Victor Emmanuel Feitosa Hortencio. – 2016. 104 f.: il.</p> <p>Orientadora: Ana Maria Rita Milani. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada. Maceió, 2016.</p> <p>Bibliografia: f. 101-104.</p> <p>1. Comércio internacional. 2. Estruturalismo. 4. China. 5. América Latina. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 339.5</p>
-------	--

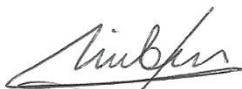
Universidade Federal de Alagoas
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Programa de Pós-Graduação em Economia

“Um resgate da Teoria Estruturalista na Interpretação das Relações Comerciais
Contemporâneas entre América Latina e China”

VICTOR EMMANUEL FEITOSA HORTÊNCIO

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Economia
da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 02 de dezembro de 2016.

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Ana Maria Rita Milani (FEAC-UFAL)
(Orientadora)



Prof. Dr. Fábio Guedes Gomes (FEAC-UFAL)
(Examinador Interno)



Prof. Dr. Eduardo Costa Pinto (UFRJ)
(Examinador Externo)

Dedicatória:

A minha mãe, Wilna, meu pai, Hortencio e ao meu irmão, Luis.

“O subdesenvolvimento, como o Deus Jano, tanto olha para frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social. Somente um projeto político apoiado em conhecimento consistente da realidade social poderá romper a sua lógica perversa”.

FURTADO, Essencial, 2013.

“A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus de Renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta. Passaram-se os séculos e a América Latina aprimorou suas funções. Ela já não é o reino das maravilhas em que a realidade superava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus da conquista, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que, consumindo-os, ganham muito mais do que ganha a América Latina ao produzi-los”.

GALEANO, As veias abertas da América Latina, 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, que se esforçaram na minha formação, mostrando que só através do conhecimento pode-se chegar mais longe. Agradeço a eles também, o apoio dado durante esses dois anos de curso, toda a compreensão e ajuda.

Agradeço a todos os colegas do mestrado, em especial a Paulo Santos, Ana Fontenelle, Tissiana Sousa, Tallyna Tellys, Laís Raquena, Lili Soutinho e Nathália Korolline, que de uma maneira ou de outra, fizeram parte da minha convivência diária diante e durante a empreitada do mestrado. Tenho a certeza de que muitas destas amizades permanecerão por longo tempo após o término do mestrado, muito obrigado.

Agradeço também aos meus amigos, Mirabel Silva e Leonel Barros, pelo apoio e incentivo em continuar essa jornada, como também pelas cobranças e mensagens de perseverança, pois muitas vezes o caminho percorrido até aqui não foi fácil.

Gostaria de agradecer também aos professores da banca examinadora Dr. Fábio Guedes Gomes, por quem tenho muita estima e admiração e Dr. Eduardo Costa Pinto, um pesquisador que indiretamente foi de grande ajuda para a execução desse trabalho, através de seus textos. Sou muito grato por terem aceitado participar desta etapa que se finaliza com esse momento tão importante para mim.

Por fim, faço um agradecimento especial a minha orientadora Prof.^a Dra. Ana Maria Rita Milani, tendo em vista sua dedicação, amizade e orientações valorosas na elaboração deste trabalho, incentivando-me e colaborando no desenvolvimento de minhas ideias.

RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de usar a atualidade do pensamento estruturalista na interpretação da expansão das relações econômicas entre a China e os países da América Latina, a partir do século XXI. O estudo envolve fundamentalmente a pesquisa bibliográfica em obras essenciais do legado estruturalista, como também, a coleta de dados estatísticos do comércio entre a China e a América Latina nos principais bancos de dados internacionais. Tenta-se reconstruir as diferentes trajetórias de desenvolvimento chinesa e latino-americana ao longo da história recente, para poder compreender melhor a situação atual das duas economias estudadas. Observa-se que o grande processo de urbanização e industrialização chinesa proporcionou um gigantesco mercado para a exportação latino-americana, ao mesmo tempo em que se mostrou um potencial fornecedor de produtos manufaturados para muitos dos países da região. Nesse processo de ascensão chinesa e reestruturação da divisão internacional do trabalho, considera-se o surgimento de dois efeitos diferentes na América Latina, um complementar e outro competitivo, dito isto, procura-se identificar quais são os impactos negativos desse comércio bilateral dentro da região e em seus países, de acordo com seus diferentes padrões e estruturas produtivas. Por fim, verificou-se que o padrão de comércio com a China se mostra cada vez mais interindustrial, percebe-se também, que o boom das commodities iniciado nos anos 2000 talvez esteja chegando ao seu fim, e que os efeitos desse acontecimento não se mostram promissores para a América Latina.

Palavras-chave: China; América Latina; Comércio Internacional; Estruturalismo;

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo utilizar el pensamiento estructuralista de hoy en la interpretación de la expansión de las relaciones económicas entre China y los países de América Latina, desde el siglo XXI. El estudio se centra principalmente en la investigación bibliográfica sobre trabajos esenciales del legado estructuralista, sino también la recogida de datos estadísticos del comercio entre China y América Latina en las principales bases de datos internacionales. Tratar de reconstruir las diferentes trayectorias de desarrollo de China y América Latina a lo largo de la historia reciente, para entender mejor la situación actual de las dos economías estudiadas. Se observa que el gran proceso de urbanización e industrialización de China proporciona un enorme mercado para las exportaciones de América Latina, mientras que resultó ser un potencial proveedor de bienes manufacturados a muchos países de la región. En el proceso de ascenso y la reestructuración de la división internacional del trabajo de China, se considera la aparición de dos efectos diferentes en América Latina, una complementaria y otra competitiva, una vez dicho esto, se trata de identificar cuáles son los impactos negativos de este comercio bilateral dentro de la región y en sus países, de acuerdo con sus diferentes modelos y estructuras de producción. Por último, se encontró que las características del comercio con China muestra cada vez más interindustrial, es evidente también que el auge de los commodities se inició en la década de 2000 tal vez está llegando a su fin, y que los efectos de ese evento no son prometedores para América Latina.

Palabras clave: China; América Latina; Comercio internacional; Estructuralismo;

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - China e América Latina: Crescimento do PIB per capita 1990-2000 (<i>Percentual anual</i>).....	61
Gráfico 2 - China e América Latina: Exportação de produtos de alta tecnologia, 1990-2014 (<i>Em US\$ milhões</i>).....	62
Gráfico 3 - Índices de preços das commodities 1990 – 2014.....	79
Gráfico 4 - América Latina: Evolução do fluxo de exportação destinado à China, 2001-2014 (<i>Em US\$ milhões</i>).....	80
Gráfico 5 - China: Taxa de crescimento anual do PIB (%).....	87
Gráfico 6 - América Latina e Caribe: Comércio de bens com a China, 2000-2014 (<i>Em US\$ milhões</i>).....	90
Gráficos 7 e 8 - América Latina: Exportação de produtos para a China agrupados de acordo com a intensidade tecnológica, 2000-2014.....	91
Gráficos 9 e 10 - América Latina: Importações de produtos da China agrupados de acordo com a intensidade tecnológica, 2000-2014.....	92
Gráficos 11 e 12 - América Latina: Estrutura do comércio de bens com o Mundo agrupados de acordo com a intensidade tecnológica, 2000-2014.....	92
Gráfico 13 - Saldo comercial de países selecionados da América Latina com a China, 2014 (<i>Em US\$ milhões</i>).....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Coeficiente de industrialização nos países selecionados da América Latina, 1929. (<i>Em percentual</i>).....	45
Tabela 2 - Evolução dos coeficientes de importação nos países selecionados da América Latina, 1929, 1937, 1947 e 1957. (<i>Em percentual</i>).....	47
Tabela 3 - Incidência de Pobreza na China (<i>milhões</i>)	60
Tabela 4 - Taxa de crescimento anual do PIB (%)	75
Tabela 5 - Índices de preços das commodities 2007 - 2014.....	79
Tabela 6 - América Latina e sub-regiões: variação anual do valor das exportações de bens, 2010-2014. (<i>Em percentual</i>).....	88
Tabela 7 - América Latina: Participação dos principais países exportadores da região no total das exportações de bens para a China, 2014. (<i>Em percentual</i>)	96
Tabela 8 - Países selecionados: Participação dos três principais produtos nas exportações para a China, 2014. (<i>Em percentual</i>).....	96

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - América Latina e Caribe: Participação dos países selecionados no comércio de bens, 2000- 2014. (<i>Em percentual</i>)	83
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Participação da China nas exportações e importações nos Países Latino-Americanos, 2002 e 2011 (<i>Em percentual</i>).....	81
Quadro 2 - América Latina e Caribe (16 países): Exportações de bens para a China, 2012-2014. (<i>Em milhões de dólares e porcentagens</i>).....	88

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A CEPAL E A INTERPRETAÇÃO DA AMERICA LATINA	18
2.1 A origem e as contribuições do pensamento cepalino	18
2.1.1 Concepção do sistema centro-periferia.....	21
2.1.2 Heterogeneidade estrutural	23
2.1.3 Desenvolvimento “hacia afuera” e “hacia adentro”	25
2.1.4 Deterioração dos termos de troca	27
2.2 Caracterização do (sub) desenvolvimento periférico	32
2.2.1 Modernização e dependência.....	40
2.2.2 A industrialização na transformação das estruturas periféricas.....	43
3.TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E AS DIFERENTES TRAJETÓRIAS DA CHINA E AMÉRICA LATINA	48
3.1 O fim dos “Anos Dourados”: A gênese da mundialização financeira	48
3.2.1 A trajetória chinesa: Das políticas econômicas ao crescimento acelerado.....	59
3.2.1 O caminho latino-americano: Do ideário desenvolvimentista à luta pela estabilização econômica	66
4. O “MILAGRE CHINÊS” E SEU REFLEXO NA AMÉRICA LATINA.....	74
4.1 O século XXI: Economia mundial, América Latina e o “efeito China”	74
4.1.1 A crise internacional de 2008 e a América Latina.....	83
4.1.2 O ciclo pós 2011 e a crise atual	85
4.2 América Latina e China: Do padrão comercial a uma relação complexa.....	90
4.2.1 O perfil de uma relação complexa.....	94
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	102

1. INTRODUÇÃO

As teorias cepalinas, propagadas a partir dos anos 1950, sustentavam que a única forma da América Latina poder transitar da periferia ao centro do sistema internacional era a partir do processo de industrialização, rompendo assim a lógica das economias primário-exportadoras. Dessa forma, seria plausível que esta questão já tivesse sido resolvida depois de mais de meio século da publicação do texto *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*, escrito por Raúl Prebich. Mas infelizmente essa questão ainda não foi resolvida.

Prebisch não contava com o protagonismo do “gigante asiático” no século seguinte¹. A história recente mostra que a primeira década do século XXI foi marcada por importantes transformações no sistema econômico internacional. O desenvolvimento econômico recente da China desencadeou uma nova dinâmica no comércio mundial. A crescente demanda chinesa por matérias primas, a internacionalização das empresas chinesas, associadas à adesão a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, estreitou as relações comerciais chinesas, e tem levado o país a aumentar sua participação no comércio mundial, inclusive com os países latino-americanos, que durante os anos 1990 voltaram a se especializar em produtos primários. O panorama conjuntural favorável trouxe um período de bonança para as economias latino-americanas, personificado por uma melhora nas suas taxas de crescimento, emprego e pobreza, a partir dos anos 2002. Em contrapartida, a América Latina vem se especializando gradativamente ao longo dos últimos anos na produção de commodities minerais e alimentares. Por conseguinte, o processo de reestruturação da divisão internacional do trabalho, encabeçado pela China, originou dois efeitos comerciais diferentes na região latino-americana, que dependendo de suas estruturas produtivas, se mostram complementares, competitivos ou ambos.

Diante desse contexto, o debate sobre a necessidade da industrialização regional ainda segue vivo, alimentado, de um lado, pelo desempenho industrial medíocre da região latino-americana, e por outro, pelo fato de ter sido beneficiada pela favorável conjuntura internacional na primeira década do século XXI. Todavia, esse acontecimento de bonança

¹ Sabe-se que a América Latina voltou a se especializar em produtos primários nos anos 1990, com o novo movimento de liberalização econômica – menciona-se a China e sua pujante ascensão econômica no século XXI com o intuito de expor um dos objetos de estudo. É importante destacar que o atual padrão produtivo latino-americano resulta da conjugação de vários fatores, históricos, políticos e econômicos, conformando um quadro mais complexo.

ocorrido na última década e, seus incentivos gerados pelas altas rentabilidades associadas à exportação de matérias-primas, de certa forma, impediram que a diversificação produtiva latino-americana ocorresse de maneira espontânea. Porém, é válido ressaltar, que vivemos hoje uma conjuntura diferente, o período de bonança se esgotou e junto com ele o crescimento econômico e o incremento dos termos de intercâmbio. Diante disso, uma indagação importante é direcionada para o centro da discussão: até que ponto a relação comercial bilateral com a China é benéfica para os países da América Latina?

Em vista da problemática proposta, o trabalho tem o objetivo geral de analisar os reflexos positivos e negativos nascidos das relações comerciais com a China. Com base nesse pressuposto, progredimos em busca de atingir os seguintes objetivos específicos:

- 1- Mostrar as diferentes trajetórias da China e América Latina a partir de uma reconstrução histórica internacional do período recente;
- 2- Entender quais são os interesses da China na América Latina, bem como analisar a forma como vem se perfilando o comércio entre as duas regiões;
- 3- Ponderar os efeitos complementares e competitivos dessa relação, compreendendo sua heterogeneidade estrutural como condicionante desses efeitos.

Por conseguinte, o estudo constitui-se como uma pesquisa teórico-bibliográfica, tendo como referência a pesquisa qualitativa. Faz-se uso também da estatística descritiva, como meio de robustecer os argumentos e ratificar as ideias. Foi realizada uma revisão de literatura nas principais fontes bibliográficas: livros, periódicos, teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos acadêmicos, como também uma pesquisa de dados nos sites oficiais internacionais (WORD BANK, CEPAL, ONU, UNCTAD, OMC, COMTRAD).

Esta dissertação está estruturada em três capítulos: o primeiro integra o quadro teórico de referências, subdividido em duas grandes seções: a primeira estuda a origem e as contribuições do pensamento da CEPAL; a segunda analisa a caracterização do subdesenvolvimento periférico. O segundo capítulo do trabalho estuda as transformações do capitalismo contemporâneo, ao mesmo tempo em que reconstrói as diferentes trajetórias trilhadas tanto pela China quanto pela América Latina, entre os anos 1980 e 1990. Já o terceiro e último capítulo, se subdivide em duas grandes seções; a primeira trata sobre o vertiginoso crescimento chinês durante o século XXI. Logo após essa seção, é feita uma análise sobre os efeitos da crise de 2008 em diferentes ciclos históricos, 2008/2009 e

2011/2014. Em seguida é traçado o perfil das relações comerciais entre a América Latina e a China, estudando sua complexidade, resultado das diferentes estruturas produtivas encontradas na região latino-americana.

E, por fim, são apresentadas as considerações finais.

2. A CEPAL E A INTERPRETAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

2.1 A origem e as contribuições do pensamento cepalino

No período subsequente à Segunda Guerra Mundial veio à tona a reflexão sobre a problemática do subdesenvolvimento. Mais do que no debate acadêmico, essa reflexão foi alimentada pelo debate político nascido das grandes transformações produzidas pelo período pós-guerra². Bastos & Britto (2010) ressaltam que esse período é caracterizado por fortes pressões sociais e políticas, nacionais e internacionais e pelo esforço de desenvolvimento de países que estavam em condições econômico-materiais inferiores aos países mais ricos. Dessa forma, a crise entre guerras aguçou o pensamento crítico desencadeado pelo enfraquecimento dos dogmas liberais surgidos no século XIX. Esses fatores foram somados ao desmantelamento das estruturas coloniais e a emergência de novas formas de hegemonia internacional fundamentadas no controle da tecnologia e da informação e na manipulação ideológica.

Sendo assim, indicadores mais específicos, tais como mortalidade infantil, incidência de enfermidades contagiosas, grau de alfabetização e outras medidas de mensuração logo foram lembradas, contribuindo para alicerçar as ideias de desenvolvimento postos em evidência naquele período. Entrava em pauta então, a discussão sobre o bem-estar social, a modernização e tudo o que sugeria acesso às formas de vida oriundas da civilização industrial. Como resposta, novas instituições internacionais foram criadas (Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), com a função catalizadora de analisar e regular os desequilíbrios internacionais. Em pouco tempo uma vasta literatura especializada no desenvolvimento econômico do Terceiro Mundo despontava no campo do pensamento econômico, ajudada, em grande parte, pelo crescente volume de informações e estatísticas nacionais produzidas e organizadas por esses mesmos organismos internacionais.

Novas interpretações passariam a questionar a eficácia de muitas das receitas impostas pelo pensamento econômico tradicional, que até o momento acreditava-se ser importante para lidar com as crises cíclicas do capitalismo ou com a crescente disparidade do nível de renda entre países ricos e pobres. Porém, motivadas pelo sentido de urgência em relação ao grande

² O debate político se baseava no velho confronto entre as economias capitalistas e socialistas e suas respectivas influências sobre os outros países do globo.

atraso das economias subdesenvolvidas, e influenciadas boa parte pela “revolução keynesiana”, essas novas alternativas teóricas tomaram corpo como resposta às perguntas não respondidas pelo modelo teórico até então vigente. Assim, durante toda a década de 1950, entraria em cena um amplo conjunto de teorias econômicas pregando o papel mais ativo do Estado na promoção do bem estar social e na busca do desenvolvimento. Bielschowsky defende que,

Havia, pois, um certo descompasso entre a história econômica e social e a construção de sua contrapartida no plano ideológico e analítico. A teoria cepalina iria cumprir esse papel na América Latina. Seria a versão regional da nova disciplina que se instalava com vigor no mundo acadêmico anglo-saxão na esteira “ideológica” da hegemonia heterodoxa keynesiana, ou seja, a versão regional da teoria do desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2000, p.24).

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi constituída em 1948, por uma decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1947. A criação ocorreu no contexto das queixas latino-americanas de exclusão com relação ao Plano Marshall³ e de falta de acesso aos “dólares escassos”, que dificultava a reposição dos desgastados aparelhos produtivos da região (BIELSCHOWSKY, 2000). A instituição é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas⁴ e sua sede está localizada em Santiago do Chile. Foi fundada com o objetivo de fazer um diagnóstico da condição de atraso econômico da América Latina, propondo em contrapartida, alternativas direcionadas à promoção do desenvolvimento reforçando as relações econômicas dos países integrantes da região, entre si e com o resto do mundo. Para Bielschowsky (2000, p.20) “a CEPAL desenvolveu-se como uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazos dos países latino-americanos.”

No que tange às contribuições teóricas, a CEPAL foi a principal fonte de informações e análise sobre a realidade econômica e social latino-americana. Seu princípio “normativo” é a ideia da necessidade da contribuição do Estado ao ordenamento do desenvolvimento econômico nas condições da periferia latino-americana (BIELSCHOWSKY, 2000). Mesmo com uma diversidade de conceitos e maneiras de formular a questão do subdesenvolvimento, todo o arcabouço cepalino convergia para a mensagem central de que é necessário realizar

³ O Plano Marshall foi um aprofundamento da Doutrina Truman, conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Europeia, principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial.

⁴ As cinco comissões regionais são: A Comissão Econômica para a África, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, a Comissão Econômica para a Europa, a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico e a Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental (ONU, 2016).

políticas de industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza. Segundo Bielschowsky,

Havia, para os defensores da industrialização, uma espécie de “vazio teórico”, e a descrença em relação à teoria econômica existente gerava perplexidade face à falta de teorias que pudessem ser adaptadas às realidades econômicas e sociais que se tentava entender e transformar (BIELSCHOWSKY, 2000, p.24).

Pode-se identificar também que a evolução das ideias básicas da teoria da CEPAL caminhou de acordo com a realidade econômica dos países da América Latina. Ou seja, à medida que esses países se industrializavam e apresentavam novos problemas internos referentes ao seu padrão de desenvolvimento, o pensamento cepalino se adequava na tentativa de diagnosticar os desequilíbrios apresentados por essas economias. Com isso, os argumentos e conceitos teóricos formulados expressavam a atualidade do período em que foram concebidos. Dessa forma, é possível traçar uma linha histórica com as principais ideias da teoria cepalina, partindo das teorias de inserção internacional e industrialização nas décadas de 1940 e 1950, chegando ao estudo sobre a transformação produtiva com equidade na década de 1990⁵.

A análise econômica estruturalista, diferente das outras disciplinas das ciências sociais, como a linguística e a antropologia⁶, não corresponde a um instrumental metodológico sincrônico ou a-histórico. O estruturalismo da CEPAL é essencialmente um enfoque orientado pela busca de relações diacrônicas, históricas e comparativas, que se relaciona mais ao método “indutivo” do que a uma “heurística positiva” (BIELSCHOWSKY, 2000). Criou-se, por sua vez, um corpo analítico específico, aplicado às condições peculiares e próprias da periferia latino-americana, estudando de forma esquemática e integral a sua relação como o resto do mundo.

Ponto central da teoria cepalina, o conceito *centro-periferia*, representa um conjunto articulado de ideias e visões, que juntos teorizam sobre o subdesenvolvimento econômico latino-americano. Esse traço fundamental é uma contribuição do economista argentino Raúl Prebisch. Essa ideia dicotômica apareceu inicialmente no seu trabalho *Estudo Econômico da América Latina (1948-1949)*, retornando mais tarde, em 1962, no trabalho *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*.

⁵ Uma visão sintética dos elementos analíticos que compõem o pensamento da CEPAL pode ser encontrada no quadro I em Bielschowsky (2000), p.19.

⁶ A expressão original vem da antropologia.

Segundo Prebisch (2000a), o raciocínio relacionado aos benefícios econômicos oriundos da divisão internacional do trabalho tem incontestável validade teórica, no entanto, este é baseado numa premissa que é constantemente desmentida pelos fatos. Segundo essa premissa, os frutos do progresso técnico tendem a se distribuir de maneira igualitária por toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento da renda. Isto posto, ancorados no intercâmbio internacional, todos os países, inclusive os de produção primária conseguiriam sua parcela do fruto do progresso. O autor completa ainda, que a falha principal na premissa dos benefícios da divisão internacional do trabalho consiste em atribuir um caráter geral aquilo que é empiricamente limitado. Então,

Se por coletividade entende-se tão-somente o conjunto dos grandes países industrializados, é verdade que o fruto do progresso técnico distribui-se gradativamente entre todos os grupos e classes sociais. Todavia, se o conceito de coletividade também é estendido à periferia da economia mundial, essa generalização passa a carregar em si um grave erro. Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável aquela de que logrou desfrutar a população desses grandes países. (PREBISCH, 2000a, p.72).

Assim, procurava-se entender as acentuadas diferenças nos padrões de vida das massas das duas regiões econômicas – *centro e periferia*-, bem como, as distintas forças de capitalização e de volume de poupança ligadas diretamente ao nível de produtividade das respectivas economias. Prebisch também se recusou a ver o caso particular das economias subdesenvolvidas como uma condição dada, um modo de ser. Teorizou uma alternativa à hipótese tradicional, observando que a condição estática ou de pouca mobilidade rumo ao crescimento é devido a certos fatores que extrapolam o âmbito econômico – social, racial, religioso, institucional -, que servem como uma âncora ao processo de desenvolvimento (RODRÍGUEZ, 2009).

2.1.1 *Concepção do sistema centro-periferia*

Prebisch já utilizava a expressão “países periféricos” bem antes de ingressar na CEPAL. A categoria servia-lhe até então para salientar a vulnerabilidade latino-americana aos ciclos econômicos, que resultava em processos inflacionários com forte componente exógeno e tendências a contrações cíclicas internas. Na teoria de Prebisch, a violenta contração da capacidade para importar vista nos anos 1930 e seus reflexos nas economias latino-americanas constituíram a referência histórica basilar para a elaboração da distinção entre o modo de funcionamento das economias industrializadas e aquelas fundamentadas no modelo primário-exportador (BIELSCHOWSKY, 2000).

Quando analisada pelo aspecto abstrato teórico, a teoria estruturalista sobre o desenvolvimento econômico tem ideias que coincidem com as teorias do crescimento de origem neoclássica e keynesiana, que o concebem como um processo de acumulação diretamente ligado ao progresso técnico, mediante o qual se pode obter a elevação da densidade de capital e o aumento da produtividade do trabalho e do nível de vida. No entanto, deixando de lado esse traço comum, a concepção estruturalista apresenta uma acentuada diferença em relação às teorias correntes de crescimento a longo prazo, pois não procura interpretar o processo de acumulação e avanço técnico em uma economia modelo, considerada isoladamente, mas procuram elucidar que características assumem o processo de desenvolvimento ao serem propagadas as técnicas capitalistas de produção no âmbito de um sistema econômico mundial constituído por centros e periferias (RODRÍGUEZ, 2009).

Logo, é necessária uma visão global da expansão do sistema capitalista, para elucidar as diferentes estruturas criadas a partir da revolução industrial. Essas estruturas, por sua vez, conformam uma relação de autonomia e dependência, fenômeno recorrente no decorrer da história do capitalismo. Entende-se então, que o estudo dos *centros* e das *periferias* se inicia com a propagação do progresso técnico na economia mundial e termina com a análise do comportamento das economias receptoras dessas tecnologias, condicionando uma simbiose de poder e dependência. Ao explicar a dinâmica das diferentes regiões dentro do sistema centro-periferia, Furtado (2000, p. 76) salienta que,

A iniciativa esteve com a economia que se industrializava e gerava o progresso técnico: a acumulação rápida que nela tinha lugar constituía o motor das transformações que se iam produzindo por toda parte. As regiões que, nesse quadro de transformações, tinham suas estruturas econômicas e sociais moldadas do exterior, mediante a especificação do sistema produtivo e a introdução de novos padrões de consumo, viriam a constituir a periferia do sistema.

O esforço de propagação das técnicas irradiadas das regiões centrais tinha o objetivo de superar os obstáculos físicos e econômicos que pressionavam a redução da eficácia do processo acumulativo. Por seu turno, o núcleo industrial buscava ampliar sua zona de ação criando uma constelação de economias dependentes (FURTADO, 2000). O impacto da expansão do núcleo industrial capitalista sobre as estruturas dependentes variou de região para região, sempre de acordo com as circunstâncias locais, não obstante, o resultado se mostrava invariavelmente o mesmo, a criação de estruturas híbridas. Uma parte tendia a reproduzir a dinâmica do sistema capitalista, e a outra, a circunscrever-se dentro da estrutura arcaica preexistente. Destarte, a economia dualista constitui especificamente o fenômeno do

subdesenvolvimento. Nesses termos, a caracterização principal das economias subdesenvolvidas situa-se na existência de uma deformação estrutural personificada no dualismo atrasado-moderno, isto é, na conformação de uma relação próxima em termos geográficos, mas distante no que se refere a níveis tecnológicos e produtivos.

Diante disso, o conceito de centro-periferia está implicitamente ligado à ideia de desenvolvimento desigual; os centros se identificam como as economias originárias das técnicas capitalistas, núcleos irradiadores de processos de produção (FURTADO, 2000). A periferia, por sua vez, é constituída por economias cuja produção permanece inicialmente atrasada pela ótica tecnológica e organizacional (RODRÍGUEZ, 2009). Entretanto, essa ideia se mostra bem mais complexa do que esse conceito inicial, pois, além dessa diferenciação primeira, as regiões periféricas só absorvem o progresso técnico nos setores específicos de sua população e estrutura, não penetrando na economia como um todo, a não ser nos setores ligados a produção de alimentos e matérias primas direcionada aos grandes centros industriais, conformando assim, uma estrutura heterogênea.

2.1.2 Heterogeneidade estrutural

O conceito de heterogeneidade estrutural procura interpretar os desequilíbrios internos do subdesenvolvimento a partir das suas peculiaridades históricas e estruturais, surgindo assim, como uma interpretação alternativa à economia tradicional. Na concepção de heterogeneidade estrutural, os países em desenvolvimento apresentam, em sua maioria, disparidades entre setores e regiões. Elas se referem ao grau de modernidade ou atraso de cada setor, como também a capacidade de gerar transbordamentos positivos, densidades tecnológicas e produtividades internas para seu entorno. Neste sentido, a distribuição das diferentes atividades sobre o espaço nacional pode levar à ocorrência de disparidades regionais referentes à maior dinâmica possibilitada pela presença das atividades mais produtivas em determinadas regiões em detrimento de outras, onde prevaleçam atividades com menor grau de dinamismo econômico.

Um dos assuntos analisados por Pinto (2000) é a identificação das diferenças entre a heterogeneidade estrutural latino-americana pós-industrial e o enfoque dualista clássico.

Com respeito à concepção econômica do dualismo, parece evidente que ela se identifica com um caso extremo e “abstrato” das economias exportadoras de produtos primários, isto é, o dos “enclaves”. Aí se delinea a diferenciação entre o “complexo” exportador e o “resto”, sendo mais ou menos completa a separação entre essas duas áreas. Relembrando Singer,

poderíamos dizer que o complexo exportador, embora geográfica e politicamente situado dentro do país, na verdade constitui, em termos econômicos, uma “extensão” ou uma parte do sistema “central”. Seja como for, o aspecto principal não é o de se tratar de áreas diferenciadas, mas de ser nula ou mínima a “irradiação” do *locus* exportador para o “interior” [*hinterland*]. Um cresce de e para fora, enquanto o segundo “vegeta” sem estímulos, a não ser os “endógenos” (PINTO, 2000, p.569).

O autor não nega a existência desse enclave mais simplista em algum momento na história, ou mesmo, a predominância dele em certas áreas da América Latina. Porém, não se pode negar que o processo de aprofundamento ou desenvolvimento da industrialização, visto de forma ampla, compreendendo todas as atividades complementares, modificou sensivelmente e em diversos graus a estrutura dualista mais evidente.

Sendo assim, segundo Pinto (2000), a condição heterogênea na América Latina pode ser observada a partir da decomposição da economia em três “camadas básicas”: a camada “primitiva”, dedicada à produção para a subsistência, cujos níveis de produtividade e renda *per capita* se assemelham à economia colonial; no extremo oposto, a camada “moderna” composta pelas atividades de exportação, industriais e de serviços, com elevados índices de produtividade semelhantes às médias das economias desenvolvidas; e na posição “intermediária”, ou seja, entre os extremos, haveria uma camada caracterizada por um nível de produtividade correspondente à média do sistema nacional.

Tomando a experiência das economias centrais como modelo, evidencia-se a tendência de longo prazo do processo de “homogeneização” dos sistemas, pela propagação irregular, não uniforme, da dinâmica e do nível de produtividade dos setores líderes aos outros setores menos dinâmicos. Essa tendência não se deu de forma espontânea ou natural, a influência das políticas econômicas e sociais, principalmente no período pós-guerra, corresponderam como fator essencial nesse processo. Imaginou-se então, que esse mesmo processo de homogeneização, desencadeado pelo polo industrial se repetiria na periferia latino-americana, pelo menos é o que desejavam os defensores da industrialização regional. Todavia essa expectativa não durou muito, essa visão otimista com o passar do tempo se apagou ou desapareceu (PINTO, 2000).

Os motivos da mudança de ânimo foram explicados em quatro pontos por Pinto (2000): 1) o ritmo do desenvolvimento não engrenou, estando longe de consolidar-se e se tornar autossustentado; 2) a dependência metamorfoseou-se, porém ainda continuou presente, talvez em muitas situações mais influente que em outras (endividamento crônico, alienação

das decisões da política econômica, subordinação tecnológica e estrangeiração de atividades básicas); 3) grande parte da população, da estrutura produtiva e do espaço econômico foi marginalizada, de forma total ou substancial, do avanço encontrado no polo moderno, havendo assim uma tríplice concentração dos frutos do progresso: no nível social, nas camadas econômicas e no nível regional; 4) e por fim, não se encontrava nenhum vestígio de que a situação anterior - de heterogeneidade estrutural - viesse a se corrigir ou modificar. Pelo contrário, parecia mais provável que esta tinha uma tendência a acentuar-se com o passar do tempo.

2.1.3 Desenvolvimento “*hacia afuera*” e “*hacia adentro*”

Outro conceito complementar, originado da relação *centro-periferia*, é o de “desenvolvimento para fora”, no qual os métodos indiretos de produção gerados pelos centros industriais se difundem com um relativo atraso nas periferias, se propagando de maneira irregular, identificando a predominância das novas técnicas tão somente nos setores exportadores de produtos primários e/ou em algumas atividades econômicas ligadas a esse setor exportador, passando assim a coexistir dois setores numa mesma região, reproduzindo por sua vez, uma estrutura heterogênea, híbrida, na relação complexa entre o arcaico e o moderno.

Diante disso, diferente dos centros industriais, a periferia conta com uma estrutura produtiva especializada e heterogênea, enquanto os centros industriais se caracterizam por ter uma estrutura diversificada e homogênea. Sendo assim, essa diferenciação estrutural dita às regras das pautas tradicionais da divisão internacional do trabalho, como pontua Rodríguez (2009, p.82) “[...] no sistema econômico mundial, ao polo periférico cabe produzir e exportar matérias primas e alimentos, enquanto os outros cumprem a função de produzir e exportar bens industriais”.

A estrutura da periferia formada mediante o desenvolvimento *para fora*, se mostrou com dois traços fundamentais, tais como: a) uma parte da estrutura é especializada ou unilateralmente desenvolvida, já que uma parte considerável dos recursos produtivos é voltada a ampliação do setor exportador de produtos primários; e b) a demanda de bens e serviços nesta região, que aumenta e se diversifica, tende a ser satisfeita, em sua maioria, através das importações (RODRIGUEZ, 2009).

Tavares (2000) descreve as principais características do modelo tradicional de desenvolvimento *para fora*. Nesse modelo, de acordo com a autora, é comum acentuar-se o alto peso relativo do setor externo para as economias primário-exportadoras dando ênfase ao papel desempenhado por duas variáveis básicas: a) as exportações como variável exógena responsável pela geração de importante parcela da renda nacional e pelo seu crescimento e b) as importações como fonte flexível de suprimento dos vários tipos de bens e serviços necessários ao atendimento de parte apreciável da demanda interna. Quando visto de forma sintética, não fica evidente a peculiaridade desses dois componentes quando comparados aos das economias centrais. Para esclarecer essa especificidade, o ideal é examinar o papel das exportações em ambos os casos (*centro e periferia*).

Nas economias centrais, embora as exportações fossem um componente importante e dinâmico da formação da renda nacional, sem a qual não se poderia materializar a expansão desta, não cabia a ela o protagonismo pelo crescimento da economia. Na verdade, essa variável exógena somava-se a outra variável endógena de grande relevância, que seria o investimento autônomo acompanhado de inovações tecnológicas. A junção dessas duas variáveis, interna e externa, permitiu que as oportunidades do mercado exterior fossem acompanhadas pela diversificação e integração da capacidade produtiva nacional (TAVARES, 2000). Segundo Tavares (2000, p. 220), as exportações na periferia latino-americana tinham uma dinâmica diferente,

[...] [não só] eram praticamente a única componente autônoma do crescimento da renda, como também o setor exportador representava o centro dinâmico de toda a economia. É certo que a sua ação direta sobre o sistema, do ponto de vista da diversificação da capacidade produtiva, era forçosamente limitada, dada a base estreita em que assentava: apenas um ou dois produtos primários.

A trajetória da mudança do *desenvolvimento para fora* na direção do *desenvolvimento para dentro*, esteve inicialmente vinculada a acontecimentos alheios aos limites nacionais das economias periféricas, ou seja, ocorreu devido a transformações ou movimentos cíclicos ocorridos na economia mundial. Destacando-se acontecimentos específicos de grande relevância, como por exemplo, as duas grandes guerras e as crises econômicas.

A crise dos anos 1930 provoca uma drástica redução do preço e do volume das exportações primárias, a qual – somada à situação prévia de endividamento – gera uma aguda escassez de divisas. Torna-se portanto imprescindível restringir as importações por meio das políticas cambial e tarifária, ou pela simples proibição direta. Do mesmo modo, as medidas propensas a manter o nível de renda e de emprego incidem favoravelmente

sobre a demanda de bens cuja oferta externa se encontra limitada. Surgem, assim, condições favoráveis para a produção interna de manufaturas em substituição às suas similares importadas (RODRÍGUEZ, 2009, p.83).

Sendo assim, surgem condições promissoras para o incentivo à produção interna de manufaturas, substituindo as que antes eram importadas para se atender a uma demanda ociosa que não poderia ser mais satisfeita pelas importações devido às consequências dos estrangulamentos externos.

Então, como forma de superar os percalços trazidos pelos períodos cíclicos da economia mundial, o que se propunha como *desenvolvimento para dentro* era um modelo de desenvolvimento pela via industrial. A partir dessa perspectiva, foram gestadas as ideias que vieram a dar base ao desenvolvimento de políticas públicas nacionais dos países da América Latina, indicando claramente que o caminho dessas políticas seria a industrialização com intervenção do Estado, a partir da implementação do Processo de Substituição de Importações, e cujo resultado seria a superação da condição subdesenvolvida desses países, alterando suas estruturais e suas respectivas inserções na divisão internacional do trabalho⁷.

2.1.4 Deterioração dos termos de troca

Se contrapondo à validade dos benefícios econômicos da divisão internacional do trabalho, na qual os frutos do progresso técnico tendem a se distribuir de maneira igualitária por todas as economias nacionais, Prebisch desenvolveu a teoria da deterioração dos termos de troca. O autor identificou que os benefícios do progresso tecnológico se concentravam nos países centrais, o que trouxe à periferia perdas em termos de preços relativos ao longo dos anos, situação que vai de encontro à teoria que deu base a divisão internacional do trabalho.

De acordo com Rodríguez (2009), as formulações teóricas de Prebisch a respeito da deterioração dos termos de troca se orientam em três versões⁸: contábil, ciclos e industrialização. De maneira que essas diferentes versões não se chocam ou se contrapõem, pelo contrário, são complementares para o entendimento das causas e efeitos da deterioração dos termos de troca ao longo do tempo.

⁷ É importante ressaltar que a industrialização já vinha de desdobrando. Dessa forma, não foi a força das ideias que determinaram a necessidade da industrialização, mas sim a força das circunstâncias.

⁸ Bielschowsky (2000) divide a tese de deterioração dos termos de troca em duas versões, as duas são bem parecidas com as expostas aqui, até porque também são formulações das mesmas ideias de Prebisch, o que mudam são as subdivisões e as junções dos argumentos. Porém, ambas são centradas na ideia das vantagens comparativas dinâmicas da produção industrial, ou das desvantagens comparativas dinâmicas da especialização em bens primários.

A abordagem contábil é relacionada à evolução das produtividades e renda no centro e na periferia. Ou seja, Prebisch canaliza seu esforço de análise para entender as razões pelas quais existe uma diferenciação no nível de renda média entre essas duas regiões, salientando que,

Em geral, o progresso técnico parece ter sido mais acentuado na indústria do que na produção primária dos países da periferia [...] Por conseguinte, se os preços houvessem caído em consonância com o aumento da produtividade, a queda teria tido que ser menor nos produtos primários do que nos industrializados, de modo que a relação de preços entre ambos teria melhorado persistentemente em favor dos países da periferia, à medida que se desenvolvesse a disparidade das produtividades. Se houvesse ocorrido, esse fenômeno teria tido um profundo significado. Os países periféricos teriam aproveitado, com a mesma intensidade que os países centrais, a baixa dos preços dos produtos finais da indústria. Desse modo, os frutos do progresso técnico ter-se-iam distribuído equitativamente no mundo inteiro, segundo o pressuposto implícito no esquema da divisão internacional do trabalho [...] (PREBISCH, 2000a, p.80-81).

Nesse contexto, a divisão internacional do trabalho proporcionaria uma distribuição equitativa de renda ao distribuir os ganhos do progresso técnico entre as partes que integram o comércio internacional; eliminaria então, a necessidade de países produtores primários produzirem bens industriais, e de produtores industriais produzirem bens primários. A plenitude desse processo se materializaria com a especialização completa das economias naquilo que tivessem mais adaptadas a produzir, resultado de fatores naturais ou artificiais. Como consequência, cada economia chegaria o mais próximo possível da eficiência produtiva, compartilhando os ganhos do progresso técnico.

Entretanto, Raúl Prebisch identificou que na realidade esse processo não ocorreu, aconteceu na verdade, a situação oposta, isto é, mesmo com a evolução tecnológica mais acentuada no centro, verificou-se por meio de uma série histórica⁹ que refletia a relação de preços entre os produtos primários e industriais durante os anos 1876 e 1947, a existência de uma queda significativa do poder de compra da periferia, o que favoreceu claramente os países centrais. Sendo assim, o autor chegou às seguintes considerações: os preços não baixaram de acordo com o progresso técnico; enquanto o custo tendeu a baixar em virtude da produtividade, a renda dos empresários e dos fatores de produção aumentou. “Nos casos em que a elevação da renda foi mais intensa que a da produtividade, os preços subiram, em vez de diminuir” (PREBISCH, 2000a, p.83). De modo que a renda dos centros cresceu mais do que

⁹ Essa série pode ser vista de forma mais detalhada na Tabela 1 no texto: *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais* (PREBISCH, 2000, p. 81).

sua produtividade, ao passo que na periferia ocorreu o processo oposto. “Em outras palavras, enquanto os centros preservaram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles uma parte do fruto do seu próprio progresso técnico” (PREBISCH, 2000a, p.83).

Já a abordagem dos ciclos procura elucidar as causas do processo de deterioração dos termos de troca. Prebisch (2000a) faz uma relação direta entre as fases cíclicas da economia e o aumento da renda média dos trabalhos dos centros industrializados. Para o autor “seria impossível compreender a razão desse fenômeno sem relacioná-lo com o movimento cíclico da economia e com a forma como ele se manifesta nos centros e na periferia [...]” (PREBISCH, 2000a, p.86). Pois o ciclo é a forma de crescimento imanente ao capitalismo, assim como o aumento da produtividade é um dos fatores principais do seu crescimento.

Segundo essa abordagem, durante a fase ascendente do ciclo há um aquecimento da demanda, que possibilita uma situação em que as relações de preço passam a favorecer os produtos de bens primários. Isso ocorre porque existe um descompasso entre a oferta e a demanda, principalmente no caso dos bens primários; há uma demora no ajuste da oferta após a modificação na demanda, elevando os preços desses bens em caso de aumento da procura. Com isso, a combinação entre demanda elevada e oferta lenta em se ampliar ou se adequar, levaria a uma transferência da lucratividade dos centros para a periferia através da maior velocidade com que ocorrem os aumentos dos preços primários em relação aos preços dos produtos industriais.

Todavia, o grande problema para a periferia se manifesta na fase descendente do ciclo econômico, do mesmo modo que os preços sobem mais rapidamente no “boom” cíclico da economia, os preços primários tendem a cair de forma mais acelerada na fase de contração econômica, resultando no distanciamento dos preços dos bens finais em relação ao dos primários no decorrer dos ciclos. De acordo com Prebisch,

A razão é muito simples. Durante a fase ascendente, uma parcela dos lucros vai-se transformando em aumentos de salários, em virtude da concorrência dos empresários entre si e da pressão exercida em todos eles pelas organizações trabalhistas. Quando, na fase descendente, lucro tem que contrair, a parte que se transformou nos citados aumentos perde sua liquidez no centro, em virtude da conhecida resistência à queda dos salários. A pressão desloca-se então para a periferia, com força maior do que a naturalmente exercível, pelo fato de não terem rígidos os salários ou os lucros no centro, em virtude das limitações da concorrência (PREBISCH, 2000a, p.87).

Assim, quanto mais resistente for a diminuição da renda nos centros, devido a rigidez dos salários, maior será a pressão para a contração da renda na periferia, face à desorganização sindical e à correspondente falta de rigidez salarial, somada à abundante oferta de mão de obra, que tende a puxar naturalmente o nível de salários para baixo. Analisando esses argumentos, verifica-se que esses fatores problemáticos podem ser considerados uma característica estrutural determinante para o sucateamento da renda interna dos países periféricos e que, se não sanados, tendem a perpetuar a deterioração dos termos de troca ao longo do tempo nessas regiões.

A “versão industrialização” teve como pano fundo a intensificação do processo de industrialização latino-americano ocorrido na década de 1950. Sendo assim, Prebisch analisa as disparidades nos termos de intercambio a partir de uma nova estrutura econômica da periferia, a industrial.

Existem duas proposições que explicam os empecilhos ao desenvolvimento das economias de industrialização tardia. A primeira, diz que a industrialização é a forma de crescimento imposta pelo progresso técnico nos países periféricos. A segunda, diz que esse crescimento da economia é acompanhado por tendências persistentes de desequilíbrio externo, que, por sua vez, a eliminação desse desequilíbrio é indispensável para se conseguir o crescimento regular da economia (PREBISCH, 2000b). Segundo Prebisch, a origem dessas tendências para o desequilíbrio,

[...] encontra-se precisamente nas transformações provocadas pelo próprio progresso técnico. São transformações, por um lado, nas formas de produzir e na demanda e, por outro, no modo como a população ativa se distribui para satisfazer a essa demanda dentro de cada país e no âmbito da economia mundial (PREBISCH, 2000b, p.182).

O fenômeno do desequilíbrio externo se deu pelas transformações que o progresso técnico desencadeou na periferia. Em geral, o progresso técnico foi reduzindo a proporção em que os produtos primários intervêm no valor dos produtos finais, isto é, houve uma diminuição progressiva no teor de produtos primários na renda real da população, especialmente nos grandes centros industrializados. Sendo assim, a evolução das técnicas produtivas no centro, como por exemplo, diferentes maneiras de melhor aproveitamento dos insumos e a utilização de materiais sintéticos, possibilitou uma queda relativa da participação dos produtos primários no valor dos produtos finais ao longo do tempo. Percebendo que “os materiais elaborados por processos sintéticos, como os nitratos, as fibras artificiais e os

plásticos, substituem produtos naturais em campos cada vez mais importantes da atividade industrial” (PREBISCH, 2000b, p.82).

Segundo Prebisch (2000b), a inovação técnica introduzida pela industrialização, foi o fator dinâmico que desencadeou as mudanças nos padrões da demanda. Pois o aumento da produtividade e da renda *per capita* trazido pelas inovações permitiu que a demanda buscasse novas formas de satisfação. O autor completa que, quando a renda aumenta, a demanda se diversifica, porém há somente um pequeno aumento da procura referente aos alimentos habituais, que são normalmente saciados depois de certo limite¹⁰. Entretanto, de maneira oposta, com a elevação da renda cresce consideravelmente a demanda dos diversos artigos em que as inovações se intensificam. Fator que mostra a relação causal - não simétrica - entre o crescimento da produção primária e a renda real. Além da tendência a diversificação dos produtos industrializados, cresce também a demanda de serviços pessoais, subtraindo ainda mais a proporção em que os produtos primários entram no atendimento da demanda global da população.

A combinação de todos esses fatos, resultantes da evolução da técnica produtiva, tem uma consequência de importância primordial para a periferia, pois, em virtude deles, as importações de produtos primários nos centros industrializados tendem a crescer com menor intensidade do que a renda real. Em outras palavras, a elasticidade-renda da demanda de importações primárias dos centros tende a ser menor que um (PREBISCH, 2000b, p.183).

Por outro ângulo, sabe-se que a industrialização da periferia modifica a composição da demanda interna por importações, crescendo naturalmente a procura por bens com maior densidade tecnológica. Entretanto, tais demandas seriam atendidas pela produção do centro¹¹. Desse modo, se formaria um quadro pelo qual, dada uma expansão da renda tanto na periferia, quanto no centro, ocasionaria um duplo movimento negativo na periferia, pois as exportações primárias perderiam importância na composição da demanda no centro, ao passo que suas importações de produtos finais, oriundos do centro, aumentariam cada vez mais. Essa situação configura um quadro de déficits na balança comercial¹² nas economias de industrialização tardia.

¹⁰ O autor cita o caso particular da industrialização de alimentos, “a fim de conseguir maior higiene, conservação ou comodidade”, outra situação que diminui ainda mais a relação entre renda e consumo de produtos primários (PREBISCH, 2000b, P.183).

¹¹ A dinâmica das inovações nos centros é muito mais intensa do que na periferia; por uma série de motivos, históricos, econômicos, sociais, políticos e estruturais, o centro da economia capitalista é o precursor das inovações tecnológicas.

¹² Chamado também de insuficiência da capacidade para importar.

Dentro dessa perspectiva de deterioração de termos de troca, Prebisch também trabalha os condicionantes do desemprego estrutural, causado principalmente, segundo o autor, pela utilização na periferia dos mesmos padrões tecnológicos dos países desenvolvidos, ou seja, equipamentos de alta densidade de capital¹³. Essa situação segundo Bielschowsky,

Contemplava a tendência “potencial” à deterioração, devido ao excesso de mão de obra na agricultura subdesenvolvida da periferia [...] cujo eventual emprego em atividades exportadoras resultaria em expansão da oferta que deprimiria os preços internacionais, resultando em menor valor apesar do maior volume de produção (BIELSCHOWSKY, 2000. p.28).

É válido ressaltar que a tecnologia importada dos centros é por natureza poupadora de mão de obra, devido às condições estruturais específicas das economias centrais, onde se verificou ao longo de seu processo de industrialização uma crescente escassez do fator trabalho, situação oposta à periferia, caracterizada pelo excesso de mão de obra. Assim, a adoção do padrão tecnológico do centro gera um modelo econômico incapaz de absorver o excedente de trabalhadores, até porque o contingente que se desemprega na agricultura não pode ser absorvido em outras atividades devido à incipiência dos outros setores.

2.2 Caracterização do (sub) desenvolvimento periférico

Celso Furtado “foi o intelectual mais dedicado a cobrir a análise cepalina com legitimação histórica. Dedicou-se a tarefa não só como historiador mas também como teórico do subdesenvolvimento” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.22). O autor foi um dos principais idealizadores da teoria do desenvolvimento na América Latina, tornando-se um dos precursores do pensamento cepalino, compondo assim, no final dos anos 1940, a recém-criada Comissão Econômica para a América Latina. A sua contribuição teve como função intencional defender a importância de entender o subdesenvolvimento como um contexto histórico específico, exigindo uma teorização própria. Amparada por sua vez, na concepção de Prebisch sobre o capitalismo, isto é, na visão dicotômica de *centro-periferia*.

A grande preocupação do desenvolvimento estruturalista era suprir a incapacidade dos modelos de crescimento de captar holisticamente as transformações das estruturas econômicas, fazendo uso do enfoque histórico-estrutural. Para Furtado a falha fundamental apresentava-se no fato de ignorar que o desenvolvimento econômico possuía uma nítida dimensão histórica. Pois os modelos que derivavam de um modelo histórico limitado, não poderiam ter elevado grau de generalidade, consubstanciados somente pela análise de um caso

¹³ Prebisch utilizou esse argumento no caso da implantação da tecnologia no setor agrário.

específico ou particular. Para Furtado, estudar de forma integral o desenvolvimento exige a interação do econômico como o não econômico, analisando as complexas relações entre os sistemas econômicos nacionais de forma diacrônica. O ponto de partida da análise do subdesenvolvimento é o comportamento das áreas que assimilaram como por enxerto as técnicas forâneas voltadas para o processo produtivo, impulsionado pela expansão da economia industrial. Para Furtado,

[...] o subdesenvolvimento é uma variante do desenvolvimento, melhor, é uma das formas que historicamente assumiu a difusão do progresso técnico. O fato de que as estruturas que o conformam se hajam reproduzido no correr de decênios não nos autoriza a prever sua permanência futura. Mas podemos afirmar que a tendência dominante é no sentido dessa reprodução. (FURTADO, 1992, p.13)

A teoria organizada por Furtado esquematiza, fundamentalmente, a relação existente entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, isto é, mostra a simbiose existente entre os dois estados, comparando as duas situações como os lados da mesma moeda, interpretando um, como subproduto do outro. Essa teoria tem como ponto de partida a divisão do mundo em dois sistemas econômicos integrados pelo intercâmbio comercial, entretanto distantes por diferenças estruturais gritantes. O *centro* e a *periferia* compõem as estruturas desenvolvidas e subdesenvolvidas, respectivamente.

Para o autor, o fenômeno de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, estendendo-a. De modo que se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa, porém essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico apenas. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão social do trabalho. Consequentemente, é na satisfação das múltiplas necessidades de uma coletividade que se mostra a complexidade da estrutura, no que tange o conjunto econômico nacional. Essa complexidade estrutural sofre a ação permanente de uma multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam a análise e o entendimento da ideia de crescimento. Furtado sintetiza que,

[...] o desenvolvimento tem lugar mediante aumento de produtividade ao nível do conjunto econômico complexo. Esse aumento de produtividade (e de renda *per capita*) é determinado por fenômenos de crescimento que têm lugar em subconjuntos, ou setores, particulares. As modificações de estrutura são transformações e proporções internas do sistema econômico, as quais têm como causa básica modificações nas formas de produção, mas que não poderiam se concretizar sem modificações na forma de distribuição e utilização da renda. (FURTADO, 1983b. p.79).

O aumento da produtividade física relacionado ao conjunto da força de trabalho de um sistema econômico é possível a partir da introdução de formas mais eficazes de utilização dos recursos disponíveis, que podem ser a inovação tecnológica e a acumulação de capital e, como também, o mais comum, a conjugação dos dois recursos. Por outro lado, a realocação de recursos que acompanha o aumento do fluxo de renda é condicionada pela composição da procura, ou seja, a expressão de valores de dada sociedade. De maneira que o subdesenvolvimento se traduz simultaneamente como um problema de acumulação e progresso técnico, somado a um problema de expressão dos valores de uma coletividade (FURTADO, 1983b).

Furtado delimita como marco histórico a Revolução Industrial desencadeada no século XVIII. Pois o entendimento do subdesenvolvimento requer uma análise do processo histórico diretamente ligado à forma de como ocorreu o aprofundamento e a difusão do capitalismo industrial no mundo, fomentados inicialmente pela aceleração do processo acumulativo e pela apropriação do excedente. Posteriormente perpetuadas pelas inovações inseridas no processo produtivo. Dessa forma, a Revolução Industrial ocasionou uma ruptura brusca no *modus operandi* da produção, que criou num segundo momento, um complexo sistema de divisão internacional do trabalho, integrando e transformando as economias nacionais em parte de um sistema global.

Com efeito, o advento da uma economia industrial na Europa nos últimos decênios do século XVIII, ao provocar uma ruptura na economia mundial da época, representou uma mudança de natureza qualitativa, ao mesmo título da descoberta do fogo, da roda ou a do método experimental. (FURTADO, 2009, p.148)

Por conseguinte, ao se analisar a forma progressiva e peculiar de como se deu a difusão do capitalismo industrial no mundo, torna-se mais fácil entender a coexistência de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nessa perspectiva, é importante estudar o mecanismo que faz com que a condição de subdesenvolvimento se perpetue e se reproduza. O estudo do subdesenvolvimento nos países periféricos se inicia com a análise exógena da expansão industrial europeia do século XVIII e se prolonga na análise endógena de como essas sociedades receberam essa estrutura e reagiram a essa penetração.

O processo que culminou na Revolução Industrial foi longo e progressivo, a transformação da economia comercial europeia em economia preponderantemente industrial durou aproximadamente três séculos. Furtado argumenta que não nos cabe entrar em minúcias

sobre as complexas e profundas transformações do sistema econômico europeu. Porém, é importante chamar a atenção para o fenômeno da importância ascendente da técnica no processo produtivo.

Furtado (2009) considera o processo de desenvolvimento como a expansão do universo econômico, contudo esse universo tende a ser bastante heterogêneo, pois cada economia tem uma série de especificidades que facilitam ou retardam essa expansão. A ideia consiste que o desenvolvimento é um processo predominantemente desigual, não uniforme, pois depende da forma como se encontram as estruturas técnicas, naturais e sociais de cada região. De modo que a eclosão da Revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII resultou da convergência de uma série de fatores.

De forma sintética, o intercâmbio teve função importante para a expansão da fronteira comercial, com a expansão e intensificação do comércio as linhas comerciais começaram a apresentar sintomas de saturação. O comércio europeu tinha alcançado os extremos da Europa criando conflitos com regiões vizinhas. Como resultado da concorrência intensificada e do aumento das tensões, foi necessária uma unificação política dos Estados Nacionais europeus. Essa unificação fez os burgueses da primeira metade do século XIV se organizarem para se defender dentro das fronteiras nacionais.

Com a tensão crescente no comércio europeu, originada por uma concorrência cada vez maior, fez-se necessário criar novas formas de combater a concorrência, isso repercutiu diretamente no regime de organização da produção, passando a partir deste momento, ter os custos significação crescente no sistema produtivo. Como resultado do desdobramento e da intensificação da concorrência criou-se as organizações coletivas de produção ou “fábricas”¹⁴. Uma das primeiras consequências do estabelecimento desse sistema de corporações fabris foi a corrida da diminuição do salário real dos artesãos transformados em operários. O salário era o item principal que compunha o custo de produção arcaico, para reduzi-lo foram empregados vários métodos. Inicialmente foi feita uma redução no nível dos salários, todavia ficou evidente que existia um limite de subsistência. Paralelamente a isso, a evolução dos métodos produtivos mostrou que dividindo melhor o trabalho e usando os instrumentos adequados, se poderia ter um resultado mais vantajoso do que simplesmente reduzir salários.

¹⁴ Neste caso são as primeiras corporações de produção organizadas pelos mestres tecelões.

Assim, o importante é compreender que surgira um novo sistema de organização de produção que dera bastante importância ao custo do que se produzia. Essa política de redução de custos induz a progressivos aperfeiçoamentos das técnicas de produção, abrindo um caminho interminável de possibilidades.

Não há dúvida de que o desejo de compreender e explicar o mundo físico e metafísico tem sido comum a todas as culturas. Entretanto, foi somente na economia industrial que esse impulso fundamental humano se incorporou ao elemento motor do sistema econômico. É fácil compreender a força explosiva que resultaria da conjugação desses impulsos básicos do homem: o desejo de riqueza e poder, e a aspiração de compreender e explicar o mundo em que vivemos. (FURTADO, 2009, p.135)

Furtado deixa claro a importância da continuidade do avanço tecnológico para o processo de desenvolvimento. Impulsionada pela Revolução Industrial, a técnica de produção se tornou ponto focal no sistema produtivo, dando respaldo para o crescimento e a perpetuação desse mesmo sistema. Isto posto, o autor interpreta que,

A eficiência produtiva e o avanço da técnica constituem, portanto, no novo sistema econômico, a fonte do lucro do empresário e a oportunidade de aplicar remuneradoramente esses lucros. Cabe, assim, a tecnologia desempenhar o papel de fator dinâmico central na economia industrial. E, como a tecnologia não é outra coisa senão a aplicação ao sistema produtivo do conhecimento do mundo físico, pode-se afirmar que a economia industrial só encontra limites de expansão na própria capacidade do homem para penetrar no conhecimento do mundo em que vive. (FURTADO, 2009, p.137).

A transição da economia comercial para a industrial traz consigo mudanças profundas no sistema econômico. A economia industrial por meio de métodos produtivos mais eficientes se torna cada vez mais capitalística, intensificando mais e mais o uso de equipamentos e outras formas de capital. Observa-se que a economia industrial ao contrário do que ocorria nas economias comerciais, não precisava de uma expansão das fronteiras geográficas para se desenvolver, pois o desenvolvimento se torna algo imanente ao sistema econômico industrial e se processa dentro de sua própria estrutura produtiva. Assim, a totalidade do capital deve ser reintroduzida continuamente na produção. Se houver uma interrupção do reinvestimento, o sistema entrará em recessão.

Na economia industrial, a renda do empresário, igualmente como a do assalariado e qualquer outra, tem que ser reintroduzida no circuito econômico para que esse não se interrompa [...] Para funcionar sem dificuldades, o sistema não somente exige que seja utilizada a totalidade da renda, mas, também, que essa renda seja utilizada mais ou menos de determinada forma [...] Desta forma, ao contrário das economias comerciais

que podem estabilizar-se secularmente, a economia industrial está condenada a crescer ou decrescer. (Ibid., p.140-141)

O núcleo industrial europeu do século XVIII promoveu uma transformação profunda na economia mundial a partir do momento que passou a impulsionar o desenvolvimento em quase todas as regiões da terra. Esse núcleo dinâmico industrial se expandiu em três direções distintas. A primeira direção se consolidou na própria Europa, se fundamentando na desorganização dos sistemas artesanais pré-capitalistas, causando duas situações distintas: 1 - o excedente do fator mão de obra, originado pela desarticulação artesanal é absorvido pelo sistema industrial, porém a liberação é mais rápida do que a absorção, tornando esse fator totalmente elástico; 2 - Quando o fator mão de obra tende a esgotar-se mais tarde, cria-se a exigência de uma reorientação tecnológica para que os fatores mão de obra e capital se combinem de forma proporcional.

A segunda direção do desenvolvimento industrial europeu consistiu na expansão das fronteiras produtivas para além da Europa, se estendendo para onde houvesse terras disponíveis semelhantes às europeias. Esse processo se realizou graças à evolução dos transportes marítimos, que tornou possível essa empreitada fora do continente europeu. Na verdade, esse deslocamento de fronteiras, não se diferencia muito do desenvolvimento dentro da Europa, pois era uma simples expansão territorial, de modo que os contingentes populacionais que emigraram para esses territórios coloniais levavam consigo as técnicas e os hábitos de consumo europeus. A diferença consistia que lá (Austrália, Estados Unidos e Canadá) eles encontravam maior abundância de recursos naturais, proporcionando altos níveis de produtividade e renda.

A terceira direção, central na discussão sobre o subdesenvolvimento, se estabeleceu em grande parte, em regiões densamente ocupadas e que já possuíam uma econômica pré-capitalista dominante. Neste caso, o interesse que existia naquelas áreas, gerava em torno de criar novas linhas de comércio e também de alimentar a procura de matérias-primas que já eram solicitadas nos centros industriais. Essa direção originou uma situação mais peculiar, pois se concebia quase sempre, economias híbridas, em que o núcleo capitalista forâneo coexistia com as estruturas arcaicas preexistentes. Furtado ressalta que,

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, manter-se dentro da

estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo [...] O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. (FURTADO, 2009, p.161).

Na maioria dos casos, essa penetração do capitalismo industrial não modificava substancialmente a estrutura existente, pois o salário doméstico era determinado pelas condições de vida local. Quando se ofertava um salário um pouco maior que a média da região, a oferta de mão de obra se tornava totalmente elástica¹⁵. Além do que, uma proporção mínima da população se empregava na produção. Outro ponto importante, é que a empresa capitalista instalada na região periférica, não se vinculava com a estrutura econômica arcaica, pelo fato da massa dos lucros gerados não se integrar com a economia doméstica. A principal conexão que existe entre o centro industrial desenvolvido e a periferia atrasada era a inserção das duas regiões no comércio internacional, produzindo uma relação direta de dependência.

Essa condição de dependência externa, por parte da periferia, tende a passar por uma mutação qualitativa com o tempo, tornando essas estruturas híbridas simples, em estruturas subdesenvolvidas mais complexas¹⁶. O setor exportador formado quase sempre de produtos primários, cria condições acumulativas mudando a estrutura internas dessas economias.

O fator dinâmico continua a ser a procura externa, a diferença está em que a ação desta é multiplicada internamente. Ao crescer a renda monetária por indução externa, crescem também os lucros do núcleo industrial interno e aumenta as inversões desse núcleo [...] (FURTADO, 2009, p.169).

A partir dessa reconstrução histórica da expansão do capitalismo, Furtado fundamenta sua crítica. Defende que existe uma nítida diferença entre “país jovem” e país subdesenvolvido, e que não há uma concepção generalizada do desenvolvimento a partir da sequência de fases preestabelecidas, oposta à teoria das Etapas do Desenvolvimento Econômico, de Rostow (1961)¹⁷, na qual todas as economias nacionais passariam pelas mesmas etapas indistintamente. Desse modo, se concebe o subdesenvolvimento como um estado autônomo resultante de uma expansão desigual da industrialização em certas regiões

¹⁵ O fator decisivo se voltava ao volume de mão de obra que era absorvido pelo núcleo industrial forâneo. Pois, via de regra, esse volume não atingia grandes proporções, se via então, uma oferta de mão de obra muito maior que a demanda. “No caso das economias especializadas na exploração de minérios, dificilmente alcançava 5% da população em idade de trabalhar” (FURTADO, 2009, p. 162).

¹⁶ Esse processo de transformação de estruturas mais simples (dualistas) para a formação de estruturas mais complexas está descrito na seção 2.1.2 deste trabalho.

¹⁷ Rostow em *As Etapas do Desenvolvimento Econômico* (1961, pág.15). Defende que todas as economias passam indistintamente por etapas de desenvolvimento onde “é possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das seguintes categorias: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa”.

do globo, caracterizado por uma má formação reprodutiva das estruturas desenvolvidas. Furtado afirma que existe um equívoco no estudo do desenvolvimento tradicional, pois há uma diferença substancial entre o clássico desenvolvimento europeu e o desenvolvimento por indução externa.

Sendo assim, infere-se que o subdesenvolvimento não pode ser estudado com uma “fase” do processo de desenvolvimento, fase que tenderia a ser superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo fato mesmo de que são coetâneas das economias desenvolvidas, das quais, de uma ou outra forma, dependem, as economias subdesenvolvidas não podem reproduzir a experiência daquelas. Em síntese: desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados como dois aspectos de um mesmo processo histórico, ligado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna. (FURTADO, 2009, p.88)

Assim, criam-se argumentos para uma nova perspectiva teórica, em relação à conhecida teoria clássica de desenvolvimento defendida pela doutrina liberal. A teoria clássica defende a especialização internacional, definindo o papel de cada Estado nacional no sistema econômico mundial, fundamentada na lei das vantagens comparativas de David Ricardo¹⁸. Ver-se então, que a teoria ricardiana proporcionava uma retórica convincente para defesa da especialização internacional, mas não elucidava a extrema disparidade na difusão do progresso nas técnicas de produção, pois o excedente criado na periferia não se conectava com o processo de formação de capital, sendo usado principalmente nesta, para financiar novos padrões de consumo da minoria. Ignora-se o fato de que os países periféricos foram paulatinamente se tornando importadores de bens e tecnologias, fabricadas no centro do sistema, exportando em contrapartida produtos de origem primária.

Em termos analíticos, a condição de subdesenvolvimento ou desenvolvimento retardado, como queira chamar, considerando uma economia de forma isolada, há em termos econômicos, um desequilíbrio ao nível de fatores de produção: capital e mão de obra. Esse desequilíbrio se fundamenta, na maioria das vezes, na escassez do fator capital e no excesso do fator trabalho¹⁹.

¹⁸ Ricardo, David. (1982, pág. 103) Princípios de Economia Política e Tributação. “É tão importante para o bem da humanidade que nossas satisfações sejam aumentadas pela melhor distribuição do trabalho, produzindo cada país aquelas mercadorias que, por situação, seu clima e por outras vantagens naturais ou artificiais, encontra-se adaptado, trocando-as por mercadorias de outros países”.

¹⁹ Um bom exemplo seriam as economias latino-americanas e o processo de modernização no processo produtivo ligado ao setor agrário exportador. Raúl Prebisch discute essa assimetria em seu texto: Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico, 1952. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL, 2000.

Pelo ângulo tradicional, as teorias do desenvolvimento são esquemas que explicam os processos sociais na qual a assimilação de novas técnicas resulta no aumento da produtividade, que conduz a melhoria contínua do bem-estar de uma população que tende a se homogeneizar socialmente. Todavia, a teoria do subdesenvolvimento cuida do caso peculiar, no qual o aumento da produtividade e a assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, mesmo que haja o aumento da renda média da população.

A propagação do progresso técnico, modo pelo qual se conectou o sistema *centro-periferia*, se manifesta na forma de processos produtivos mais eficazes e também no surgimento de novos produtos intensivos em capital, compondo a face exterior da civilização industrial. Assim, a disseminação de novas tecnologias, que são características próprias do capitalismo, é antes de tudo, a difusão de valores sociais e materiais que amparadas em mudanças constantes acompanham o impulso inovador. Furtado ao analisar esse quadro de constantes mudanças tanto nos produtos consumidos quanto na sociedade que os consome, salienta que,

Trata-se da difusão de todo um sistema de valores que tende a universalizar-se. Para desfrutar valores em permanente renovação e que dão acesso a formas superiores de bem-estar social, faz-se necessário galgar níveis mais e mais elevados de produtividade. (FURTADO, 1992, p.7).

Para compreender melhor a problemática do subdesenvolvimento, é importante identificar a conexão precisa que surge do desdobramento histórico de um elemento característico desse estado: o processo de dependência externa e sua transfiguração na modernização interna.

2.2.1 Modernização e dependência

A discussão feita aqui se limita a estudar a teoria da “velha dependência”, ou seja, a teoria originada na década de 1950²⁰, no pensamento elaborado pelos primeiros teóricos vinculados à Comissão Econômica para América Latina, os quais realizam uma crítica às explicações convencionais do desenvolvimento, a partir de uma perspectiva essencialmente mais econômica, comparada a Teoria da Dependência discutida nos décadas de 1960 e 1970. Os argumentos que seguem são consubstanciados basicamente pelas contribuições encontradas na obra de Furtado.

²⁰ Não se pretende adentrar na Teoria da Dependência dos anos 1960, procura-se estudar as contribuições feitas pelos primeiros teóricos da Cepal, limitando o estudo aos seus primeiros anos e ao enfoque de inserção internacional e da premência pela industrialização caracterizada naquele período.

Por essa abordagem precursora, pode-se considerar a modernização como um ponto central da problemática do subdesenvolvimento, pois seria uma das formas que assume o fenômeno da dependência. É o processo de adoção de padrões de consumo sofisticados, sem ter, em contrapartida, uma acumulação de capital e métodos produtivos avançados correspondentes com a demanda existente de bens finais. Quanto mais intenso é o processo de modernização dos padrões de consumo, mais intensa é a pressão que se faz na tentativa de ampliar o excedente. De modo que um país subdesenvolvido não pode de forma generalizada reproduzir o padrão de vida de uma sociedade mais avançada, em termos tecnológicos e produtivos materiais. A insistência da reprodução de padrões mais sofisticados na periferia se traduz na marginalização de grande parte da população dos privilégios do progresso.

Logo, o processo de difusão de novas técnicas deu-se, em certas áreas, quase exclusivamente pela introdução de novos produtos. Os processos produtivos permaneciam, no essencial, nos padrões tradicionais, sem nenhuma modificação. Isso não impedia que todo um novo sistema de vida começasse a ser introduzido na sociedade em benefício de certos segmentos da população, graças aos incrementos de produtividade criados pela realocação de recursos para beneficiar-se de vantagens comparativas externas. Chama-se de modernização essa forma de assimilação do progresso técnico quase exclusivamente no plano do estilo de vida, com fraca contrapartida no que diz respeito ao sistema de produção (FURTADO, 1992).

Em *Industrialização na América Latina: da “Caixa Preta” ao “Conjunto Vazio*, Fajnzylber resgata o conceito de modernização, argumentando que o padrão de consumo e o estilo de vida latino-americano são visivelmente transplantados das economias centrais, onde as condições produtivas e materiais são superiores as encontradas nas economias subdesenvolvidas. Assim, o afã à modernidade é maior do que a vontade de assimilar o conhecimento técnico por trás dela.

O estilo de vida de referência foi gerado dentro de um país em que a renda *per capita* equivale, na atualidade [1990], a mais de sete vezes a renda *per capita* da América Latina, e cuja dimensão econômica equivale praticamente a cinco vezes a do conjunto dos países latino-americanos. [Sendo assim], na América Latina, os objetos físicos foram transplantados numa medida maior do que os conhecimentos e as instituições necessários para projetá-los, produzi-los e adaptá-los às condições locais. A ânsia de ter esses objetos nas mãos tem sido maior do que a paixão de assimilar a modernidade dos conhecimentos e das relações interpessoais com base nos quais eles foram concebidos (FAJNZYLBER, 2000, p.863).

Isto posto, confundir modernização com desenvolvimento se torna um erro. Pois a modernização, na verdade, só agrava a concentração de renda e deixa mais explícita a estratificação social. Sendo assim, a minoria que controla o setor produtivo fundamentado no comércio internacional de vantagens comparativas e o industrial substitutivo, configura a parcela social que se privilegia dos benefícios do progresso. Pois o dinamismo da economia capitalista resulta, essencialmente, do papel que desempenha a classe empresarial ou elite, que caberia à função de utilizar de forma reprodutiva uma parte substancial da renda em permanente processo de formação. É lógico que não se pode negar a importância da classe assalariada para o bom funcionamento da economia, porém, seu papel no processo de desenvolvimento é ancilar. Portanto, para que exista um desenvolvimento legítimo é necessário que o excedente produzido nos aumentos de produtividade seja canalizado para a poupança e invertido em atividades criadoras de emprego. Pois, quando uma parcela da sociedade adota padrões de vida que são inerentes a sociedades bem mais ricas, torna-se impossível acabar com a heterogeneidade social.

Para Furtado (1992), o fenômeno da dependência existe tanto no aspecto cultural, como no tecnológico. Esse fenômeno parte da uniformização das necessidades humanas. Os países onde ocorrem as inovações tecnológicas difundem valores junto com suas tecnologias e produtos, propagando um estilo de vida. Sendo assim, a dependência cultural e a produtiva são reproduzidas por todos os países periféricos na forma de modernização. O autor interpreta a modernização como uma das faces apresentadas pelo subdesenvolvimento, sendo assim,

O subdesenvolvimento é um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida atraso na adoção de métodos produtivos mais eficazes. É que os dois processos de penetração de novas técnicas se apoiam no mesmo vetor que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. A raiz do subdesenvolvimento reside na desarticulação entre esses dois processos causados pela modernização. (FURTADO, 1992, p.9).

Desse modo, as formas tradicionais de dependência externa se incutem na complexidade do desenvolvimento das relações econômicas internacionais. Não vista somente no crescente intercâmbio entre as nações, como também na criação de polos de comando que detinham o controle dos fluxos financeiros; “[...] que orientavam as transferências

internacionais de capitais; que financiavam estoques estratégicos de produtos exportáveis; que interferiam na formação dos preços etc.” (FURTADO, 2007.p. 285).

Furtado (1983b) explica que o processo de dependência tende a evoluir com o passar do tempo, se adequando as mudanças do sistema econômico mundial. Identificando que a economia internacional ligada à especialização geográfica e às vantagens comparativas está cedendo lugar ao mercado constituído pelas grandes empresas.

O que caracteriza essa nova economia internacional é o controle, por grupos sediados nos subsistemas dominantes, da difusão de novas técnicas, ou seja, de novos produtos e de novos processos produtivos [...] Podendo manipular o fluxo de novas técnicas (em particular de novos produtos), essas empresas estão em condição de poder participar, de forma crescente, das atividades econômicas dos subsistemas “periféricos”. (FURTADO, 1983b, p. 186-187)

Então, a nova roupagem da dependência se transfigurou na estreiteza dos vínculos com as então chamadas empresas multinacionais, presentes nos países latino-americanos por meio de suas filiais. Nessa nova configuração as economias periféricas participam da expansão das atividades de uma empresa, que possuem centros de decisões nos países desenvolvidos.

Nas economias subdesenvolvidas em fase mais avançada de industrialização, as grandes empresas internacionais desempenham o papel de elemento dinamizador, constituindo a correia de transmissão dos novos produtos sem os quais não se diversificaria o consumo dos grupos dominantes. O acesso à constelação de produtos e processos originados no exterior implica para o desenvolvimento dependente a criação e o estreitamento de vínculos com as grandes empresas transnacionais. Essas empresas, por sua vez, engendram a necessidade desses produtos e mantém o controle das técnicas requeridas para produzi-los, desnudando o fenômeno da dependência (FURTADO, 1983b).

2.2.2 A industrialização na transformação das estruturas periféricas

A industrialização periférica, em termos analíticos, foi composta basicamente por duas fases. A primeira pode ser considerada com um subproduto da expansão do modelo primário-exportador, principal condicionante de geração de renda nacional naquele período; a segunda fase, por sua vez, resultou das reações internas causadas pelo movimento recessivo da economia internacional durante a crise de 1929, conhecida como o processo de substituição de importações.

Nos países que se especializaram na exportação de produtos primários, ou seja, naqueles que a elevação da produtividade se deu como reflexo da expansão da demanda mundial de matérias-primas, a evolução das estruturas produtivas apresentou características singulares. Ao analisar a elevação da produtividade e do poder de compra da população, observou-se que estes provocaram modificações no perfil da demanda global no tocante a sua diversificação, desencadeando um aumento mais que proporcional da procura de produtos manufaturados. Para Furtado (1983b, p. 173) “esse fenômeno tem sua explicação no fato de que a atividade manufatureira, em razão de sua versatilidade própria, está sempre em condições de introduzir novos produtos ou modificar a forma dos tradicionais”.

Dessa forma, mesmo que a quantidade consumida de produtos manufaturados permaneça inalterada a partir de certos níveis de renda, não se pode dizer o mesmo com relação à sua qualidade. Sem contar que tanto as atividades primárias quanto as terciárias com o progresso técnico, tendem a absorver quantidades crescentes de insumos industriais. Seguindo esse raciocínio, toda a elevação do poder de compra de dada população significa não apenas uma diversificação da procura, mas também, uma diversificação mais que proporcional da oferta de manufaturas. Todavia, a especialização na exportação de produtos primários, invariavelmente, concentra os fatores em poucas linhas de produção - um ou dois produtos apenas. Nota-se então, que a estrutura produtiva periférica evolui de maneira inversa à que ocorre no perfil de sua demanda. Sendo assim, Furtado (2007, p. 174) salienta que, “observando o processo em seu conjunto, constata-se que a elevação de produtividade é acompanhada de uma simplificação na estrutura da oferta de origem interna e de diversificação na composição da demanda global”.

O processo descrito acima constitui nos países latino-americanos o ponto de partida de sua industrialização tardia. A especialização produtiva permitiu a elevação da produtividade e renda, engendrando um núcleo de mercado interno de produtos manufaturados, bem como a criação de uma infraestrutura. Por outro lado, enquanto na experiência clássica a industrialização resultou da introdução de inovações nos processos produtivos, condicionando a redução dos preços, e com a pressão competitiva permitiu a substituição dos produtos artesanais e a criação de um novo mercado, no caso latino-americano, o processo não se deu da mesma forma, o mercado formou-se como resultado da crescente produtividade causada pela especialização externa, sendo abastecido essencialmente mediante importações. É válido ressaltar que na situação vista no segundo caso – o latino-americano -, na hipótese de

industrialização regional, a concorrência não seria com os produtores artesanais de baixa produtividade – como no caso clássico -, mas sim com os produtores de elevada eficiência industrial presentes nos mercados mundiais.

A capacidade do embrionário mercado interno, necessário para a promoção da industrialização, dependia sem dúvida de uma série de circunstâncias que podiam variar de país para país. Em síntese, a transição para a economia industrial, dependeu, segundo Furtado (2007), de cinco fatores: 1) natureza da atividade exportadora, da qual depende a quantidade relativa de mão de obra a ser absorvida; 2) tipo de infraestrutura exigido pela atividade exportadora; 3) propriedade dos investimentos, estrangeira ou não; 4) taxa de salário que prevalece no setor exportador, condizente com as dimensões relativas do excedente de mão de obra; e 5) dimensão absoluta do setor exportador, que reflete na maioria dos casos a dimensão geográfica e demográfica do país.

Na América Latina a primeira fase de industrialização começou a se intensificar no período anterior a Primeira Guerra Mundial, em países que já apresentavam certo grau de industrialização, tais como Argentina, Brasil e México, cujas exportações de produtos primários apresentaram maior dinamismo. Observaram-se nesses países dois tipos de atividades distintas: a) indústrias cuja produção estava destinada à exportação, como por exemplo, refinarias de açúcar, fábricas de azeite, frigoríficos etc.; e b) apoiava-se no crescimento da procura global e no desenvolvimento das cidades (FURTADO, 1983b). Então, para os países da América Latina de maiores dimensões a primeira fase de industrialização finalizou-se com a crise econômica ocorrida a partir do ano 1929. Segundo Furtado (2007), a participação da produção industrial no produto interno bruto (PIB) desses países, em 1929, apresentava as porcentagens vistas na primeira linha da tabela 1.

Tabela 1 - Coeficiente de industrialização nos países selecionados da América Latina, 1929. (Em percentual)

	Argentina	México	Brasil	Chile	Colômbia
1929	22,8	14,2	11,7	7,9	6,2
1937	25,6	16,7	13,1	11,3	7,5
1947	31,1	19,8	17,3	17,3	11,5
1957	32,4	21,7	23,1	19,7	16,2

Fonte: Furtado, 2007.

O processo de industrialização que se havia iniciado em alguns países latino-americanos, sentiu, sem dúvida, os percalços trazidos pela crise de 1929. Na realidade, a crise

não constituiu um claro divisor de águas entre um período de prosperidade e outro de depressão. Pois alguns países na fase anterior à crise, já demonstravam os sintomas de debilitamento do setor exportador²¹. Todavia, com a crise, as quedas cíclicas do nível de renda geradas pelas exportações, desencadearam imediata redução da renda global e contração da receita governamental; esta última contração é particularmente acentuada pelo fato de que nos países subdesenvolvidos o comércio exterior compõe, regularmente, grande parte da arrecadação dos impostos (FURTADO, 1983b).

Para Furtado (2007, p. 184) o ponto de inflexão trazido pela crise de 1929 diz respeito à natureza do processo de industrialização, salientando que “até então, o desenvolvimento do setor industrial fora um reflexo da expansão das exportações; a partir desse momento, a industrialização seria principalmente induzida pelas tensões estruturais provocadas pelo declínio, ou crescimento insuficiente, do setor exportador”. A contração do setor exportador, somado ao colapso da capacidade para importar e a obstrução dos canais de financiamento internacional, durante a crise, modificaram profundamente o processo evolutivo das economias latino-americanas, principalmente daquelas economias que já contavam com uma estrutura industrial.

Em conformidade com o nível de diversidade industrial encontrada em cada país, a contração do setor externo mostrou duas reações distintas: a) retorno de fatores de produção ao setor pré-capitalista – agricultura de subsistência e artesanato; ou b) expansão do setor industrial ligado ao mercado interno, num esforço de substituição total ou parcial dos bens que anteriormente eram importados. Dessa forma, a redução do coeficiente de importações (tabela 2) se tornou possível graças a um crescimento mais que proporcional do setor industrial, visto claramente no crescimento do coeficiente de industrialização entre os anos 1929 e 1957 (tabela 1). O processo de industrialização evidenciado nos anos analisados dependeu também da ação estatal, por meio da concentração de investimentos em setores básicos, da recuperação e amparo do setor exportador e da introdução de capitais e tecnologia (FURTADO, 2007).

²¹ Como por exemplo, a crise do café no Brasil e a do salitre no Chile. A crise chilena se deu face à concorrência dos nitratos sintéticos (FURTADO, 2007).

Tabela 2 - Evolução dos coeficientes de importação nos países selecionados da América Latina, 1929, 1937, 1947 e 1957. (Em percentual)

	Argentina	México	Brasil	Chile	Colômbia
1929	17,8	41,2	11,3	31,2	18,0
1937	13,0	8,5	6,9	13,8	12,9
1947	11,7	10,6	8,7	12,6	13,8
1957	5,9	8,2	6,1	10,1	8,9

Fonte: Furtado, 2007.

A partir da explanação feita por Furtado, fica claro que a diferenciação estrutural obtida pela industrialização substitutiva de importações é um fator necessário para se superar o subdesenvolvimento, contudo não é suficiente. Entram aí, como descrito na subseção anterior, outros fatores ligados à inserção das economias no sistema econômico internacional que “emperram” esse processo, fatores esses característicos da relação entre os *centros* e as *periferias*, conformando situações específicas de dependência e modernização (FURTADO, 1983b).

O primeiro capítulo que aqui se encerra, teve o intuito principal servir de apoio teórico para os fatos que serão vistos nas próximas seções. O próximo capítulo deste trabalho, que logo se inicia, tem a função estrutural de unir o referencial teórico ao referencial empírico²². Esse fio condutor é feito através de uma contextualização histórica, que mostra a três faces de um mesmo objeto de estudo, só que vistas por ângulos diferentes, compreendidas no lapso temporal entre 1980 e 1990. Sendo assim, o intuito por trás de analisar as diferentes transformações tanto em âmbito mundial quanto regional e nacional, parte do esforço de mostrar a influência do sistema internacional contemporâneo sobre as economias nacionais, conformando uma estrutura mundial de natureza essencialmente imanente.

²² Que é a terceira parte desse trabalho.

3. TRANSFORMAÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E AS DIFERENTES TRAJETÓRIAS DA CHINA E AMÉRICA LATINA

Para dar continuidade ao estudo proposto, é preciso pôr em evidência a ideia de que não se pode desvencilhar o panorama atual das economias latino-americana e chinesa de seus caminhos e escolhas pregressas. Sem dúvida, a estreiteza dos vínculos internacionais (comerciais e financeiros) tanto na China quanto na América Latina, se mostrou decisiva para promover seus respectivos desempenhos nos últimos anos. Estreiteza essa que em alguns casos intensificou o fenômeno da dependência externa, ao passo que em outras regiões – somadas logicamente a políticas nacionais consistentes, intervencionistas e estratégicas – deu subsídios para se alcançar uma relativa autonomia econômica personificada em crescimento.

De modo que, na próxima seção, procura-se construir sinteticamente uma contextualização internacional dos fatos que marcaram o fim dos “Anos Dourados” do capitalismo contemporâneo, caracterizado como ponto de reestruturação do modelo “keynesiano-fordista” de acumulação. Período que configurou uma nova roupagem na dinâmica da economia internacional, abrindo espaço para uma alternativa de acumulação que se baseava na valorização da riqueza financeira, na qual o funcionamento dos sistemas financeiros nacional e internacional passou a influenciar a dinâmica da macroeconomia mundial da renda e do emprego (PINTO, 2011).

Tem-se consciência da complexidade dos fatos históricos que representaram a reconfiguração do antigo padrão de acumulação vigente até meados dos anos 1970, e descrevê-los exige o mesmo grau de dificuldade, por isso, procura-se fazer uma breve síntese englobando alguns conceitos e acontecimentos do período. Logo em seguida, nas seções 3.2.1 e 3.2.2 são descritas as trajetórias paralelas das economias chinesa e latino-americana entre os anos 1980 e 1990, na tentativa de descrever as políticas de desenvolvimento e de estabilização/ajuste que respectivamente estavam sendo adotadas nessas regiões.

3.1 O fim dos “Anos Dourados”: A gênese da mundialização financeira

O fim dos “anos dourados” significou a quebra dos cânones keynesianos, abrindo espaço para a promoção de uma nova forma de acumulação e renovação de poder dos capitais norte-americanos por meio do modelo de regulação liberal e da acumulação pela via financeira (PINTO & BALANCO, 2013). Dessa forma, o mundo contemporâneo passa a apresentar uma nova configuração específica do capitalismo, “na qual o capital portador de

juros está localizado no cunho das relações econômicas e sociais” (CHENAIS, 2005, p.35). Mas por outro lado, a forma de organização capitalista mais visível continua sendo os grupos industriais transnacionais, que tem a função de organizar a produção de bens e serviços, captar o valor e organizar a dominação política e social do capitalismo em face dos assalariados. Porém, novos fatores penetraram e adquiriram importância na esfera da reprodução do capital.

[...] menos visíveis e menos atentamente analisadas, estão as instituições financeiras bancárias, mas sobretudo as não bancárias, que são constitutivas de um capital com traços particulares. Esse capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, dividendos e outros pagamentos recebidos a títulos de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de crédito e de dívidas, especialmente entre bancos (CHENAIS, 2005, p.35).

Esse processo de centralização de capital sob a forma financeira recomeça a tomar corpo durante as décadas de 1950 nos Estados Unidos (EUA) e 1960 na Europa. A acumulação financeira naquele período se tornou um subproduto da acumulação industrial da “idade do ouro”. Chesnais (2005) descreve que durante esse período as famílias ricas amparadas em regulações fiscais favoráveis começaram a investir suas rendas excedentes em títulos de seguro de vida. Como herança deste acontecimento, pode-se ver que atualmente as companhias de seguros ainda participam desse mercado centralizando grandes quantidades de ativos. Concomitantemente, na década de 1960 houve uma reformulação da periodicidade dos pagamentos dos salários, tornando-os mensais, esse fator foi acompanhado da necessidade de abertura de contas bancárias para o recebimento desses proventos. Como resultado, uma massa considerável de liquidez começou a afluir para os bancos, intensificando a escala de operações de crédito e aplicações.

Por outro lado, mais especificamente no intervalo entre os anos 1955 e 1973, se evidenciou um duplo movimento na economia internacional. Enquanto os Estados Unidos

demonstravam dificuldades em manter o seu padrão de acumulação²³, as economias da Europa Ocidental e o Japão começavam a assimilar o “sistema industrial americano”, iniciando a partir daquele momento seu ciclo expansivo. Já nos anos 1960 os EUA davam mostras que seu longo período de expansão começava a se extinguir, essa situação se traduzia na diminuição de sua taxa de crescimento, no debilitamento de seu comércio exterior e de suas contas fiscais. No que se refere ao problema fiscal, Tavares (1997) diz que o déficit provinha da agressividade de suas próprias políticas financeira e armamentista.

Além do esgotamento do padrão de crescimento, os EUA passaram nessa mesma fase por delicadas situações internas e externas, que resultaram de forma conjunta na falsa crença de que a hegemonia americana estava chegando ao seu fim.

Com efeito, além das perdas econômicas já citadas, os EUA haviam sofrido, entre outros, os seguintes problemas: o tensionamento alto entre EUA, Cuba e URSS, entre 1959 e 1963, o assassinato do presidente Kennedy e Martin Luther King, a Guerra do Vietnã, a vitória socialista no Chile e a declaração oficial da inconvertibilidade do dólar em ouro em 1972 (CANO, 2000, p.23).

Segundo Cano (2000) os dois movimentos contrários, de esgotamento e auge, ocorridos naquele momento aceleraram a saída para o exterior de capitais produtivos e financeiros. Primeiro as filiais norte-americanas se direcionavam para o resto do mundo (principalmente para a Europa), depois os próprios capitais europeus e japoneses seguiram o mesmo caminho.

Tivemos, assim, um período de cerca de quinze anos em que tanto os imperialismos tinham interesse em conquistar ou expandir suas posições também em certas partes da periferia, quanto estas desejavam esses investimentos para poder prosseguir seus processos de industrialização, agora com a implantação de setores de maior complexidade, como material de transporte, equipamento, aparelhos elétricos, petroquímico etc. (CANO, 2000, p.22).

Esse plano de fundo de desequilíbrio financeiro e comercial nos EUA, somado a ajuda externa dada à Europa e ao Japão, mais os fluxos de capitais direcionados para o exterior, engendraram um movimento inicial de acumulação de créditos e excedentes financeiros em

²³ Tavares ressalta que “os EUA nunca tiveram uma política industrial explícita e de longo prazo, salvo no complexo militar. Assim, os esforços de inovação tecnológica e eletrônica seguiram a orientação “natural” do mercado militar e dos serviços bancários e de comunicações, destinados, ambos, a reforçar o poder internacional da potência dominante. Esses avanços tecnológicos, como se verificaria mais tarde, não melhoravam a competitividade nas indústrias de bens de consumo duráveis nem nos complexos metalmeccânico e elétrico, aos quais estavam ligados, o “modelo taylorista-fordista”, que havia sustentado a difusão do padrão industrial (americano) no pós-guerra, tornava-se rapidamente anacrônico, e a base interna de sustentação sistêmica de uma economia de produção e consumo de massas começa a ser erodida” (TAVARES, 1993, p.28).

dólares, alocados em sua grande maioria na Europa, “constituindo o chamado euromercado de dólares, ponto de partida para o desenvolvimento da extraordinária “bola de neve” em que se constituiria o sistema financeiro internacional.” (CANO, 2000.p.23).

A expansão do sistema financeiro internacional na década de 1970 é acelerada, como resultado da inflação do período vigente, como também pela reciclagem dos petrodólares acumulados pelos contínuos aumentos dos preços do petróleo entre os anos 1973 e 1979²⁴. Nos primeiros anos da década de 1970 também ocorria o esgotamento do padrão de crescimento econômico visto após os anos 1950 na Europa e no Japão. Então, ao passo que acumulação produtiva baixava, os excedentes financeiros se multiplicavam debilitando o orçamento público da maioria dos países desenvolvidos, aumentando consideravelmente a dívida pública destes.

Durante esse mesmo período, se davam os primeiros passos da relação “siamesa”²⁵ entre Estados Unidos e China, resultado da investida estratégica norte-americana de retomar seu poder no âmbito do sistema mundial. Os vários condicionantes históricos daquele período enfraqueceram e “puseram em xeque” a soberania da potência capitalista²⁶. Diante desse contexto, os EUA não ficaram indiferentes, e criaram uma estratégia política na tentativa de reverter essa situação, segundo Pinto (2011) entre várias medidas estava o processo de aproximação americana com a China comunista, no intuito de reduzir o avanço da URSS. O reestabelecimento das relações diplomáticas entre China e Estados Unidos ocorreu em janeiro de 1979, processo que gerou uma série de acordos bilaterais nas esferas científica, econômica e cultural. O autor descreve que,

[...] essa parceria estratégica, por um lado, criou uma das condições para o início do *milagre econômico chinês*: a inclusão da China ao mercado de bens e ao mercado de capitais dos Estados Unidos, que permitiu sua arrancada exportadora e ao acesso chinês ao financiamento internacional americano. Por outro lado, ela permitiu a maior e mais rápida expansão do *território econômico supranacional* americano, pois potencializou significativamente o poder do dólar e dos títulos da dívida pública do governo americano e a capacidade de multiplicação do seu capital financeiro (PINTO, 2011, p. 24).

²⁴ A partir de 1976 se iniciou a “reciclagem” dos “petrodólares”, esses capitais eram resultantes do aumento temporário do preço do petróleo, e que por sua vez eram aplicados em Londres pelos potentados do golfo Pérsico (CHESNAIS, 2005).

²⁵ A ascensão da economia chinesa na dinâmica macroeconômica mundial não criou uma competição agressiva com os EUA, pelo contrário, o que se configurou foi uma relação econômica complementar profunda, nos planos comercial, produtivo e financeiro, podendo ser chamada até de “concorrência amistosa” (PINTO, 2011).

²⁶ Pinto (2011) ressalta que a partir dos anos 1960 houve uma intensificação do conflito político entre os países capitalistas e socialistas, agravando ainda mais a contestação da supremacia americana no próprio polo capitalista.

O transcurso desse período também é marcado pelo alojamento do capital financeiro ocioso e abundante nos países subdesenvolvidos, endividando-os cada vez mais. Visto que, segundo Chesnais (2005, p. 39), a “reciclagem dos “petrodólares” tomou a forma de empréstimos e de abertura de linhas de crédito dos bancos internacionais aos governos do Terceiro Mundo, sobretudo da América Latina”. A partir daí as bases da dívida do Terceiro Mundo estavam lançadas, e com ela um mecanismo de transferência de recursos reprodutíveis no tempo. Pois, para autor, a dívida tende a se recriar sem cessar, observando que o nível das taxas de juros são superiores ao dos preços e às taxas da produção e do Produto Interno Bruto (PIB), aumentando o montante desses compromissos de forma célere, chamado de efeito “bola-de-neve da dívida”.

Os juros devidos sobre o principal da dívida (o serviço da dívida) absorvem uma fração sempre maior do orçamento do Estado, das receitas das exportações e das reservas do país, de sorte que a única maneira de fazer face aos compromissos do serviço da dívida é tomar um novo empréstimo (CHENAIS, 2005, p.39).

Na retaguarda desse processo, ocorria o recrudescimento da crise econômica norte-americana, resultando conseqüentemente na fragilização da credibilidade do dólar como moeda hegemônica²⁷, em 1971 os EUA também rompem unilateralmente com o sistema monetário de Bretton Woods. Tavares (1997) ressalta que o agravamento da crise do padrão dólar após 1968, fez Londres cortar a conversibilidade da libra em dólar, libertando o mercado de crédito interbancário e de reservas dólar-ouro, estabelecendo assim o seu próprio circuito supranacional de crédito, com uma liquidez abundante e crescente, sem em contrapartida, qualquer relação com o déficit de balança de pagamento americano.

Esse cenário de contestação da força do dólar – “dólar fraco” - se inverte na Reunião mundial do FMI em 1979, quando Mr. Volcker, presidente do FED (Federal Reserve), declarou que não admitia mais a desvalorização do dólar, situação que se arrastava desde 1971 – principalmente em 1973. A partir desta reviravolta, ele subiu violentamente a taxa de

²⁷ Pinto & Balanco (2013, p. 6) ressaltam que “no fim da década de 1970, mais especificamente entre 1977 e 1978, o dólar apresentava sinais evidentes de sua fragilidade como unidade de valor em escala mundial em virtude da ameaça decorrente do fortalecimento do marco e do iene. As estratégias norte-americanas, ao longo dos anos 1970, de criação de déficits fiscais e em conta corrente cada vez mais elevados para garantir a expansão da competitividade do setor manufatureiro, em associação com a expansão dos euromercados, geraram uma forte desvalorização do dólar e o concomitante afloramento da situação nevrálgica de questionamento da própria posição desta divisa como moeda-chave internacional”.

juros interna²⁸ e declarou que o dólar manteria sua situação de padrão internacional e que a hegemonia da moeda iria ser restaurada.

Com sua moeda contestada, os EUA não vacilaram e, em fins de 1979, aceleraram a elevação de suas taxas de juros, iniciando a política do “dólar forte”, que iria até 1985. Essa ousada jogada, além de obviamente elevar a conta devedora de juros do governo americano, quebraria financeiramente a quase totalidade dos países devedores e praticamente obrigava o Japão e a Alemanha a financiarem os déficits americanos. Por outro lado, a valorização do dólar e a elevação das taxas de juros impuseram aos países desenvolvidos a desvalorização de suas moedas e uma séria recessão [1980-1983] (CANO, 2000, p.26).

A diplomacia do “dólar forte” custou caro, fez os EUA entrarem juntamente com a economia mundial numa recessão que durou três anos. A violenta recessão estrutural desencadeada pela política de elevação dos juros quebrou várias grandes empresas e muitos bancos americanos. Assim, além de levarem consigo vários países devedores, os EUA pararam com a farra industrializante na periferia, forçando os países capitalistas a entrarem num longo ajuste recessivo alinhado com as políticas americanas. “A bem da verdade, a política de reestruturação norte-americana foi feita à custa do neoliberalismo dos demais países [...]” (CANO, 2000, p.26).

De acordo com Chesnais (2005), nos países subdesenvolvidos, a dívida tornou-se uma força perfeita que permitiu a viabilidade da imposição de políticas ditas de ajuste estrutural e a iniciação de processos de desindustrialização em muitos desses países. Essa condição de endividamento fortaleceu a antiga dominação econômica e política dos países centrais sobre os periféricos.

Foi nos países do Terceiro Mundo, incentivados a se aproveitar dos créditos aparentemente vantajosos associados à reciclagem dos petrodólares, que as consequências do “golpe de 1979” foram mais dramáticas. A multiplicação por três e mesmo por quatro das taxas de juros, pelas quais as somas emprestadas deviam ser reembolsadas, precipitou a crise da dívida do Terceiro Mundo, cujo primeiro episódio foi a crise mexicana de 1982 (CHENAIS, 2005, p.40)

Por conseguinte, todos os países afetados pela empreitada americana se alinharam ao ideário liberal; a busca tanto por lugares receptivos para os capitais ociosos quanto pela eficiência desse mercado se chocava com o Estado nacional regulador e social de alguns países. Como resposta, várias medidas foram impostas, fundamentalmente: “i) ruptura dos

²⁸ A “diplomacia dólar forte” foi uma decisão unilateral dos EUA que, com sua política de juros altos, promoveu valorizações da ordem de 50%, entre 1980 e 1985 (TAVARES, 1993).

monopólios públicos; ii) privatizações; iii) abertura comercial; iv) desregulamentação dos movimentos do capital internacional; v) flexibilização das relações trabalho/capital; e vi) cortes nos gastos sociais” (CANO, 2000.p.27).

Pinto & Balanco (2013, p. 7) descrevem que durante os anos 1980,

Mediante um enquadramento dos diversos países, tanto os capitalistas quanto aqueles que constituíam o bloco soviético, centrais ou periféricos, os EUA, a partir de 1985, buscaram adotar um estilo mais “pluralista” nas relações externas por meio de uma maior coordenação entre os países capitalistas centrais através das instituições “supranacionais” (FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio), ou por intermédio de uma coordenação mais efetiva entre os bancos centrais do G-7 [Acordo de Plaza (1985) e do Louvre (1987)]. Cabe destacar que o Acordo de Plaza – desvalorização do dólar – abarcava a ofensiva comercial norte-americana sobre o Japão, resultando na adoção de uma política macroeconômica regional expansiva durante os anos 1980 e 1990 na Ásia.

Durante esse momento conturbado vivenciado nos anos 1980, todos os bancos internacionais se direcionaram para Nova York, não apenas sobre a proteção do FED, mas obrigatoriamente financiando o déficit fiscal americano. Neste caso, a dívida é o único instrumento que os EUA têm para realizar uma captação forçada da liquidez internacional. Sendo assim, apesar das críticas ao déficit americano, este se tornou na prática o único elemento de estabilidade temporária do mercado monetário e de crédito internacional. Mostrando que o preço desta “estabilidade” resultou na submissão dos países à diplomacia do dólar e o ajustamento progressivo de suas políticas econômicas pelo bem do “equilíbrio global do sistema” (TAVARES, 1997).

Em linhas gerais, o alinhamento ao ideário liberal e as políticas institucionais levaram a economia mundial a um reordenamento econômico de globalização financeira concentrada em Wall Street. Por conseguinte, a classe rentista relativamente controlada durante nos “anos dourados” renasceu, possibilitando a reafirmação do poder dos Estados Unidos como regulador desse capital.

Tavares (1997) ressalta que a partir daquele momento os EUA retomaram o crescimento. A autora descreveu em três pontos o transcorrer desse processo. O primeiro fato reconhece que a recuperação da economia americana foi feita com crédito de curto prazo e com endividamento crescente, copiando a técnica latino-americana (Brasil e México) dos anos 1970 e japonesa (usada nos anos 1950) de desenvolvimento: financiamento do crescimento com base em crédito de curto prazo; endividamento externo e déficit fiscal.

Porém os EUA não foram castigados com os efeitos perversos da inflação, porque driblaram esses efeitos com sua moeda hegemônica e sobrevalorizada.

O segundo ponto diz respeito à influência da taxa de juros sobre o investimento. Saliendo que os americanos não estão financiando o investimento através do mercado de capitais. Os EUA não tem mercado de capitais novos, o mercado de destaque hoje é o monetário ou o de crédito de curto prazo. Tavares (1997, p.39), argumenta que os EUA “estão substituindo o tradicional endividamento de longo prazo (através da emissão de debêntures, equities, etc.) por crédito de curto prazo ou utilizando recursos próprios e de capital de risco externo”.

O terceiro ponto, fundamental nesse processo de restauração da posição hegemônica dos EUA, aparece quando se analisa as relações econômicas internacionais. Entre os anos de 1982 e 1984, os EUA conseguiram dobrar o seu déficit comercial a cada ano, absorvendo em contrapartida o recebimento de juros através de transferências reais de poupança do resto do mundo. Esse montante foi direcionado para a modernização da indústria de ponta americana, sem fazer qualquer esforço intensivo em poupança e investimento, sem tocar em qualquer área estrutural (energética, transportes e agricultura), os EUA melhoraram suas relações de troca e seus custos internos, baseados em importações baratas de equipamentos modernos e na entrada de capitais de empréstimo e de risco vindos de muitas partes do mundo (inclusive da periferia) (TAVARES, 1997).

Fora dos EUA, os anos 1980 foram marcados por articulações políticas e econômicas neoprotecionistas. Na Europa tentava-se consolidar o bloco CEE (Comunidade Econômica Europeia), como único meio de se protegerem da concorrência com o Japão e EUA, além de terem como objetivo o alinhamento dos passos germânicos com o pensamento europeu, já que a Alemanha estava adiantada em termos tecnológicos quando comparada ao resto do continente.

Na Ásia, o Japão vinha desde a década de 1960 construindo um bloco de fato, por meio de acordos, associações e participações, estreitando suas relações de comércio, de transferência de tecnologia, e de investimentos com os chamados NICs asiáticos. A retaliação norte-americana não se fez esperar: o tratado da NAFTA, de início com o Canadá e mais tarde incorporando o México, constituía o bloco norte-americano. Na verdade, e a despeito do discurso neoliberal, os três blocos constituem formas de neoprotecionismo (CANO, 2000, p.27).

Segundo Cano (2000), com a intensificação da concorrência imperialista vista nessa fase, o capital ocioso foi rapidamente posto a trabalhar, se direcionando a compra de propriedades e direitos públicos – acesso a monopólios e privatizações – ou por várias formas de ajustes interempresas, como por compra total ou parcial, cessão de direitos, participação e outros. Esse movimento internacional dos fluxos de investimento e os montantes negociados nos anos 1984-1989 configuram uma concentração privada de capital em níveis altíssimos nunca vistos até então.

Por conseguinte, as Empresas Transnacionais (ETs) aumentaram ainda mais sua capacidade de monopólio na concentração tecnológica, financeira, mercadológica, de comércio exterior e de investimentos, amparadas externamente nos seus correspondentes polos e Estados nacionais.

Além dos investimentos em simples transferências de propriedade, as ETs intensificaram e aceleraram o uso de um conjunto de novas tecnologias – que comporiam a chamada Terceira Revolução Industrial – que começavam a dar seus primeiros passos comerciais: as de automação, de informatização, de novos materiais, de gestão administrativa, comercial e financeira. Desnecessário falar que para os países subdesenvolvidos seus efeitos são mais graves: sucateamento do capital físico e do trabalho, e substituição de insumos tradicionalmente produzidos pelos novos materiais (CANO, 2000, p.28).

Após o curto período de crescimento e reestruturação (1984-1989), a acumulação produtiva se contraiu novamente em praticamente todos os países. Todavia, a acumulação financeira conseguiu seguir adiante, proporcionada pelas desregulamentações nacionais a favor do trânsito dos capitais financeiros, da globalização financeira e do movimento especulativo sem precedentes. Isto posto, só era necessário diminuir os riscos, ou seja, o chamado “risco país”, para o estabelecimento dos fluxos financeiros nos países subdesenvolvidos. Então, os credores orquestrados pelos norte-americanos começaram as investidas no processo de renegociação das dívidas externas. Esses acordos visavam: “assinatura de acordos de garantia de investimentos, a lei de patentes e propriedade intelectual, e um “pacote” de reformas onde a privatização e o fim dos monopólios públicos”, facilitando a abertura de espaço para a massiva entrada de capitais. Como resultado, os mercados “emergentes” ou subdesenvolvidos responderam a altura, propiciando gigantescos ganhos especulativos, inicialmente com os juros reais elevados e títulos, com privatizações realizadas a preços baixos e através especulações em bolsa de valores. Posteriormente uma

grande parte dos capitais foi se direcionando para o setor de serviços, a especulação também se instalou em títulos imobiliários, originando bolhas nos valores desses ativos.

A década de 1990 é marcada com fim da União Soviética e da Guerra Fria. Como consequência, a retórica liberal estadunidense tomara corpo no cenário internacional, defendendo que a melhor forma de funcionamento do sistema econômico mundial seria sob a crença do “poder pacífico do mercado” e da “força econômica convergente da globalização” (PINTO & BALANCO, 2013). Todavia, como conclui Pinto & Balanco (2013, p. 8) “a suposta convergência econômica que surgiria do processo de liberalização econômica, patrocinado pelo EUA ao redor de boa parte do mundo não se materializou”. Pelo contrário, o que se observou na década de 1990 foram práticas macroeconômicas mundiais distintas, com taxas de crescimentos díspares. Enquanto o EUA e parte do leste asiático cresceram com taxas consideráveis, os países da OCDE, da América Latina, da África e o Japão apresentaram taxas de crescimento pífias, ocorrendo em alguns casos, crises econômicas e financeiras sérias e persistentes.

O significativo crescimento econômico estadunidense, principalmente entre 1995 e 2000, em que a taxa média anual de expansão do PIB foi superior a 4% ao ano, foi impulsionado pela elevação expressiva dos investimentos privados (superior a 8%, em média, entre 1995-2000) e pelo consumo das famílias. Esses resultados se apoiaram em um novo arranjo produtivo-financeiro [...] (PINTO & BALANCO, 2013, p. 8-9).

Na esfera produtiva, a ascensão da produtividade do trabalho e dos fatores foi baseada no processo de mudança tecnológica apoiada nas novas tecnologias da informação e da comunicação e, na esfera financeira o crescimento estava amparado numa “bolha” financeira permanente que alavancava os investimentos produtivos e o consumo privado. Esse novo contexto característico entre os anos 1990-2000 pode ser chamado de “regime de acumulação predominantemente financeira”, pois, os setores financeiros foram os grandes responsáveis pela acumulação da riqueza em escala mundial²⁹. Nessa sistemática de acumulação, tanto os proprietários do capital quanto os consumidores de alta renda, mostram dois elementos importantes “um [é o] “efeito-renda”, que financia o consumo com base em dividendos e juros, e [o outro é o efeito] “posse de patrimônio”, que patrocina despesas apoiadas em antecipações de ganhos financeiros futuros” (PINTO & BALANCO, 2013, p. 8-9).

Fiori (2006), completa que nesse mesmo período o eixo dinâmico da economia mundial presente na década 1970 se desfez, pois as economias alemã e japonesa não

²⁹ Para mais informações ver Chesnais, 2005.

conseguiram acompanhar o ritmo de crescimento dos Estados Unidos, se deparando com um estado de letargia econômica crônica³⁰. Simultaneamente,

[...] as economias nacionais do sudeste asiático, em particular da China e da Índia, transformaram-se na nova fronteira de expansão e de acumulação capitalista do sistema mundial, estabelecendo uma relação “virtuosa” – desde 2001 – de equilíbrio financeiro e de crescimento econômico com os Estados Unidos e com várias periferias ou subperiferias do sistema econômico mundial (FIORI, 2006, p.23).

Para Pinto & Balanco (2013) a década de 2000 foi marcada por vários acontecimentos significativos no plano econômico internacional, podemos ressaltar: a) o significativo crescimento da economia mundial entre 2003 e 2007; b) a crise mundial de 2008; e c) a rápida recuperação da economia mundial amparada na locomotiva chinesa. Podemos destacar como elemento principal desse período o protagonismo desempenhado pela China na dinâmica internacional. Pinto & Balanco (2013, p. 14) ressaltam que “essa nova potência em ascensão, inclusive, vem alterando a ordem econômica, política e social vem gerando mudanças na geopolítica internacional e na divisão internacional da produção e do trabalho” ocasionando elevações nos níveis de preços internacionais de *commodities*, redução nos preços de produtos industrializados e ampliação do consumo de massa em escala mundial.

Sendo assim, o papel desempenhado pela China na economia mundial originou um novo eixo de acumulação, formado pelo EUA exercendo o papel de “consumidor de última instância” do mundo, financiado pelo seu déficit em transações correntes, enquanto a China tornou-se o “principal supridor de bens manufaturados da demanda americana” (PINTO & BALANCO, 2013, p. 15). De modo que a dinamicidade da indústria chinesa funcionou como uma engrenagem potente de efeitos positivos para outras regiões do mundo, como por exemplo, na Ásia, na América Latina e na Europa.

Pinto & Balanco fazem menção a contribuição de Medeiros (2006) ao criar a expressão “Duplo Polo da economia mundial” representando a dupla função desempenhada pela China na atual configuração da economia mundial.

Visto que a China, em um polo, afirma-se como produtor mundial de produtos da Tecnologia da Informação e bens de consumo industriais – aparecendo como o principal produtor de manufaturas intensivas em mão de obra –, transformando-se num exportador líquido para os EUA e Japão. Em outro polo, aparece como grande mercado para a produção mundial de

³⁰ Fiori (2006, p. 58) ressalta que “tanto a Alemanha como o Japão nem perderam seu lugar na hierarquia das economias nacionais e nem deixaram de ser países cada vez mais ricos. Apenas não são mais protagonistas, já que perderam a liderança no processo de acumulação do capital em escala global”.

máquinas e equipamentos, de matérias-primas (petróleo, minerais, produtos agrícolas etc.) e de produtos de alta tecnologia, transformando-se num importador líquido para a Ásia e num dos principais destinos das exportações latino-americanas (PINTO & BALANCO, 2013, p. 15).

Dessa forma, os argumentos expostos ilustram o papel importante que passa a ser exercido pela China no contexto de reprodução capitalista mundial. O país se transformou numa “maquina” de acumulação de riqueza inserida no sistema econômico mundial, “configurando inclusive, uma relação “virtuosa” com os Estados Unidos e com os países periféricos, haja vista a ampliação do comércio internacional e a melhora dos termos de troca em favor dos países periféricos” (PINTO & BALANCO, 2013, p. 19).

3.2 China e América Latina: Trajetórias econômicas comparadas

Partindo de uma análise paralela, durante as décadas de 1980 e 1990, as trajetórias econômicas da América Latina e da China mostraram comportamentos distintos. Se, por um lado, ambas as economias aumentaram sua vinculação ao mercado internacional, pode-se afirmar que as suas políticas de inserção foram acionadas por meio de um conjunto de premissas e políticas divergentes, podendo-se dizer, quase opostas (BARBOSA, 2011). A seção que segue tenta reconstruir as diferentes trajetórias da China e da América Latina no período recente, pois só assim pode-se entender porque as duas economias que partiram de uma condição semelhante nos anos 1950 chegaram a funções e dinâmicas tão discrepantes na atual divisão internacional do trabalho.

3.2.1 A trajetória chinesa: Das políticas econômicas ao crescimento acelerado

O desenvolvimento econômico recente da China é, provavelmente, um dos fatos históricos mais importantes do final do século XX. Interpretar sua natureza e dinâmica constitui um dos mais intrigantes desafios para os estudiosos do desenvolvimento econômico (MEDEIROS, 2012, p. 379).

Em termos estruturais e estratégicos, as origens do vertiginoso crescimento chinês devem ser buscadas nas políticas de modernização produtiva que estabeleceram um direcionamento para o crescimento econômico e melhoria das condições de vida da população. Assim, podemos observar como bem salienta Cunha (2007, p. 4), que as “ideias-força como “socialismo de mercado³¹” e “caminho do desenvolvimento para uma ascensão pacífica” mostram a estratégia de se utilizar os instrumentos de mercado” para a absorção de

³¹ É importante reconhecer que todos os tipos de economias, sendo socialistas ou capitalistas, são providos de mercado, o que se tenta expressar nessa nomenclatura é a aglutinação de políticas de planificação e organização tipicamente socialistas, com a abertura comercial e de capitais típicas do liberalismo capitalista.

tecnologias e capacidades administrativas típicas do Ocidente, como meio de criar condições materiais e institucionais propícias para o desenvolvimento econômico nacional. Então, a complexidade da dinâmica de desenvolvimento chinês, está na incorporação lenta, gradual e controlada do processo de adaptação dos mecanismos típicos do mercado liberal capitalista às prerrogativas de controle estatal (CUNHA, 2007).

Pode-se dizer então, que a China encontrou um caminho virtuoso de crescimento baseado no “capitalismo organizado”, com o eficiente uso de políticas econômicas caracterizadas pelo esforço do Estado em controlar o direcionamento das forças do mercado através de estratégias desenvolvimentistas e intervencionistas nas esferas macroeconômica (câmbio e fluxos financeiros) e institucional.

Medeiros (1998) avalia os impactos distributivos do desenvolvimento econômico nos primeiros anos de abertura comercial chinesa, percebendo que entre o final dos anos 1970 e o começo de 1990 houve um grande progresso em termos de diminuição da pobreza e que sem dúvida o crescimento da renda contribuiu de forma incontestável para a redução desta. Os dados da tabela 3 ilustram uma forte redução da pobreza rural entre 1978 e 1985 – saindo de 28% da população para 9,2% -, período marcado por maiores taxas de crescimento e urbanização, influenciada pela concentração de trabalhadores nas cidades e pelas transformações nas relações de emprego.

Tabela 3 - Incidência de Pobreza na China (milhões)

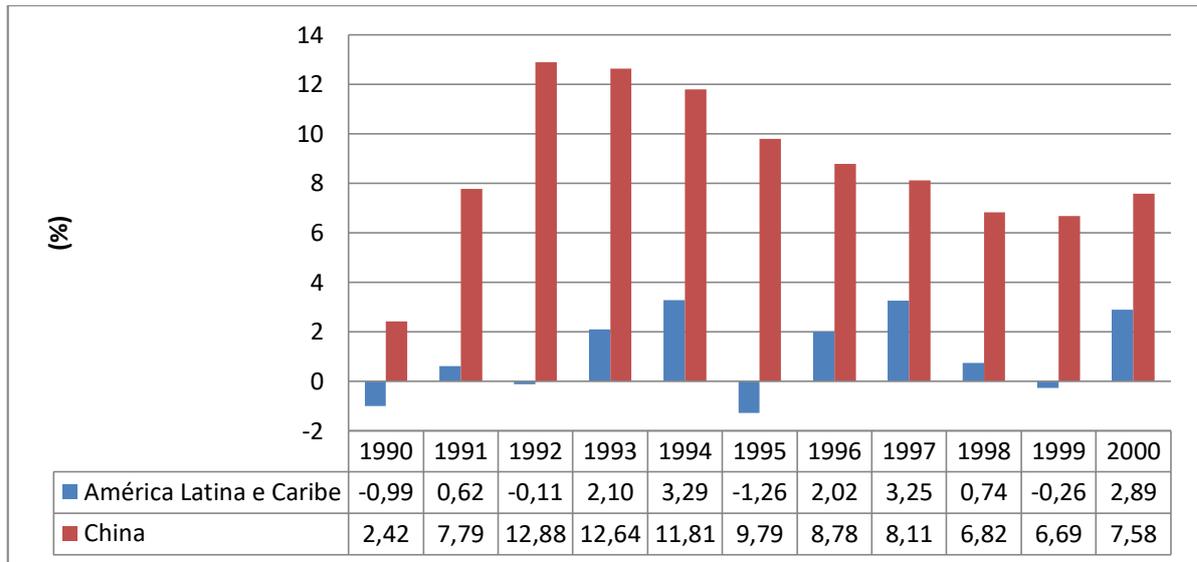
	1978	1985	1990
TOTAL	270 (28%)	97 (9,2%)	98 (8,6%)
URBANO	10 (4,4%)	1 (0,4%)	1 (0,4%)
RURAL	260 (33%)	96 (11,95)	97 (11,5%)

Fonte: Medeiros, 1998.

Em termos comparativos, o que se destaca nas trajetórias das economias chinesa e latino-americana, é o ritmo de expansão. No período de 1990-2000, a renda *per capita* chinesa se expandiu quase dez vezes à frente da média latino-americana, ou seja, 8,6%, contra um pouco mais de 1% (gráfico 2). Essa expansão é resultado de indicadores robustos, chegando a um crescimento de aproximadamente 13% no ano de 1992, por parte da China, contra crescimentos pífios³², de no máximo 3,29%, no ano de 1994, somado a crescimentos negativos nos anos de 1990, 1992, 1995 e 1999, por parte da América Latina.

³² Neste caso, comparados à média de crescimento chinês.

Gráfico 1 - China e América Latina: Crescimento do PIB per capita 1990-2000 (Percentual anual)



Fonte: Word Bank, 2016.

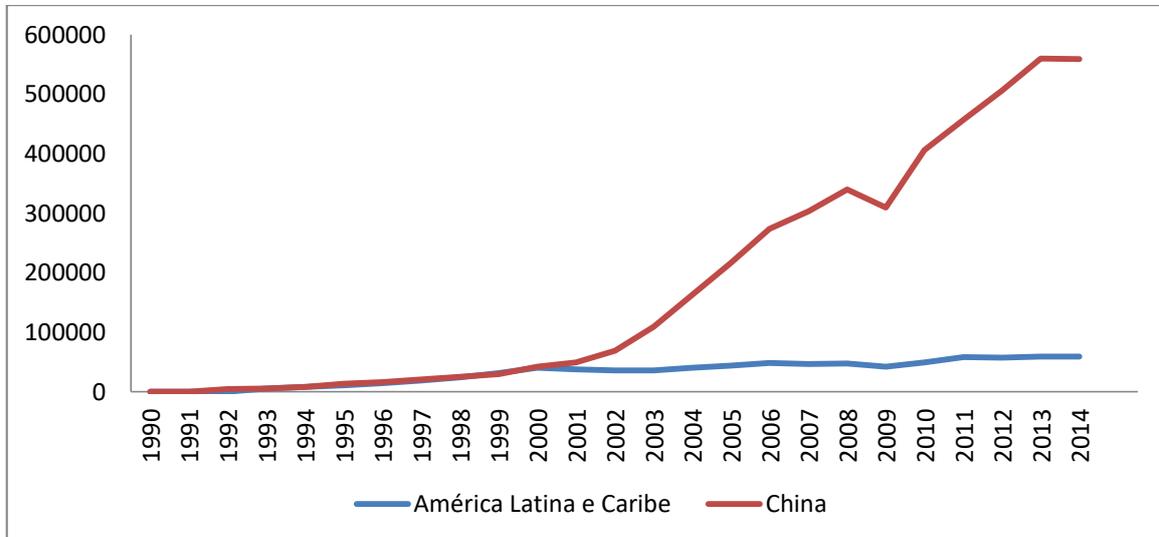
Elaboração do autor

Na década de 1980, o crescimento das exportações chinesas iniciou-se com manufaturas mais simples, especialmente produtos primários e manufaturas de transformação de recursos naturais. Estes produtos passaram de 49% do total das exportações, em 1985, para uma participação bem menor atualmente. Por outro lado, houve um crescimento da participação dos produtos intensivos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), chegando a representar 16% das exportações em 2008, percentual que avança rapidamente a cada ano que passa. Desse modo, pode-se dizer que nos anos 1980, as pautas de exportação e importação chinesas não eram muito diferentes dos demais países latino-americanos, porém, as transformações produtivas experimentadas posteriormente mostraram profundas mudanças geradas nos padrões de especialização a partir de políticas macroeconômicas, industriais e de complementação produtiva regional, somando-se aos fatores próprios da economia chinesa (BEKERMAN et al, 2013).

Corroborando com a argumentação de Bekerman et al, o gráfico 3 ilustra o crescimento exponencial das exportações chinesas intensivas em P&D, ou seja, os produtos de alta tecnologia. Até o início dos anos 2000, o valor das exportações de produtos de alta tecnologia latino-americanas e chinesas eram semelhantes - na casa dos US\$ 40 bilhões -, porém, a partir do ano de 2001 a China dispara seu ritmo de exportação, e em apenas uma década, chega a aumentar em mais dez vezes seu volume – para aproximadamente US\$ 560

bilhões -, enquanto a América Latina manteve seu volume de exportação de produtos de alta tecnologia quase inalterado ao longo da última década, próximo de US\$ 60 bilhões.

Gráfico 2 - China e América Latina: Exportação de produtos de alta tecnologia, 1990-2014 (Em US\$ milhões)



Fonte: Word Bank, 2016.

Elaboração do autor.

O ano de 1985 foi um divisor de águas nas políticas econômicas chinesas, do lado das importações, houve acentuado declínio relativo nas compras de produtos alimentares, bens intermediários (especialmente aço) e bens de consumo, isto é, a partir daí, ocorreu um vigoroso processo de substituição de importações; do lado das exportações, se expandiu a indústria leve, em particular a indústria têxtil. A política econômica chinesa baseou-se simultaneamente no desenvolvimento do mercado interno e na promoção das exportações (MEDEIROS, 2012). Outro ponto importante visto na década de 1980 foi a política de investimento interno e de gasto público. Medeiros (1998) ressalta que ao longo dessa década o investimento bruto situou-se acima de 35% do PIB, com forte aceleração a partir de 1985, quando se registrou por mais de três anos consecutivos um investimento de 40% da renda. É válido ressaltar que o Sistema Produtivo Estatal foi responsável por 65% do montante investido, canalizado por sua vez, para a expansão da capacidade produtiva industrial.

Nesse ínterim³³, a China se segmentou em dois regimes (promoção das exportações e proteção do mercado interno). O regime de promoção das exportações foi estabelecido com as ZEE (Zonas Econômicas Especiais), que se espalharam ao longo das zonas costeiras³⁴. Esse

³³ Anos 1980-1990.

³⁴ Guandong, Fujian, próximas a Hong Kong e Formosa são as que mais se destacaram (MEDEIROS, 2012).

regime baseia-se no processamento de importações com empresas locais contratadas por empresas estrangeiras ou por empresas com participação estrangeira com autonomia de exportação. As empresas vinculadas às ZEE possuem liberdade cambial e beneficiam-se de isenção de impostos. O intuito do regime, através dessa política, é a atração de investimentos e divisas (MEDEIROS, 2012).

As empresas que não se encontram sob o regime das ZEE, subordinam-se à política chinesa de comércio exterior, fortemente protecionista e dirigida simultaneamente para as exportações e para o desenvolvimento do mercado interno. Todo o comércio exterior é centralizado em *tradings* estatais, que exercem o monopólio cambial e tomam a iniciativa das exportações (MEDEIROS, 2012, p. 401).

Por outro lado, o regime de proteção do mercado interno é baseado na centralização das importações, as tarifas sobre importações são elevadas (43% nos anos 1980 e 23% nos anos 1990), contanto também, com barreiras não tarifárias para diversos bens. Cerca de 20% das importações estão sujeitas a controles quantitativos (MEDEIROS, 2012).

A partir dos anos 1990, a China se transformou no principal receptor de investimentos diretos estrangeiros (IDEs) entre os países em desenvolvimento. Dessemelhante das políticas latino-americanas, o “gigante asiático” manteve uma postura intervencionista nessa questão, como parte de sua estratégia de desenvolvimento de longo prazo. A China priorizou a absorção de capitais na forma de investimentos diretos (não de dívida) e tecnologia, além de ampliar a geração de divisas por meio do comércio internacional. Dessa maneira, o governo chinês procurou manejar de forma pragmática a gestão de fluxos financeiros, usando de incentivos fiscais para a atração de IDE, ao passo que criava restrições para o seu direcionamento interno (CUNHA, 2007). Pois, com o IDE concentrado em áreas estratégicas, as empresas estrangeiras eram obrigadas a se associarem a empresas locais, transferindo-lhes tecnologia (RODRIK, 2006).

Com relação às ZEEs, Rodrik (2006) afirma que os investimentos estrangeiros tem desempenhado um papel fundamental na evolução da indústria chinesa. Pois, podem se apresentar também como fontes de informações e tecnologias por meio de consórcios empresariais. De modo que a abertura da China ao investimento estrangeiro, e a sua disponibilidade para criar zonas econômicas especiais, com infraestrutura, benefícios fiscais e cambiais, criaram um ambiente de grande atratividade para as empresas estrangeiras. O autor ressalta que um dos objetivos ao incentivo a entrada de capitais é desencadear um salto produtivo, integrando as cadeias produtivas nacionais chinesas, por meio de políticas de

transferência tecnológica³⁵. Essa estratégia é um importante processo de transferência tecnológica e vem permitindo o desenvolvimento local em diversos setores, bem como o desenvolvimento de empresas chinesas com marcas próprias, como pode ser visto, particularmente, no caso da indústria automotiva³⁶.

Paralelamente as políticas econômicas, a liberalização comercial chinesa ocorreu de forma paulatina, tanto que após sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, os superávits comerciais se expandiram de forma relevante. Em 2006, a China já participava com 10% das exportações mundiais de bens manufaturados, contra cerca de 4% para o total das América Latina, segundo a OMC (BARBOSA, 2011).

Fiori (2014) argumenta que a liderança da inovação tecnológica se concentra nos países com maior poder dentro do sistema internacional, e que por outro lado, os países que ocupam posições inferiores acessam as tecnologias de “ponta” através da cópia, da importação (o caso latino-americano) ou de pequenas adaptações incrementais. Dessa forma, seguindo esse raciocínio, os países que almejam mudar sua posição dentro da hierarquia internacional, devem, também, alterar em algum momento, seu conjunto de pesquisa e inovação. O autor completa que os chineses estão deixando de lado o “mimetismo tecnológico” e estão seguindo o modelo norte-americano, como defende Fiori (2014, p. 98), “[...] na qual o sistema de defesa do país ocupa um lugar central no sistema de inovação”.

Sendo assim, o caso chinês, em relação a incrementos tecnológicos voltados a defesa, teve seu ponto de inflexão nos anos 1990, depois da Guerra do Golfo, quando se tomou conta da necessidade de modernizar seu sistema de defesa, mudando o rumo da pesquisa científica e tecnológica, adotando de forma progressiva o modelo americano de integração da academia com o setor público e privado, na produção de tecnologias duais capazes de dinamizar, simultaneamente, a economia civil chinesa. Ainda na década de 1980, a China criou a Comissão de Ciência, Tecnologia e Indústria para a Defesa Nacional, porém o verdadeiro salto só veio em 1990, com o lançamento do Projeto de Segurança Estatal 998, objetivando o

³⁵A partir dos anos 1990 a estratégia de aquisição tecnológica da China é clara, o país permite que as empresas estrangeiras tenham acesso ao mercado nacional em troca da transferência de tecnologia, pelo intermédio da produção conjunta (parcerias) ou *joint ventures*. Essa estratégia é facilitada pela fraca aplicação de leis de proteção intelectual, estimulando a rápida disseminação de novas tecnologias, através da cópia. Faz-se uso também da engenharia reversa, imitando os produtos sem nenhum medo de repressão ou penalidade (RODRIG, 2006).

³⁶ Como por exemplo, as marcas automotivas Chery e JAC Motors.

desenvolvimento da capacidade chinesa de contenção das forças norte-americanas no mar do sul da China (FIORI, 2014). Fiori saliente que,

Entre 1991 e 2001, o gasto militar chinês cresceu 5% ao ano, e, entre 2001 e 2010, 13%. Hoje [2014] a China possui o segundo maior orçamento militar do mundo, mas o que importa, nesse caso, é que os gastos com a defesa já alcançaram cerca de 30% de todo o gasto governamental com pesquisa e inovação, e foram os grandes responsáveis pelo avanço dos chineses nos últimos anos em microeletrônica, computação, telecomunicação, energia nuclear, biotecnologia, química e no campo aeroespacial (FIORI, 2014, p.99).

Arrighi (2008)³⁷ analisa as estratégias chinesas durante os anos de liberalização econômica. A partir desse estudo, surge a seguinte indagação: devemos considerar a década de 1990 como a “época áurea do capitalismo”, ou pode-se ver como algo mais próximo da “época do socialismo reformado?” O autor segue como parâmetro o sucesso da China e da Índia nesse período, pois de forma diferente, os anos 1990 não foram muito promissores para aqueles países que seguiram a receita recomendada pelo Consenso de Washington. De modo que tanto a China quanto a Índia livraram-se dos bancos ocidentais na década de 1970, poupando-se da crise da dívida externa desencadeada na década seguinte. Pois, até hoje, as duas economias continuam mantendo o controle de capitais, fazendo com que o dinheiro especulativo não tenha a liberdade de entrar e sair facilmente, somado, ainda, a preservação dos grandes setores estatais na indústria pesada. Cabe ressaltar, que embora a China tenha recebido bem os conselhos e a ajuda do Banco Mundial, ela o fez sempre em termos e em condições que serviam o interesse nacional chinês, não aos interesses do Tesouro norte-americano e do capital acidental. Pode-se citar a China como um dos melhores exemplos de país que ouviu os conselhos estrangeiros, mas tomou decisões em função de suas próprias circunstâncias sociais, políticas e econômicas.

Em termos analíticos, a desregulamentação e a privatização chinesa foram bem mais seletivas e avançaram em ritmo bem mais lento do que nos países que seguiram a receita neoliberal. A principal reforma não foi a privatização, e sim a exposição das empresas estatais à concorrência de umas com as outras, com grandes empresas estrangeiras e, acima de tudo, com uma cesta de empresas privadas, semiprivadas e comunitárias recém-criadas. Consequentemente houve uma redução da participação das estatais no emprego e na produção

³⁷ ARRIGHI, G. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. Tradução Beatriz Medina. Boitempo. São Paulo, 2008.

em relação ao período 1949-1979. Todavia, o papel do governo não diminuiu sua influência e sua promoção ao desenvolvimento nacional. Ao contrário, o governo investiu quantias enormes no desenvolvimento de novos setores, na criação de novas Zonas de Processamento para Exportação (ZPEs), na expansão e na modernização da educação superior e em grandes projetos de infraestrutura (ARRIGHI, 2008).

Graças ao tamanho continental e à imensa população do país, essas políticas permitiram ao governo chinês combinar as vantagens da industrialização voltadas para a exportação, induzida em grande parte pelo investimento estrangeiro, com as vantagens de uma economia centrada em si mesma e protegida informalmente pelo idioma, pelos costumes, pelas instituições e pelas redes, aos quais os estrangeiros só tinham acesso por intermediários locais (ARRIGHI, 2008.p.362).

Segundo Arrighi (2008), a China abriga dois terços do total mundial de trabalhadores em zonas semelhantes às ZPEs, a distribuição espacial desses conglomerados industriais básicos se estabelece pelo tipo de especialização produtiva: o delta do rio Pérola é composto por indústrias intensivas em mão de obra, produção e montagem; o delta do rio Yang-tsé é voltado para setores que fazem uso intensivo de capital e em produção de carros, celulares e computadores; e Zhongguan Cun, localizada em Pequim, é o vale do Silício chinês. “Mais do que no resto do mundo, ali o governo intervém diretamente para promover a colaboração entre universidades, empresas e bancos estatais no desenvolvimento da informática” (ARRIGHI, 2008.p.362). Assim, a divisão do trabalho entre as ZPEs ilustra também a estratégia do governo chinês de promover o desenvolvimento dos setores intensivos em tecnologia e conhecimento, sem abandonar em contrapartida, as atividades intensivas em mão de obra.

O panorama aqui esboçado evidencia que a China planejou um modelo nítido de desenvolvimento de longo prazo, com o objetivo de transformar o perfil da estrutura produtiva interna, balizando-se em altas taxas de investimento direcionadas para a expansão das exportações, alto nível de gasto público, expansão do mercado interno, especialização e integração da cadeia produtiva, além de manter a moeda desvalorizada em um ambiente de controle em relação à liberalização do mercado de capitais (BARBOSA, 2011).

3.2.1 O caminho latino-americano: Do ideário desenvolvimentista à luta pela estabilização econômica

As décadas de 1980 e 1990, na América Latina, são marcadas por ajustes e reestruturações econômicas. A década de 1980 foi profundamente marcada pela “Crise da

Dívida”, originada pelo aumento nas taxas de juros imposto pelos Estados Unidos no início da mesma década. Durante esse período recessivo o ideário desenvolvimentista foi perdendo gradativamente sua relevância e as políticas econômicas não mais se voltavam ao planejamento em prol do crescimento e do desenvolvimento econômico; o contexto agora era outro, com a economia latino-americana na bancarrota a preocupação era direcionada para políticas de estabilização e ajuste econômico. “Durante toda essa década, a maioria dos economistas do governo, da academia e do setor privado não mais discutiam o longo prazo ou o crescimento, mas tão-somente a conjuntura, o juro, os preços, o câmbio e o salário” (CANO, 2000, p. 35).

As políticas de ajuste econômico foram impostas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), bancos privados e pela pressão de governos dos países industriais – *centrais* – aos países devedores como forma de obrigá-los a pagar os juros das dívidas contraídas nas décadas anteriores³⁸. Observava-se assim, uma preocupação com a salvaguarda do sistema financeiro internacional e, no que tange à América Latina, a pressão pelo pagamento, ao menos de parte dos juros do endividamento contraído na década anterior (CANO, 2012).

De acordo com Santos (1996), essa política consistiu, nos países dependentes devedores, numa combinação entre o incremento das exportações, apoiado nas desvalorizações cambiais, e a diminuição das importações, com base na restrição do mercado, ou seja, compressão salarial e restrição do crédito para consumo. Porém, o superávit comercial obtido com o ajuste, serviu basicamente para o pagamento dos altíssimos juros internacionais. Sendo assim, na década de 1980, a América Latina consumiu grande parte de seu superávit comercial sem nenhuma contrapartida de crescimento econômico, nem mesmo como amortização do principal da dívida externa.

Cano (2000) esquematizou os principais pontos em que se constituem as propostas de ajuste nos anos 1980 impostas para a América Latina em: i) a política fiscal se baseava em cortes radicais nos gastos correntes (notadamente em salários, gastos sociais e subsídios diversos) e no investimento público, poucas alterações na tributação em face da restrição da demanda; ii) a política monetária se direcionava à contenção da expansão dos meios de pagamento, do crédito interno e elevação das taxas de juros reais; iii) a política salarial visava

³⁸ Especialmente na década de 1970, com a abundância de liquidez internacional resultante da reciclagem dos “petrodólares”, como visto na seção anterior.

a estancamento dos reajustes e queda do salário real; iv) a política cambial e de comércio exterior era direcionada a desvalorização do câmbio, incentivos às exportações e restrições às importações.

Não é difícil entender o sentido de cada política: i, ii e iii atuavam na redução do consumo e do investimento (público e privado), o que significava também redução de parte da demanda por importações; ii e iii teriam efeitos sobre a contenção inflacionária; iii geraria efeito específico de redução de custos e melhoria da relação “câmbio/salário”; iv atuaria na reversão do déficit comercial (CANO, 2012, p. 34).

Nesse mesmo período, a banca internacional cortou o crédito externo, ocasionando uma retração das fontes de financiamento para pagamento dos serviços da dívida, da remessa dos lucros das companhias multinacionais e dos investimentos externo de capitalistas locais. Provocando o desajuste dos mercados financeiros locais, deteriorando as finanças públicas e as políticas monetárias, colocando a América Latina em uma situação inflacionária de três dígitos. A abrupta contração do crédito internacional e sua concentração nos países mais ricos, em particular nos EUA, e em algumas regiões como a Ásia, alterou substancialmente a inserção externa dos países periféricos. O comportamento dos países latino-americanos nas décadas de 1980 e 1990 mostrou claramente sua fragilidade e subordinação financeira³⁹. Dessa forma, a década de 1980 é marcada pela escassez de financiamento externo, instabilidade macroeconômica e desinvestimento.

Do ponto de vista macroeconômico, nos anos 1980, a América Latina se caracterizou por uma maior fragilidade externa, comparada ao continente asiático em meio à abundância de capitais forâneos. Esta vulnerabilidade decorreu de três aspectos: a) maior peso das transferências financeiras; b) menor taxa de crescimento das exportações; e c) maior vulnerabilidade dos fluxos de capitais.

Medeiros (1997) descreve o dilema vivido na época pelas economias latino-americanas em face do estrangulamento externo no recebimento de créditos internacionais, somado a diminuição da capacidade de importar dos países da OCDE, situação que resultou na contração de suas taxas de crescimento.

Em condições de escassez de finanças internacionais – como a que diferencialmente se abateu sobre os países periféricos – a única forma de deslocar a restrição externa e manter o crescimento econômico é através do aumento das exportações; mas como aumentá-las num momento marcado

³⁹ Com exceção do Chile e Colômbia, que não se marginalizaram totalmente dos fluxos de créditos internacionais (MEDEIROS, 1997).

por recessão entre países da OCDE e queda de preços das *commodities* internacionais? (MEDEIROS, 1997, p. 288).

Segundo Medeiros (1997), após de uma década de estagnação, com a reestruturação da dívida no final dos anos 1980, os fluxos internacionais de capitais – principalmente a captação de investimentos de portfólio – reinsertem-se na economia latino-americana. A abundância de liquidez viabilizou políticas de estabilização baseadas na sobrevalorização das suas moedas nacionais. Esse deslocamento temporário da restrição interna decorrente da entrada de capitais foi acompanhado por intensa e unilateral abertura financeira e comercial.

Em toda a América Latina, com exceção do México, o único caso latino-americano de produção industrial integrada com os EUA, a combinação de abertura comercial e financeira com câmbio sobrevalorizado resultou em abruptas elevações dos coeficientes de importação e deslocamento das exportações para as “*commodities*” (MEDEIROS, 1997). Dessa forma, ao contrário de uma macroeconomia regional expansiva dinamizada pelos deslocamentos do capital produtivo e expansão global do comércio, a região latino-americana se vê limitada a baixas taxas de crescimento na expectativa incerta de que os investimentos diretos em expansão naquele momento, possam a um tempo financiar o déficit em transações correntes e aumentar as exportações industriais.

No que se refere às condições de endividamento e especialização produtiva, as diferenças nacionais importantes em termos de padrão histórico e grau de industrialização, particularmente pelo êxito do desenvolvimento brasileiro e mexicano, como também a desindustrialização chilena e argentina do final dos anos 1970, não diferenciaram os países enquanto devedores do sistema financeiro internacional. O intenso esforço exportador latino-americano ocorrido na década de 1980 e, principalmente depois de 1985, foi acompanhado por deterioração dos termos de troca concentrando-se essencialmente nas *commodities* agrícolas e industriais. Ao lado do crescimento da exportação de bens primários tradicionais houve entre os maiores países da região, como Argentina e Brasil⁴⁰, o deslocamento da indústria na direção das *commodities* (petroquímica, alumínio, celulose, papel, aço e metais não ferrosos). Com relação ao padrão de especialização produtiva evidenciado durante os anos 1980 e 1990, no Brasil e Argentina, Medeiros observa que,

Tendo em vista o sentido global do ajuste macroeconômico e da abertura comercial, ocorreu, tanto na Argentina ainda nos anos 80 e no Brasil (a despeito das notáveis diferenças de escala) nos anos 90, uma mudança no padrão de especialização do setor industrial: encolhimento do complexo

⁴⁰ Com exceção do México.

metal-mecânico e expansão dos ramos industriais intensos em recursos naturais. Estas estratégias buscaram, por outro lado, ajustar-se às novas condições tarifárias e cambiais decorrentes do Mercosul. O efeito imediato deste deslocamento foi a redução de emprego e demanda por bens de capital nacional e quebra dos encadeamentos industriais. Foi notável aqui a mudança estrutural nos coeficientes de exportação e importação em todos os ramos da indústria. Se de um lado a indústria se reespecializava na direção de *commodities*, de outro, em todos os subsetores da indústria, como exceção de produtos alimentares, os coeficientes de importação passaram a exceder, nos anos imediatos ao da abertura externa, os de exportação (MEDEIROS, 1997, p. 340).

Medeiros (1997) faz uma reflexão resgatando as teorias cepalinas ao analisar a problemática latino-americana dos anos 1980-1990, observando que o deslocamento da estrutura industrial no sentido das *commodities* traz à tona os problemas clássicos examinados por Raul Prebisch em meados da década de 1950. Observando que na América Latina, “em primeiro lugar a flutuação da demanda mundial instabiliza o ciclo de crescimento dos países exportadores, em segundo lugar, ocorre deterioração de preços no longo prazo (houve deterioração dos termos de troca nos anos 80 e na primeira metade dos anos 90)” (MEDEIROS, 1997. p. 345).

Durante a década de 1990, observa-se também uma mudança internacional em termos “estruturais”. Primeiro verifica-se a desarticulação das economias socialistas, forte desaceleração da economia dos principais países desenvolvidos e a considerável queda das taxas de juros. Diante desse contexto, era preciso renegociar as dívidas externas das economias periféricas para criar um ambiente receptivo aos capitais ociosos norte-americanos. Segundo Cano (2000), as reformas e ajustes se basearam em: i) concluir as renegociações de dívidas, para equacionar melhor a situação dos credores e possibilitar um novo período de reendividamento; ii) debelar a inflação crônica, para dar melhor estabilidade e menor risco ao capital estrangeiro; iii) introduzir as reformas liberalizantes, principalmente abrindo os mercados de bens, serviços e capitais e flexibilização das relações trabalho/capital.

A periodização das reformas e dos ajustes é igual para todos os países. O Chile, por exemplo, se antecipa e a realiza entre 1973 e 1979, mas fracassa em 1981-1983. A Argentina também fizera sua tentativa neoliberal entre 1976 e 1979 e a crise da dívida postergou esses e outros intentos. Reformas parciais, como a financeira e a renegociação das dívidas, iniciavam em vários países antes de 1990. Mas é a partir de 1990 que a maior parte dos países latino-americanos desencadeia seus processos de reforma e ajuste (CANO, 2000, p. 41).

Os programas de estabilização apresentados na década de 1990, na aparência, tinham grande similaridade com os da década anterior: “política de contenção salarial; restrição

monetária e creditícia e juros elevados (cortes em gastos correntes e investimentos)” (CANO, 2000, p. 41). Porém, na essência, se via claramente a distinção: a política cambial, ao contrário da anterior, que propunha a desvalorização no intuito de incentivar as exportações, voltou-se para a valorização cambial, se tornando a alavanca mestra de estímulo as importações. O corte dos gastos públicos teve como ponto central a acomodação subsequente da massa de juros internos e externos. A política de combate à inflação se anexaria com outra condicionante, a liberalização do comércio exterior, com grande diminuição das barreiras administrativas, tarifárias e não tarifárias, barateando por duas vias as importações (pelo câmbio e pela tarifa), pressionando conseqüentemente a queda dos preços dos produtos similares nacionais.

Cano (2000) ressalta que dessa vez o ajuste não objetivava conter a demanda interna e produzir excedentes exportáveis. A questão se apresentava de maneira mais complexa.

A demanda pública era contida mais para compatibilizar o propósito de diminuição do tamanho e da ação do Estado com os crescentes juros; a contenção salarial vinha muito mais pressões nos custos públicos e empresariais; a brutal elevação dos juros internos não era tanto para conter o investimento privado, mas para atrair a entrada de capital forâneo, sumamente necessário para financiar o violento aumento das importações de bens e de serviços (notadamente do turismo) e o pagamento da dívida externa, agora compulsório pelos acordos de renegociação (CANO, 2000, p. 42).

Santos (1996) acrescenta que com a queda das taxas de juros, verificou-se também um alívio nas pressões pelo pagamento da dívida externa em decorrência também de várias negociações que resultaram em acordos conciliatórios (descritas em três pontos por Cano). As políticas de ajuste, em decorrência, assumiram um sinal oposto. A necessidade de equilíbrio na balança de pagamentos norte-americana ameaçada por um amplo déficit comercial impôs aos países dependentes a implantação de políticas de déficit comercial. A nova política econômica, como também ressaltou Cano, consistia na valorização das moedas locais (por meio da âncora cambial), no aumento indiscriminado das taxas de juros da dívida pública e na venda do patrimônio público, conhecido como privatização.

Conseqüentemente, as exportações caíram, as taxas de crescimento diminuíram e as importações aumentaram, produzindo déficits comerciais, que são compensados pela entrada de capital de curto prazo em busca de juros altos e da especulação financeira decorrentes de indicadores macroeconômicos de curto prazo favoráveis (SANTOS, 1996.p.12).

Camara & Salama (2005) salientam que os investimentos diretos e os investimentos em carteira tornaram-se a forma mais importante de financiamento externo na Ásia e na América Latina nesse período. A região asiática foi mais inserida pelos IDE e na América Latina existe a predominância de fluxos de investimentos em carteira. Dessa forma, o financiamento externo que predominou na região latino-americana nos anos 1990 foi essencialmente formado por fluxos financeiros voláteis sem vínculos diretos com a exportação. Os autores observam que durante os anos de liberalização econômica, o volume de fluxos financeiros enviados aos países subdesenvolvidos cresceu substancialmente.

No segundo subperíodo, 1990-2000, o financiamento, será, de novo, essencialmente dos fluxos privados sob a forma de investimentos diretos e de investimentos em carteira [...] Segundo os dados do Banco Mundial, esses fluxos líquidos de capitais em direção aos PEDs⁴¹, que eram de US\$ 20 bilhões em 1986, atingiram US\$ 240 bilhões no auge (1993-96) e se estabilizaram em torno de uma média anual de US\$ 130 bilhões entre 1998 e 2002 (CAMARA & SALAMA, 2005, p. 202).

De maneira que mesmo em dimensões distintas, a abertura comercial e financeira favoreceu intensamente o setor de serviços das economias latino-americanas. Pois, parte significativa do IDE que se expandiu fortemente nos anos 1990 para o México, Argentina, Brasil e Chile foi canalizado para o setor financeiro e para aquisições patrimoniais em serviços de utilidade pública privatizados. As importações permitiram aumentar as margens de lucro do comércio e serviços em relação à atividade industrial. Porém, os investimentos nestas atividades tiveram impactos desprezíveis sobre o crescimento econômico e no emprego. Dessa forma, o direcionamento dos investimentos para os serviços explica a baixa formação de capital na indústria neste período.

A expansão e a internacionalização dos serviços, o retrocesso da substituição de importações na indústria e a especialização do setor exportador em *commodities* vão definindo uma modalidade de inserção internacional do trabalho bastante diferenciada da que se observou sobre a Ásia (MEDEIROS, 1997, p. 333).

Barbosa (2011) observa em linhas gerais que o modelo de desenvolvimento latino-americano foi baseado na liberalização econômica, na concentração dos investimentos diretos no setor de serviços, aprofundado conseqüentemente pelo processo de privatização em curso. Por sua vez, verificou-se uma racionalização produtiva com desintegração vertical e aumento de conteúdo importado, principalmente nos setores importantes, dinâmicos e mais produtivos da economia. Conseqüentemente houve perda da participação da produção industrial, porém

⁴¹ Países em desenvolvimento.

não em virtude de mudanças estruturais pela incorporação de serviços agregados de valor, como nos países centrais industrializados, mas sim pelo encolhimento da base industrial herdada no período de substituição de importação.

Como resultado, obtém-se um duplo processo de concentração das exportações em produtos intensos em recursos naturais e de generalização das maquiladoras, as quais se destacam pelas exportações de manufaturados com baixo valor agregado no mercado interno (BARBOSA, 2011. p. 271).

Sendo assim, a diferença essencial entre a China e a América Latina parece se mostrar no nexos entre exportações e investimentos, que permitiu ampliar a capacidade produtiva na China, ajudando o fortalecimento do mercado interno, enquanto na América Latina a volatilidade cambial – resultado da rápida abertura comercial e financeira – dificultou esse processo, trazendo uma brusca oscilação nas taxas de crescimento e investimento (BARBOSA, 2011). Desse modo, essa diferença se expande às concepções peculiares de política industrial e aos modelos e de inserção externa das duas regiões.

O que se observava na América Latina eram políticas industriais de caráter horizontal e políticas macroeconômicas moldadas pelos países desenvolvidos, diferente das políticas e estratégias chinesas predominantemente independentes⁴². Dessa forma, os tratados comerciais latino-americanos firmados com economias avançadas tenderam a subordinar os fluxos comerciais às decisões das empresas multinacionais. Outro ponto importante é o comportamento dos investimentos diretos estrangeiros nas duas regiões. Na China esses investimentos eram crescentes e contínuos, voltados para a diversificação da base industrial e dos serviços, por outro lado, na América Latina, os IDEs, em larga escala, se comportavam de maneira exógena. Ou seja, cresciam com o volume global de investimentos externos, nos períodos de prosperidade, e caíam quando a economia global se deparava com crises (BARBOSA, 2011).

⁴² Que se direcionavam na criação de habilidades nacionais próprias, como também o foco na especialização em produtos intensos em tecnologia.

4. O “MILAGRE CHINÊS” E SEU REFLEXO NA AMÉRICA LATINA

O capítulo que segue possui quatro pontos-chave, e estes, norteiam toda a análise. O primeiro é entender quais são os interesses da China na América Latina, bem como mostrar porque a região foi tão beneficiada por essa relação na primeira década do século XXI. O segundo ponto, estuda os reflexos causados pela atual crise internacional sobre o dinamismo da economia latino-americana. O terceiro tenta analisar a forma como vem se perfilando o comércio entre as duas regiões, identificando quais foram os impactos do crescimento chinês no tocante a especialização produtiva na América Latina, personificada por sua vez, nas pautas de exportação e importação. O quarto considera os efeitos complementares e competitivos dessa relação, compreendendo sua heterogeneidade estrutural como condicionante desses efeitos.

4.1 O século XXI: Economia mundial, América Latina e o “efeito China”

Nas últimas três décadas, a economia chinesa tem crescido a uma taxa média anual de dois dígitos, com um aumento significativo do seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* – de US\$ 193,00, no início dos anos 1980, para US\$ 7.587,00, em 2014. Isto permitiu que 500 milhões de pessoas saíssem da linha da pobreza. A magnitude do crescimento chinês, assim como seu conseqüente peso no comércio internacional, evidencia-se por seu papel protagonista em diferentes áreas. Nas últimas décadas, a China se tornou o principal exportador de bens e o quinto maior exportador de serviços. Do mesmo modo, é o principal consumidor de alumínio, cobre, estanho, soja e zinco, e o segundo maior consumidor de açúcar e petróleo (BEKERMAN et al, 2013).

De acordo com informações retiradas da COMTRADE, em 2014 a China exportou US\$ 2,34 trilhões e importou US\$ 1,95 trilhões, resultando num saldo comercial de US\$ 384 bilhões. Neste mesmo ano, seu PIB chegou ao patamar de US\$ 10,4 trilhões e seus principais produtos exportados no referente ano foram unidades de discos rígidos, equipamentos de transmissão, telefones, circuitos integrados e peças de máquinas de escritório. Já sua pauta importadora foi formada principalmente por petróleo bruto, circuitos integrados, minério de ferro, ouro, veículos, soja e cobre. Diante disso, percebe-se que de maneira semelhante ao padrão de comércio do mundo desenvolvido, a inserção internacional chinesa está fortemente orientada ao setor manufatureiro, com ênfase especial em eletrônicos (BEKERMAN et al, 2013).

O pujante crescimento chinês pode ser notado claramente nos dados do Banco Mundial expostos na tabela 4. No intervalo de quatorze anos a taxa média de crescimento do PIB chinês ultrapassou os 10 % a.a. Tomando como exemplo, no ano de 2007, a taxa de crescimento chinês, quando vista em termos comparativos, foi aproximadamente três vezes maior que da América Latina e cinco vezes maior que do mundo.

Tabela 4 - Taxa de crescimento anual do PIB (%)

Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
América Latina	4,46	0,76	1,90	1,70	4,99	3,66	5,01	5,10	3,61	1,64	6,06	4,29	3,22	2,85	1,74
China	8,43	8,30	9,10	10,10	10,08	11,35	12,69	14,19	9,62	9,23	10,63	9,48	7,75	7,68	7,27
Mundo	4,26	1,84	2,10	4,10	4,15	3,59	4,09	3,94	1,46	2,06	4,08	2,85	2,26	2,37	2,49

Fonte: Word Bank, 2016. Disponível em: <<http://databank.bancomundial.org>>.

Elaboração própria

Uma das consequências diretas do rápido crescimento econômico chinês e de seus processos de industrialização e urbanização, foi o aumento da demanda por commodities, demanda essa que acompanhou o ritmo de expansão da economia chinesa, principalmente a partir dos anos 2000, quando o processo de urbanização e a indústria pesada (aço, ferro, cimento, alumínio, vidro) exigiram esse tipo de produto para alimentar o processo de crescimento. Por outro lado, embora a China seja um importante produtor de commodities, com consideráveis reservas de carvão e minérios de ferro, grande produtor de trigo e arroz, sua produção não conseguiu acompanhar o acelerado ritmo de crescimento de sua demanda, tendo como única solução importar commodities no mercado mundial (CINTRA, 2013).

Pinto (2013) analisa a forte influência da dinâmica desencadeada pela China no mundo durante a primeira década do século XXI⁴³, e conclui que o recente papel desempenhado por esse país na economia internacional provocou significativas mudanças estruturais, traduzidas em quatro pontos centrais: 1) elevação e manutenção dos preços internacionais das commodities resultado da crescente demanda chinesa por esse tipo de produto; 2) estabilização ou baixo crescimento do nível dos preços das manufaturas em razão da pressão competitiva da produção industrial da China, que faz uma combinação de salários baixos, economias de escala e de escopo, novas formas de organização e gestão da produção, como por exemplo, a tecnologia barata e a produção modular⁴⁴; 3) sustentação dos termos de troca

⁴³ Pelo menos até o ano 2011, por motivos que serão explicados mais adiante na seção 4.2.2.

⁴⁴ O sistema de manufatura modular agrega a maioria das vantagens da integração vertical, como eficiência em planejamento, coordenação direta entre as partes, redução de custos de transação (diminuição de renegociações), e unidade de propósito, já que as empresas se relacionam cooperativamente em prol da eficiência de sua rede de suprimentos, sendo mais eficientes que arranjos puramente integrados. Além disto, este modelo agrega também

favoráveis aos países em desenvolvimento, especialmente os africanos e latino-americanos que exportam commodities para a China; 4) expansão mundial do consumo de massa como consequência da mudança de preço relativo entre manufaturas e salário, permitindo assim o progressivo acesso aos produtos industriais a segmentos da população mundial que antes não tinham acesso.

Para Medeiros & Cintra (2015), o motor da ascensão chinesa no centro do comércio mundial e na divisão internacional do trabalho, provém essencialmente de dois processos, que se relacionam e reproduzem dinâmicas específicas. Os autores defendem que,

[...] a urbanização constitui o primeiro motor e polo de expansão autônoma direta da demanda para os países ricos em recursos naturais, o segundo motor é o da transformação da China num grande centro manufatureiro da economia mundial e que se transmite para os demais países através de suas exportações industriais (de bens intermediários e finais), por seu efeito sobre os preços e por meio das importações de matérias-primas, bens de capital e de partes e componentes das cadeias produtivas em que a China está inserida (MEDEIROS & CINTRA, 2015, p. 31).

Ao ingressar na OMC (Organização Mundial do Comércio), no ano de 2001, a China desenvolveu uma forte estratégia de consolidação do comércio bilateral e birregional através de fechamento de acordos de livre comércio (ALCs). Esta estratégia permitiu a abertura de mercados para suas exportações, ao passo que abria novas fontes de abastecimento de matérias primas e insumos para suprir sua demanda crescente⁴⁵.

Entre os acordos assinados com o objetivo de suprir-se de alimentos e matérias primas, cumpre assinalar o alcançado, em 2008, com a Nova Zelândia, um forte produtor e exportador de alimentos, que prevê a eliminação quase total das tarifas até 2019. Na região latino-americana, a China possui acordos assinados com o Chile e Peru. O ALC com o Chile apresenta a menor tarifa de importação dos acordos assinados pelo país – média de 2,3% para importações provenientes do Chile, entrou em vigor em 2006 [e no início do ano passado (2015), ambos os países eliminaram as tarifas sobre 97% dos produtos comercializados] (BEKERMAN et al, 2013, p. 15).

algumas vantagens da subcontratação, como tamanho eficiente para cada atividade (escala eficientes), motivação máxima e agilidade em responder a novas demandas. O sistema entrega os produtos e serviços finais mais eficientemente porque cada uma das atividades do sistema contribui com desempenhos eficientes, e os custos de coordenação de toda operação são gerenciados da melhor e mais eficiente maneira. Cada atividade pode ser executada por diferentes empresas, que trabalham em conjunto com o elo principal da cadeia, a empresa responsável pelo gerenciamento da rede. (UNICAMP, tecnologia mecânica, site: <http://www.fem.unicamp.br>, 2016).

⁴⁵ Segundo Bekernan et tal (2013), a demanda chinesa no caso dos complexos oleaginosos (grãos, óleos e subprodutos de moagem), passou de 14% no mercado mundial, ao ingressar na OMC, para 36% na atualidade.

Sendo assim, a China aumentou fortemente sua participação como demandante de produtos primários para nutrir sua crescente atividade industrial, como também, para alimentar uma população cada vez mais integrada ao mercado de trabalho e aos benefícios oriundos desse processo. Isto posto, o interesse da China no comércio internacional busca garantir a segurança energética e alimentar como meio de sustentar seu pujante desenvolvimento interno (PIRES & SANTILLÁN, 2014).

Ao analisar as transformações econômicas do século XXI, em nível internacional, Carcanholo & Saludjian (2012) salientam que nos primeiros anos do presente século, principalmente a partir de 2002, seguindo o ritmo da economia mundial, a região latino-americana voltou a experimentar uma nova fase exportadora. Assim, a volta do crescimento da economia mundial neste período assegurou uma forte elevação da demanda mundial por produtos nos quais a região voltou a se especializar nos anos 1990, as commodities primárias. Os autores acrescentam que o “efeito China” não foi o único fator causal da alta dos preços das commodities nos últimos anos. Pois, influenciados também pela atuação dos capitais financeiros especulativos no mercado de commodities, os preços destes produtos apresentaram forte aceleração a partir de 2002/2003, o que resultou num quadro de elevação das exportações ancorado simultaneamente tanto pela alta dos preços dos produtos quanto pela sua crescente demanda internacional.

Cintra (2013) trabalha de forma mais ampla as possíveis causas da alta dos preços das commodities no início do século corrente. A autora atribuiu esse acontecimento a uma conjugação de vários fatores. Em parte esse fenômeno estaria relacionado à demora de resposta do aumento da oferta desse tipo de produto no mercado mundial, pois o processo de rápida industrialização chinesa, direcionando seu perfil produtivo para os setores intensivos em bens de capital, como equipamentos eletrônicos e elétricos, afetaria diretamente os preços mundiais de metais. Dessa forma, a “demanda chinesa “não antecipada” colocou grande pressão na oferta de certas commodities globais fazendo com que seus preços subissem acima do normal” (CINTRA, 2013, p. 23). Outro fator para a alta de preços seria o ingresso da China na OMC, uma vez que a redução das tarifas, os aumentos de cotas de importação e a assinatura de acordos bilaterais subsidiaram a ampliação das importações chinesas. Um terceiro fator, muitas vezes negligenciado, é o importante papel do custo de produção sobre o recente aumento do preço das commodities, pois quase sempre o enfoque se dá pelo lado da demanda, como identificado nos outros dois fatores analisados.

O aumento do preço do petróleo observado na primeira década do século XXI que, de acordo como o FMI, foi de 18,41% ao ano, de 2003 a 2010, elevou de forma expressiva os custos de produção de commodities metálicas, como alumínio e aço, intensivas em energia. Para Serrano, além do aumento dos custos de energia, com o aumento da demanda, as unidades produtoras com custos de extração menores passaram a ter restrições produtivas, viabilizando a produção em lugares com custos de extração maiores e, conseqüentemente, com custo de produção mais elevado [...] Os preços de algumas commodities também foram pressionados por fatores específicos ou conjunturais no início do século XXI (CINTRA, 2013, p. 23).

Os aspectos específicos e conjunturais estavam relacionados a questões trabalhistas, como greves – o caso das minas de cobre no Chile e no EUA – e choques de ofertas de origem climática, elevando consideravelmente os preços das commodities agrícolas – enchentes prejudicaram as safras de algodão norte-americanas, a seca reduziu a produção de café no Vietnã e a redução da oferta de soja oriundas dos EUA e Brasil devido às secas e as péssimas condições climáticas nos anos 2003 e 2004 (CINTRA, 2013).

Medeiros & Cintra (2015) fazem uma distinção importante entre os ciclos dos preços das commodities vistos nos anos 1950 e 1970 e o ciclo atual, iniciado nos anos 2000. Os autores explicam que,

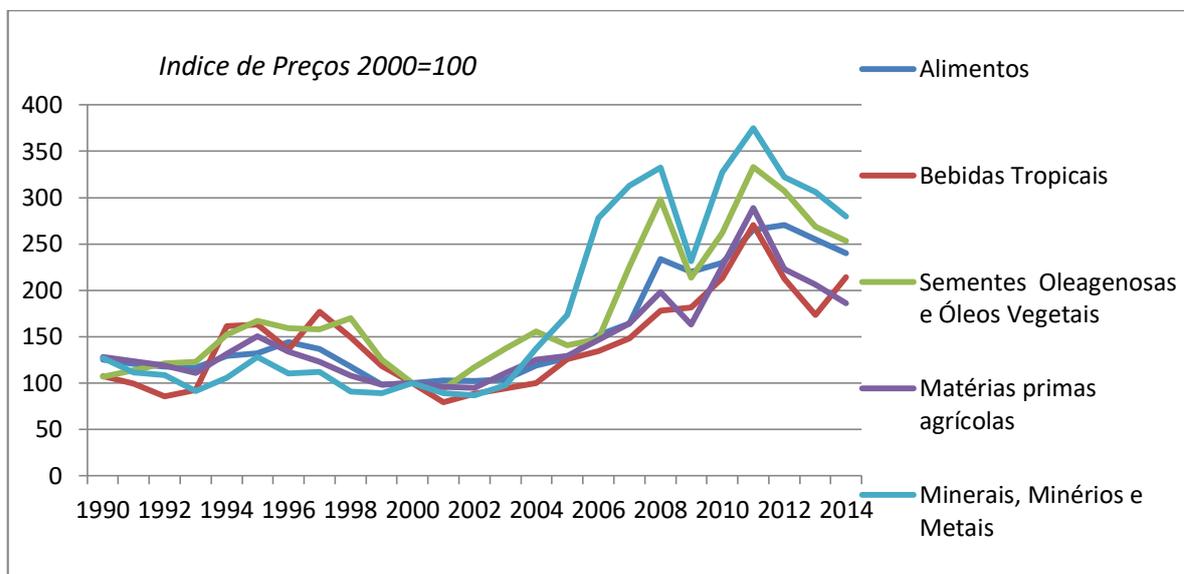
O que distingue a mudança no ciclo de preços das commodities iniciado nos anos 2000 é sua persistência - a queda nas altas de preços 2008 e as intensas flutuações nos anos posteriores não anularam a forte mudança inicial – ao contrário do que se passou nos ciclos precedentes, no início dos anos 1950 e início dos 1970 quando após forte elevação os preços retornaram aos níveis iniciais. A ascensão chinesa é parte dessa diferença (MEDEIROS & CINTRA, 2015, p. 31).

O gráfico 3 compilado com dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), ratifica os argumentos expostos, mostrando a trajetória ascendente dos preços das commodities no comércio mundial ao longo da primeira década do século XXI, evidenciando assim, uma variação excepcional nas commodities minerais, de óleos vegetais, de matérias primas agrícolas e alimentares no período subsequente aos anos 2000, mais especificamente entre 2002 e 2011. Todavia, depois desse período de alta, há uma queda brusca de praticamente todos os preços dos principais commodities em relação ao ano de 2011⁴⁶ (tabela 5), os alimentos tiveram uma queda de 12%, as bebidas 21%, as sementes oleaginosas 24%, as matérias-primas agrícolas também seguiram esse movimento caindo 36% - a que mais sofreu variação - os minerais, minérios e metais caíram 25,6%. Mesmo com essas informações, as colocações de Medeiros & Cintra não perdem sua validade, pois sem dúvida,

⁴⁶ As commodities alimentares que começaram a ter uma queda em 2012.

os níveis de preços ainda não retornaram ao nível inicial do ano 2000, porém, não se pode negar que no atual contexto econômico internacional se perfila um período recessivo⁴⁷.

Gráfico 3 - Índices de preços das commodities 1990 – 2014



Fonte: UNCTAD, 2016. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx>>. Elaboração própria.

Tabela 5 - Índices de preços das commodities 2007 – 2014

Produto	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alimentos	164,13	233,91	219,86	229,63	265,05	270,38	255,06	239,89
Bebidas Tropicais	148,03	177,99	181,45	213,15	270,29	212,30	173,51	214,25
Sementes Oleaginosas e Óleos Vegetais	225,69	297,79	213,33	261,68	332,78	307,47	268,76	253,08
Matérias primas agrícolas	164,18	197,91	163,25	225,73	289,05	222,58	206,11	185,74
Minerais, Minérios e Metais	313,18	332,45	231,62	327,29	375,24	322,30	305,78	279,83

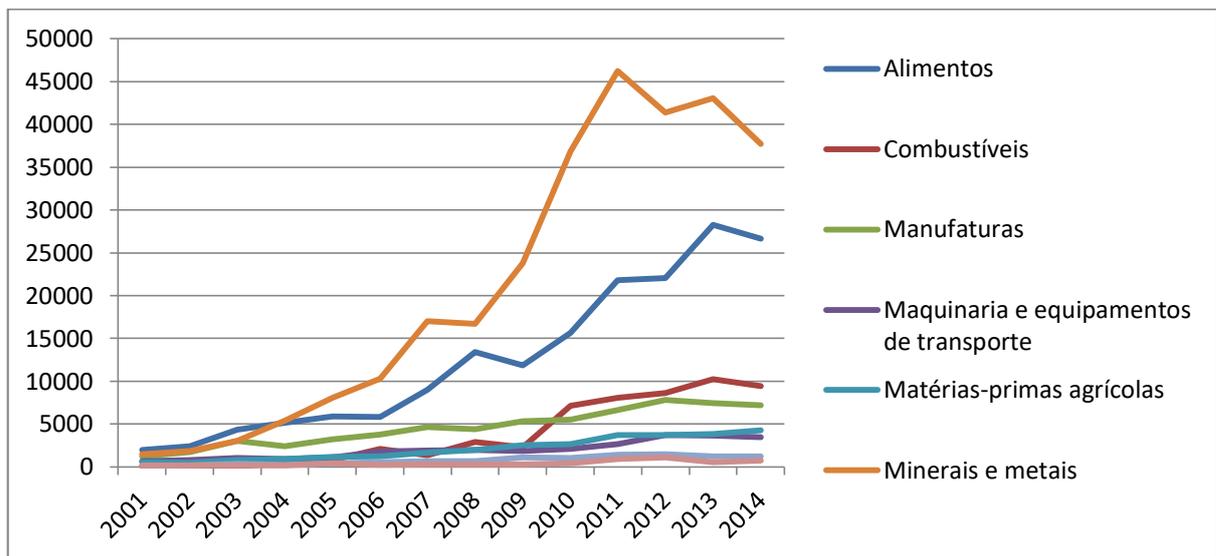
Fonte: UNCTAD, 2016. Corte temporal retirado do gráfico 3.

A ofensiva comercial chinesa foi abrangente na região na última década. Até o ano de 2012, a China além de ter promovido acordos de livre comércio com Chile e Peru também fechou acordos com a Costa Rica. Além de minério de ferro, cobre, soja e petróleo, novos produtos primários latino-americanos aumentaram suas exportações direcionadas para a China, tais como, madeira, papel e celulose, carne, café e etc. O movimento ascendente da demanda chinesa por alimentos e minerais na América Latina pode ser facilmente visto no gráfico 4, o valor do comércio de minerais e metais entre as regiões saltou de pouco mais de US\$ 1,4 bilhões em 2001, para aproximadamente – mesmo em queda após 2011 - US\$ 38 bilhões em 2014. Movimento similar ocorreu com o valor do comércio de alimentos,

⁴⁷ Na seção 4.4.2 será visto um pouco mais sobre a retomada do período recessivo da economia mundial desencadeada a partir de 2008.

passando de US\$ 2 bilhões no ano 2001 para US\$ 26,6 bilhões em 2014⁴⁸. Porém, é válido ressaltar que seguindo o mesmo movimento do índice de preços das commodities (tabela 5), o fluxo das exportações dos dois principais produtos exportados – alimentos, minerais e metais – para a China também está seguindo uma acentuada trajetória decrescente a partir de 2011 (gráfico 4).

Gráfico 4 - América Latina: Evolução do fluxo de exportação destinado à China, 2001-2014 (Em US\$ milhões)



Fonte: Word Bank (CUCI), 2016. Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/CountryProfile/>>. Elebaroração própria.

Contudo, esse plano de fundo descrito até aqui – com relação ao crescimento chinês e seu efeito sobre a quantidade e os preços dos alimentos e minerais até 2011 – permite explicar um pouco do impacto causado da dinâmica chinesa sobre os produtos que a América Latina exporta. “Isto contribuiu para o *boom* da economia mundial e para que o padrão de inserção externa dos países latino-americanos - a partir de 2002 - apresentasse resultados menos negativos do que nos anos 1990” (BARBOSA, 2011, p. 275).

Os investimentos em IED chineses na América Latina também demonstraram a estratégia de busca de recursos na região, visto que 86% do IED enviado entre os anos 1990-2010 foram direcionados para os setores de energia e recursos naturais (MEDEIROS & CINTRA, 2015). Por conseguinte, o forte fluxo de investimentos chineses para o exterior vem respondendo a duas lógicas: i) garantir o suprimento de alimentos e matérias-primas, como é

⁴⁸ O explosivo volume em unidades monetárias das exportações visto no gráfico N°:4, logicamente não é só resultado do aumento da demanda no período analisado, seria a conjugação também do aumento dos preços ocorrido no mesmo lapso de tempo, como mostra o gráfico N°3.

o caso de seu afluxo direcionado para países em desenvolvimento; e ii) viabilizar oportunidades de negócios para as grandes empresas da China, como produtora de bens de consumo duráveis, tecnologia de comunicação e informação, concentrados de modo geral em países industrializados, buscando acesso a mercados e ambientes propícios para o desenvolvimento de centros de pesquisa e inovação tecnológica (PIRES & SANTILLÁN, 2014).

No tocante a mensuração do crescimento das relações comerciais entre América Latina e China, só na primeira década dos anos 2000, o valor do comércio de bens entre as duas economias se multiplicou por vinte e dois, crescendo a uma taxa média de 27% a.a. Em termos comparativos, no mesmo período, o valor do comércio da região com o mundo só se multiplicou por três, crescendo a uma taxa média anual de 9% (CEPAL, 2015a).

Medeiros & Cintra (2015) fazem uma análise do crescimento da China nas exportações e importações latino-americanas⁴⁹ entre os anos 2002 e 2011 (quadro 1). A partir desses dados pode-se ver que em 2002, o total exportado pelos países da América Latina direcionado para a China, subiu de 2,1 % para 9,8%. Já quanto às importações, em 2002 apenas 4,3% de tudo que era importado pelos países analisados era proveniente da China, em 2011 esse número cresceu para 16,4%. Sem dúvida a presença da China na América Latina aumentou de forma substancial em todos os países analisados. Em alguns casos a participação chinesa cresceu mais de 300% entre os anos 2002 e 2011.

Quadro 1 - Participação da China nas exportações e importações nos Países Latino-Americanos, 2002 e 2011. (Em percentual)

	Exportações 2002 (%)	Exportações 2011 (%)	Variação (%)	Importações 2002 (%)	Importações 2011 (%)	Variação (%)
Argentina	4,2	7,4	76	3,7	15,7	328
Bolívia	0,6	3,7	517	5,1	11,2	122
Brasil	4,2	17,3	312	3,3	14,5	341
Chile	7,0	22,8	226	7,2	16,9	137
Colômbia	0,2	3,5	1650	4,2	15	256
Costa Rica	3,7	37,6	916	1,8	8,4	376
Equador	0,3	2,6	767	3,4	13,7	301
México	0,4	1,7	325	3,7	14,9	300
Panamá	0,3	0,3	0	41,9	66,8	59
Paraguai	0,8	0,6		12,7	29,6	133

⁴⁹ Os autores usaram como referência treze países latino-americanos.

Peru	9,5	15,3	61	6,2	16,7	171
Uruguai	5,6	4,3		3,8	11,9	209
Venezuela	0,6	12,8	2033	2,8	17,9	529
Total	2,1	9,8	367	4,3	16,4	281

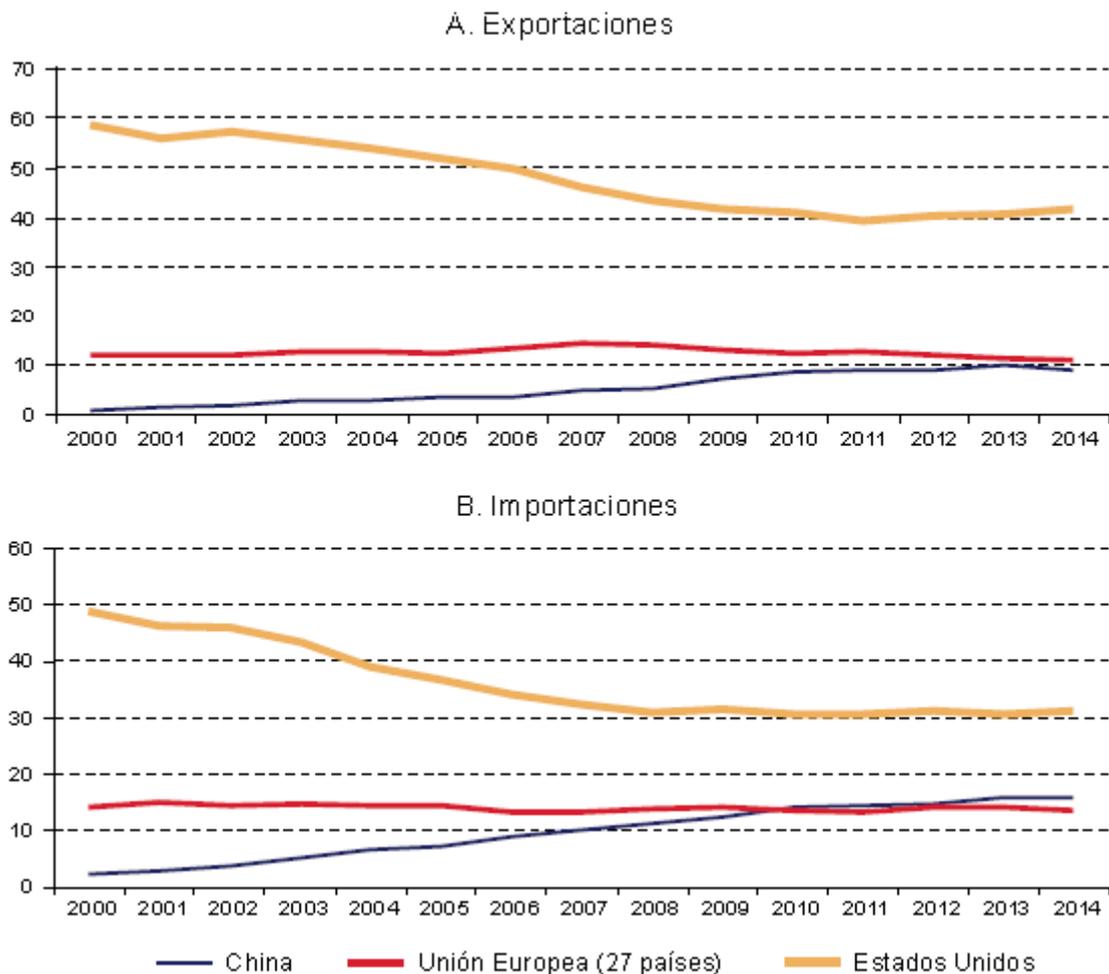
Fonte: Medeiros & Cintra, 2015.

Os dados da CEPAL, na figura 1, também ilustram o vertiginoso crescimento das relações comerciais entre América Latina e a China. Pode-se observar que entre 2000 e 2014, a participação da China nas exportações regionais passou de 1% para 9% - em 2013 alcançou 10% -, enquanto sua participação nas importações passou de pouco mais de 2% para 16%, chega-se por sua vez, em termos percentuais, a valores similares aos de Medeiros & Cintra para os anos 2002-2011. Nota-se da mesma forma, a forte ascensão chinesa como parceira comercial, principalmente no tocante às importações. De modo que a China, até o momento, é o terceiro principal destino das exportações regionais latino-americanas, logo atrás da União Europeia e dos Estados Unidos. Por outro lado, desde 2010 a China despontou como a segunda principal origem das importações latino-americanas, ultrapassando a participação da União Europeia no comércio regional, ficando atrás somente dos Estados Unidos (CEPAL, 2015a). De maneira otimista, Barbosa considera que,

Do ponto de vista da região, a substituição dos Estados Unidos e da União Europeia pela China como fornecedora de produtos industriais não parece ser um problema em si. Além do fator preço, a China pode vir a se tornar um parceiro mais palatável nas negociações e geopolíticas. Não existe, por exemplo, uma imposição de acordos comerciais (BARBOSA, 2011, p. 284).

Entretanto, a China vem deslocando o comércio intrarregional nos segmentos mais intensos em tecnologia dentro da América Latina, afetando assim, os laços de complementação produtiva entre os países da região, pois a competição chinesa se dá principalmente nos setores industriais, tanto nos intensivos em trabalho quanto em capitais (BARBOSA, 2011). Outro fator negativo do estreitamento do comércio regional com a China seria o processo de intensificação da região na especialização produtiva em bens primários, esse fenômeno se daria pelo fato da demanda chinesa ser bem mais “faminta” por esse tipo de produto do que o resto do mundo. Se essa complementaridade se tornar estrutural, como tende a ser, a América Latina estará com sérios problemas.

Figura 1 - América Latina e Caribe: Participação dos países selecionados no comércio de bens, 2000- 2014. (Em percentual)



Fonte: CEPAL, 2015a.

4.1.1 A crise internacional de 2008 e a América Latina

A crise de 2008 foi um ponto de inflexão de grande importância ocorrido na primeira década do século XXI, que conta com o protagonismo do “gigante asiático”, tanto indiretamente quanto diretamente. Gomes (2012) defende que as razões da crise são múltiplas, e somente por meio de uma visão crítica do processo histórico, econômico e político, é que se consegue visualizar esse movimento.

A primeira razão seria a gradativa corrosão da hegemonia norte-americana, considerando que sua economia deixou de representar a locomotiva do mundo, perdendo importância econômica desde 1970 - como visto no segundo capítulo desse trabalho - abrindo espaço assim, para uma situação de crescimento multipolar da hegemonia mundial. Nesse aspecto, podemos frisar a ascensão chinesa, e a transformação da mesma na “fábrica no

mundo”. Outro elemento que proporcionou a corrosão da posição internacional dos Estados Unidos é a sua base de financiamento. A dívida pública norte-americana ultrapassa o PIB do país, além disso, se vê desequilíbrios no balanço de pagamento, alimentado pelos saldos comerciais negativos, derivado principalmente das importações vindas da China, conformando conseqüentemente, uma situação de vulnerabilidade.

A crise do *subprime*, conhecida como a crise de 2007/2008, foi uma depressão - se não foi, chegou muito perto disso - de origem essencialmente financeira, originada pelo excesso de liquidez no *Wall Street*, liquidez essa oriunda de aplicações chinesas em títulos do tesouro americano, deixando os bancos privados altamente líquidos, resultando na expansão do crédito e na redução de qualquer critério de seleção e redução de risco. Grande parte desse recurso foi direcionada para o mercado imobiliário. *Subprime* é o nome dado às hipotecas de alto risco, envolvendo clientes que não comprovam rendimentos, nem emprego fixo, nem propriedades reais ou financeiras, ou seja, nenhuma garantia. A valorização dos imóveis, a expansão extraordinária do crédito e da especulação com títulos, resultou numa bolha que começou a estourar em 2008, mistura de uma oferta crescente da mercadoria imóvel e do gradual crescimento das taxas de juros.

As conseqüências do estouro dessa bolha foram: a) reversão do ciclo econômico, com queda dos preços dos imóveis e das vendas; b) a redução das atividades produtivas na construção civil, quebra de contratos, inadimplência; e c) falência dos bancos e financeiras. Foi justamente entre 2007 e 2008 que o desemprego nos EUA começou a se elevar, alcançando o nível histórico de 9% em média. O aumento do desemprego realçou as fissuras sociais norte-americanas, trazendo o aumento da pobreza e a crise generalizada. Esse movimento recessivo, ironicamente, foi atenuado paulatinamente, pela mão pesada do Estado, mediante um extraordinário movimento de liquidez nos mercados financeiros, redução da taxa básica de juros, aumento do gasto público e salvamento de várias instituições financeiras. Em contrapartida, os elevados déficits públicos aumentaram a dívida dos EUA a partir de 2008, ultrapassando seu PIB de US\$ 15 trilhões em 2011 (GOMES, 2012).

De imediato, a crise do *subprime* gestada nos Estados Unidos teve um forte impacto na região latino-americana. As taxas de crescimento em toda a região voltaram a cair em 2009, demonstrando as fragilidades do modelo de desenvolvimento de alguns países da região e sua permanente vulnerabilidade externa. Gomes (2012, p. 156) ressalta que “A América Latina voltou a apresentar resultados desfavoráveis (-1,8%) e a América do Sul praticamente

não cresceu naquele ano. Brasil, Paraguai e Chile foram os mais afetados”. Contudo, a partir de 2010, as taxas de crescimento da América Latina começaram a apresentar resultados favoráveis. Segundo Gomes (2012, p. 156) no plano interno,

Boa parte deles, graças ao consenso político de que a melhor saída para enfrentar a crise econômica internacional no centro do capitalismo seria continuar expandindo políticas públicas e produtivas como o combate à pobreza, diminuição da miséria, expansão do emprego, crescimento da renda e ampliação do raio de ação do Estado.

Gomes (2012) baseia sua argumentação observando as médias de crescimento no período compreendido entre 2004-2011. O autor destaca que com exceção de 2009, as médias de crescimento do PIB per capita foram de 3,2% para a América Latina e Caribe e 4,4% para a região sul-americana. No plano externo, as transformações econômicas encabeçadas pelo “efeito china” implicaram efeitos positivos para muitas economias da região. Pinto (2013, p. 28) ressalta que, “o expressivo superávit do balanço de pagamentos entre 2000 e 2010 (US\$ 432,2 bilhões, no acumulado) possibilitou aos governos da região acumular reservas (que passaram de US\$ 162,7, em 2000, para US\$ 651,4 em 2010)”. O fortalecimento da capacidade fiscal da região iniciado na primeira década do século XXI, proporcionou, nos países latino-americanos, a adoção de políticas fiscais expansionistas massivas centradas em maiores investimentos públicos em infraestrutura e em maiores gastos em políticas sociais de transferências de renda, que viabilizou altas taxas de crescimento do PIB vinculada à redução da desigualdade de renda e da pobreza extrema (PINTO, 2013).

Ao analisar de modo geral os indicadores socioeconômicos da região, Gomes conclui que a economia latino-americana, especialmente a sul-americana, cresceu e seguiu um caminho distinto das demais economias afetadas pela crise de 2008 – Estados Unidos e Europa. Pois no que se refere ao crescimento econômico, a geração de empregos, aumento da renda e atenuação das desigualdades sociais e a expansão dos gastos públicos na área social, se conformava um quadro de prosperidade que permitia a América Latina retomar o desempenho dos anos precedentes à crise.

4.1.2 O ciclo pós 2011 e a crise atual

Porém, o fôlego tomado após 2009 durou pouco tempo, de acordo com a CEPAL (2015b), o efeito recessivo desencadeado em 2008 ainda não tinha se dissipado da economia mundial, muito pelo contrário, agora no transcorrer do período atual - período subsequente ao ano 2011 – é que a América Latina está sentindo os efeitos “perversos” da crise. Como

evidência desse fato, as exportações da América Latina e do Caribe diminuíram pelo terceiro ano consecutivo a partir de 2012 - em 2015 seu valor sofreu uma contração de 14% (CEPAL, 2015b).

Para encontrar uma situação similar devemos retroceder 83 anos, até a Grande Depressão, quando o valor exportado sofreu uma queda anual média de 23% entre 1931 e 1933. A queda dos preços da pauta exportadora regional em 2015 será provavelmente mais forte que a experimentada durante a última crise econômica mundial em 2009 e somente seria superada pelas registradas em 1931 e 1933. Dado que as perspectivas dos preços para 2016 são pouco auspiciosas, é alta a probabilidade de que as exportações da região se reduzam novamente (CEPAL, 2015b, p. 9).

Dessa forma, o viés recessivo que caracteriza o atual contexto da economia internacional serve de barreira para a recuperação do dinamismo exibido na primeira década deste século. De acordo com a CEPAL (2015b) a fraca recuperação mundial no período pós-crise resultou da combinação de variáveis reais e financeiras. Pois, neste período, houve um descompasso entre a economia real e as finanças internacionais. Os ativos financeiros externos cresceram numa proporção muito maior do que o produto interno bruto (PIB), a formação bruta de capital fixo e as exportações de bens e serviços, e esse hiato tendeu a crescer mesmo depois da crise. A dificuldade dos governos em reverter os efeitos recessivos - bolhas, especulação com moeda e produtos básicos, endividamento não bancário - se dá pelo poder de mobilidade de recursos e a da própria alavancagem dos mercados financeiros mundiais que operam de forma paralela e independente.

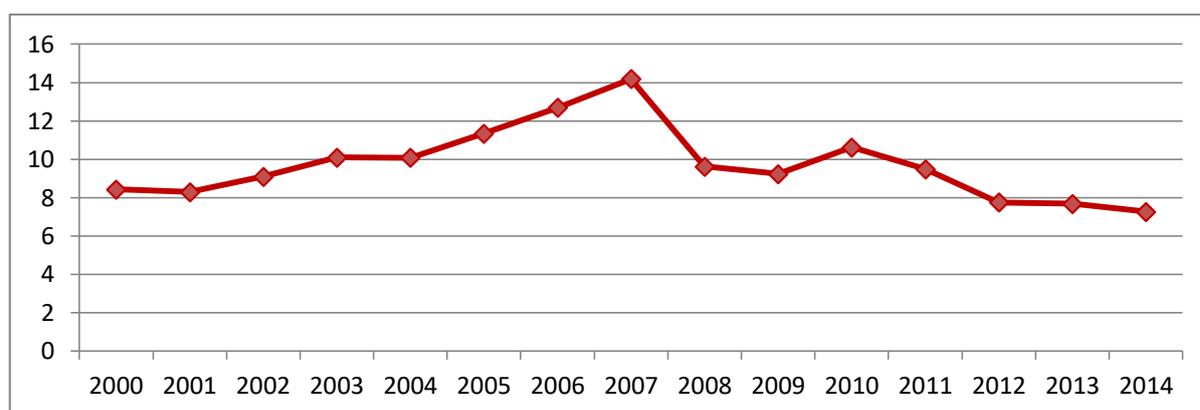
Contudo, mesmo sob esse empasse financeiro, as políticas macroeconômicas das principais economias do mundo atenuaram ou evitaram o aprofundamento da crise, entretanto, o limite para manter as políticas fiscais expansivas se chocou com o aumento da dívida pública ou com outros problemas políticos que resultavam do aumento excessivo do gasto público. O curso de ação predominante passou a ser uma política monetária expansiva, adotada primeiramente pelos Estados Unidos e Japão e, mais recentemente, pela União Europeia (CEPAL, 2015b).

Embora as taxas de juros nestas economias tenham se mantido em níveis muito baixos durante períodos prolongados, a inflação não aumentou e a demanda agregada não se reativou de maneira significativa, o que revela um padrão de excesso de liquidez e escassez de demanda efetiva (CEPAL, 2015b, p. 10).

Outro fator que influi na economia e no comércio mundial é o fato de que, desde 2011, as exportações dos países emergentes se desaceleraram ou mesmo caíram, apesar das

desvalorizações nas moedas de vários deles. Esta situação afeta principalmente os países especializados na exportação de produtos primários. As exportações chinesas também se desaceleraram, reflexo da redução da demanda de seus parceiros comerciais. Dessa forma, segundo a CEPAL (2015b, p. 10) “o modelo econômico seguido por esse país durante mais de três décadas mostra sinais de esgotamento e sua taxa de crescimento diminui desde 2012”, como pode ser visto no gráfico 5.

Gráfico 5 - China: Taxa de crescimento anual do PIB (%)



Fonte: Tabela 4.
Elaboração própria

Por outro lado, somada a queda do *quantum* exportado pelos países emergentes, se vê a persistente debilidade da demanda agregada da União Europeia, que também impacta fortemente no comércio mundial, já que esta concentra um terço do total das importações mundiais, fenômeno este que não poderia ter sido atenuado nem se houvesse uma compensação por parte das economias emergentes, como o Brasil, China e Índia, cuja participação em conjunto só chega a 14% das importações mundiais. Pode-se incluir como outro condicionante que influiu desfavoravelmente nos fluxos mundiais de comércio, a substituição progressiva de insumos importados pelas empresas exportadoras chinesas por outros de produção interna. A redução gradual do conteúdo importado presente em suas exportações, principalmente a de alto nível tecnológico, resultado de um longo processo de criação de capacidades e escalonamento nas cadeias globais de valor, que permitiram essa substituição.

Por conseguinte, a demanda mundial deprimida se traduziu em importantes quedas de preços dos produtos primários, “principalmente o petróleo, o carvão, o cobre, o ferro, o zinco, a prata, o milho, o algodão, o açúcar, o café e os produtos pesqueiros” (CEPAL, 2015b, p. 10). Este quadro recessivo afetou diretamente a região latino-americana devido a sua estrutura

exportadora formada quase que exclusivamente por esses bens, e pela deficiência na oferta de produtos com maior conteúdo tecnológico, cujos preços foram menos sensíveis a esses movimentos cíclicos. Então,

A queda do valor das exportações e a deterioração dos termos de troca são mais agudas nos países exportadores de petróleo e derivados, gás natural e metais, como é o caso das economias da América do Sul. Por outro lado, os países centro-americanos e do Caribe (exceto Trinidad e Tobago) melhoraram seus termos de troca, por serem importadores líquidos de combustíveis e alimentos. No México, os termos de troca sofrem uma deterioração menor que a do conjunto da região, porque, embora o país tenha sido afetado pela forte queda do preço do petróleo, a maioria de suas exportações consiste em produtos manufaturados (CEPAL, 2015b, p. 10).

O recuo do crescimento das exportações latino-americanas tem afetado todas as suas sub-regiões, o fraco desempenho a partir de 2012 afetou principalmente a América do Sul (tabela 6). Em 2014 se evidencia o terceiro ano consecutivo de declínio das exportações latino-americanas, mesmo com o México, América Central e o Caribe registrando variações positivas em todos os anos desde 2010. Este descompaso é devido, principalmente, a concentração da pauta exportadora da América do Sul em matérias-primas, assim, esta sub-região tem sido muito mais afetada pela menor demanda chinesa e pela queda dos preços de produtos primários no mercado mundial desde 2012 (CEPAL, 2015a).

Tabela 6 - América Latina e sub-regiões: variação anual do valor das exportações de bens para a China, 2010-2014. (Em percentual)

	2010	2011	2012	2013	2014
América do Sul	26,8	27,7	-1,1	-1,7	-6,2
México, América Central e Caribe	27,6	17,7	6,1	1,8	3,6
América Latina e Caribe	27,1	23,7	1,6	-0,3	-2,2

Fonte: CEPAL, 2015a.

A redução das exportações regionais para a China em 2014 foi generalizada nos países latino-americanos (quadro 2). Nesse mesmo ano, as exportações para a China registraram uma queda em 13 dos 16 países latino-americanos analisados (média de 9,2%), que juntos correspondem a 94% do total das exportações regionais enviadas à China. Sem dúvida, o menor dinamismo apresentado pela China desde 2012 repercutiu negativamente numa contração considerável na demanda por matérias-primas na região, lembrando que esse tipo de produto compõe a grande maioria da pauta exportadora latino-americana direcionada a esse país.

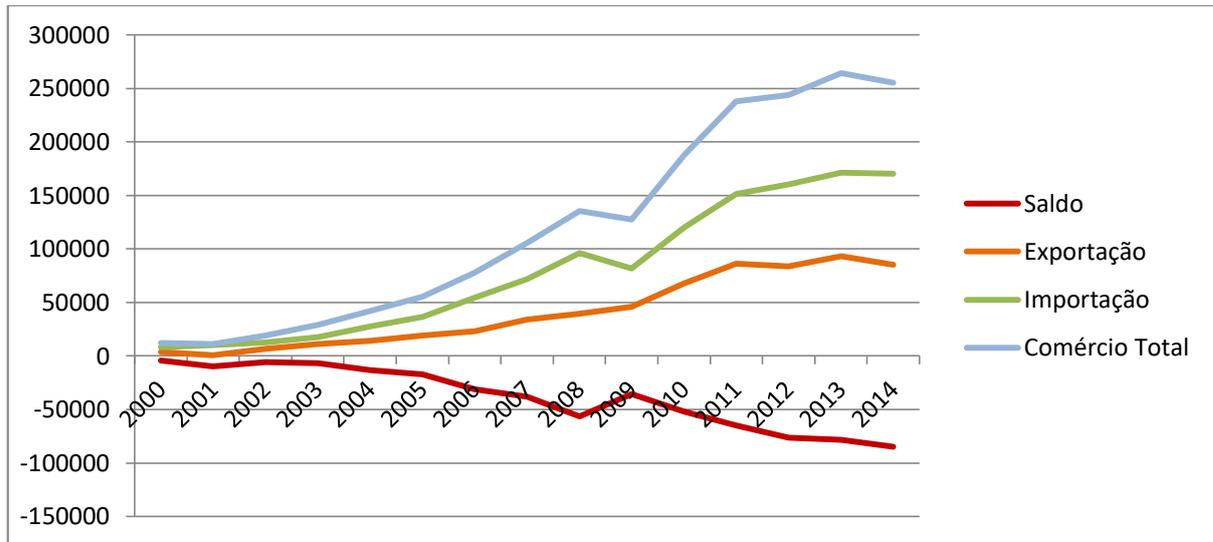
Quadro 2 - América Latina e Caribe (16 países): Exportações de bens para a China, 2012-2014.*(Em milhões de dólares e porcentagens)*

País	2012	2013	2014	Participação 2014 (%)	Varição 2013-2014 (%)
Argentina	5001	6407	4650	4,9	-27,4
Bolívia	316	320	434	0,5	35,6
Brasil	41228	46026	40616	42,6	-11,8
Chile	18098	19090	18438	19,4	-3,4
Colômbia	3343	5104	5617	5,9	10,1
Costa Rica	331	372	338	0,4	-9
Equador	392	569	502	0,5	-11,8
El Salvador	4	47	6	0	-87,7
Guatemala	35	167	43	0	-74,5
Honduras	114	134	71	0,1	-47,2
México	5721	6470	5979	6,3	-7,6
Panamá	34	51	69	0,1	35,3
Paraguai	42	57	48	0,1	-16
Peru	7849	7331	6968	7,3	-5
Uruguai	796	1290	1219	1,3	-5,5
Venezuela	14101	11587	10324	10,8	-10,9
Total	97403	105024	95323	100	-9,2

Fonte: CEPAL, 2015a.

Ao analisar de forma panorâmica o fluxo comercial latino-americano com a China (gráfico 6), observar-se que em 2014 o valor do comércio de bens entre as duas regiões se reduziu 3,4%, quando comparado ao ano anterior, registrando sua primeira queda desde 2009. O intercâmbio bilateral, que em 2013 chegou próximo de US\$ 265 bilhões (seu máximo histórico), em 2014 só alcançou US\$ 255 bilhões. Essa contração se explica principalmente pela forte redução vista no valor das exportações da região enviadas para a China (queda de 8,15%). Suas importações também sofreram uma contração, mas diferentemente das exportações, esta foi mais suave (0,8%).

Gráfico 6 - América Latina e Caribe: Comércio de bens com a China, 2000-2014. (Em US\$ milhões)



Fonte: World Bank, 2016. Disponível em: <http://wits.worldbank.org/CountryProfile/es/Country/LCN/Year/2014>.

É interessante notar que 2014 foi o primeiro ano em que as exportações latino-americanas direcionadas à China apresentaram uma queda durante todo o século XXI, e que estas, mesmo durante a crise econômica internacional, registraram um aumento nos anos compreendidos entre 2008-2013.

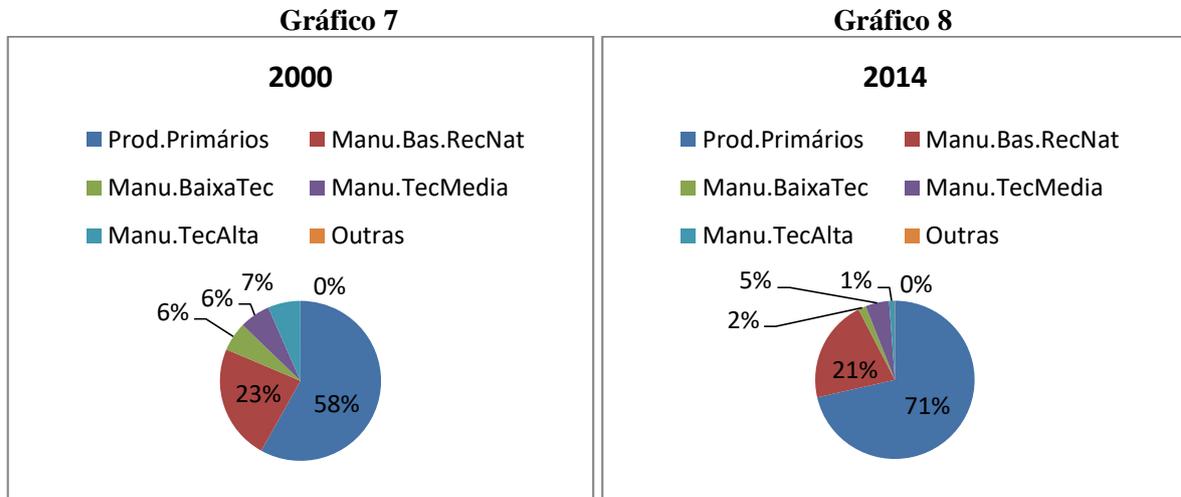
4.2 América Latina e China: Do padrão comercial a uma relação complexa

Do ponto de vista econômico, e com algumas poucas exceções, o vínculo se baseia no intercâmbio de bens manufaturados chineses por matérias-primas (petróleo, alimentos e minerais) provenientes de América Latina. Em outras palavras, se trata de um intercâmbio entre trabalho e renda do solo (Cornejo & Garcia, 2010, 79. *Traduzido do espanhol*).

Analisando os gráficos 7 e 8, observar-se que a relação comercial com a China tendeu a uma “reprimarização” da pauta exportadora latino-americana ao longo dos últimos anos, ou seja, o comércio latino-americano vem se especializando progressivamente na exportação de produtos primários e em contrapartida, tem se tornado cada vez mais dependente da importação de produtos tecnologicamente sofisticados (gráficos 9 e 10). No ano 2000, a participação das matérias-primas na pauta exportadora latino-americana direcionada à China correspondia a 58% do total, a de bens manufaturados baseados em recursos naturais, chegava a 23%. Assim, a participação dos dois correspondia a 81% do total das exportações. Nesse mesmo ano, as manufaturas de baixa, média e alta tecnologia, somadas chegavam próximo de 19%. Já em 2014, a participação das matérias-primas saltou para 71%, enquanto as manufaturas baseadas em recursos naturais se mantiveram na casa dos 21%, ou seja, os dois

grupos de produtos subiram para 92% da pauta exportadora, enquanto as manufaturas de baixa, média e alta tecnologia caíram para 8% do total exportado.

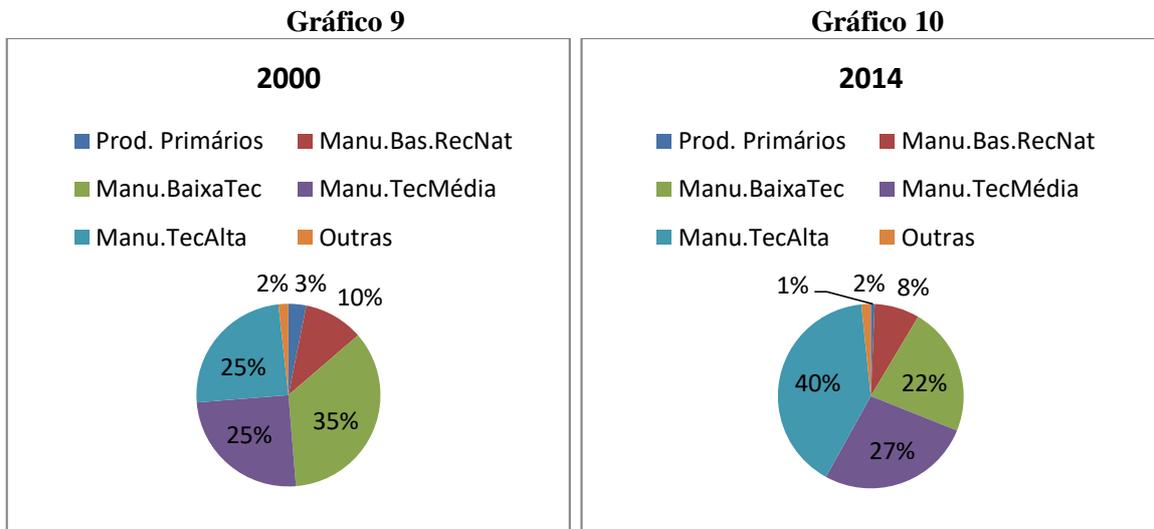
Gráficos 7 e 8 - América Latina: Exportação de produtos para a China agrupados de acordo com a intensidade tecnológica, 2000-2014.



Fonte: CEPAL, 2016. Disponível em: <http://www.cepal.org/comercio/ecdata2/index.html>
Elaboração própria.

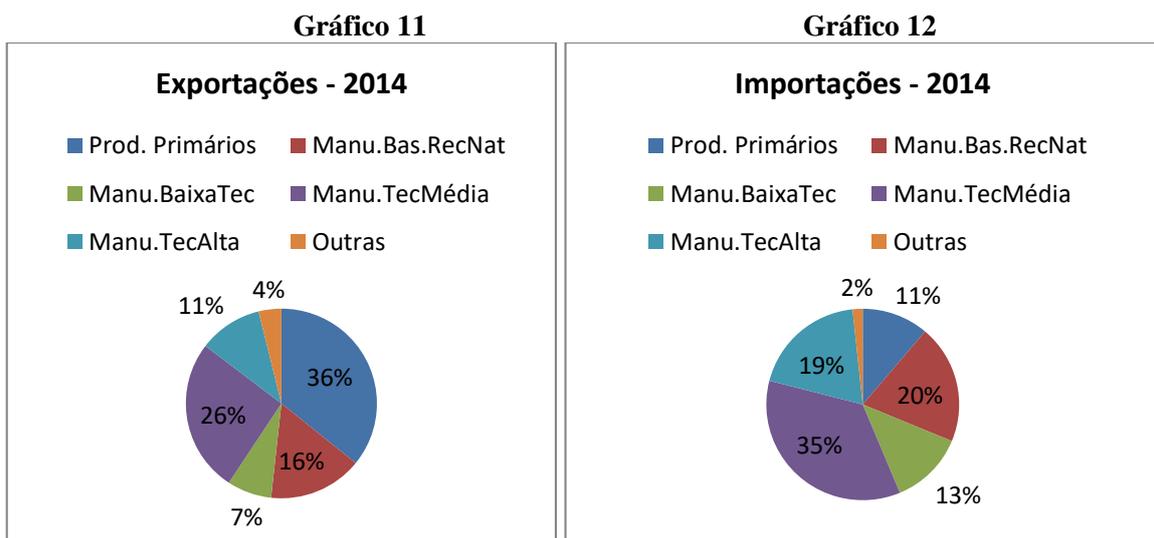
O cruzamento dos gráficos 8, 10, 11 e 12 mostra fenômenos interessantes. Nota-se que no ano 2014 a pauta exportadora da América Latina direcionada para a China mostrava-se menos intensa em tecnologia do que a sua exportação para o mundo – no tange ao percentual de produtos primários -, e que por outro lado as manufaturas de baixa, média e alta tecnologia representavam apenas 8% das exportações enviadas à China, contra 44% das enviadas ao mundo (gráficos 8 e 11). A situação oposta ocorreu no caso das importações: enquanto as manufaturas de baixa, média e alta tecnologia representaram em 2014 o percentual de 89% das importações regionais vindas da China, as mesmas representam 67% das importações oriundas do mundo (gráficos 10 e 12).

Gráficos 9 e 10 - América Latina: Importações de produtos da China agrupados de acordo com a intensidade tecnológica, 2000-2014.



Fonte: CEPAL, 2016. Disponível em: <http://www.cepal.org/comercio/ecdata2/index.html>
Elaboração própria

Gráficos 11 e 12 - América Latina: Estrutura do comércio de bens com o Mundo agrupados de acordo com a intensidade tecnológica, 2000-2014.



Fonte: CEPAL, 2016. Disponível em: <http://www.cepal.org/comercio/ecdata2/index.html>
Elaboração própria.

Dessa forma, pode-se afirmar então, que no tocando ao comércio bilateral, que a China tende a acentuar as tendências de extrema especialização produtiva das economias latino-americanas, ainda que alguns países possam obter vantagens expressivas, dependendo de sua estrutura industrial e pauta de exportação⁵⁰. Pode-se ousar em afirmar que as relações

⁵⁰ Aqueles países inseridos no boom de commodities.

comerciais contemporâneas que se perfilam entre América Latina e China são “caricatas” ao reproduzirem panoramicamente um padrão similar às antigas vantagens comparativas naturais ou artificiais defendidas por Ricardo no século XIX. Não seria incorreto também, comparar estas relações com as de centro-periferia, porém, neste caso singular, seria entre países em desenvolvimento. Reconhecendo obviamente, como bem coloca Barbosa (2011, p, 293), “que o conjunto da pauta comercial destes países se revela mais complexo de que no passado”.

A atual conjuntura revela que a América Latina e Caribe, em seu conjunto, não agregou suficiente valor às suas exportações, não houve incorporação de avanços tecnológicos que permitiram a diversificação da pauta exportadora, pelo contrário, o que se vê no ano de 2014 é uma especialização em poucos produtos agrícolas e minerais, que concentram relativamente baixo valor agregado diante de manufaturas intensas em tecnologia importadas da China. Esta situação revela um grande déficit da política industrial que é preciso sanar, já que o volume de recursos acumulados no período de alta dos preços das matérias-primas vista no *boom* das commodities, não foi canalizado para o setor industrial, conformando por sua vez, uma estrutura exportadora bastante suscetível às fases cíclicas da economia, como se vê no panorama descrito na seção 4.1.2 deste trabalho.

Todavia, mesmo que a China tenha contribuído para uma inserção latino-americana no comércio internacional, entre os anos 2000 e 2011, reduzindo conseqüentemente sua vulnerabilidade em termos externos com a entrada de capitais e recursos, deve-se atentar por outro lado, que a dinâmica bilateral entre as duas regiões tende a compor um quadro de interdependência assimétrica, onde o crescimento latino-americano pode impactar mais sobre a importação de produtos industriais chineses do que o oposto, já que a China importa da região basicamente commodities (BARBOSA, 2011)⁵¹. Barbosa explica que,

Se essa hipótese se comprovar, a bonança trazida pela China para alguns países da região pode se transformar em um fator de vulnerabilidade, a menos que as políticas econômicas e de desenvolvimento se adéquem ao novo contexto. Jenkis, Peters e Moreira (2008) também trabalham com esta hipótese, na medida em que o potencial exportador chinês é enorme, ao passo que a importação de commodities por parte da China, ainda que se mantenha elevada, não deve seguir crescendo no mesmo ritmo que no passado recente (BARBOSA, 2011, p. 279).

⁵¹ Barbosa (2011) nota que o boom de commodities fez com que as exportações latino-americanas apresentassem um crescimento explosivo entre 2000 e 2005, de 45% a.a., que declinou para 18% entre 2005 e 2008. Porém, justamente nesse mesmo período são as exportações chinesas que se destacam por um forte dinamismo, de 37% a.a. contra um incremento de 31% entre os anos 2000 e 2005.

4.2.1 O perfil de uma relação complexa

O panorama do comercial latino-americano, realizado em sua maioria até aqui, foi considerado a nível regional, entretanto sabe-se que a América Latina, geralmente como toda região subdesenvolvida, é estruturalmente heterogênea. E essa característica torna a relação com a China mais complexa do que parece. Sendo assim, pondo um pouco de lado as generalidades, podemos fazer uma análise mais próxima das relações entre América Latina e China ao proceder à análise considerando alguns países selecionados, pois dependendo das características desses países ou sub-regiões - de suas reservas de recursos naturais, do seu tamanho, de seus parceiros/vizinhos comerciais, do estágio tecnológico - os efeitos chineses sobre o comércio podem mostrar características diferentes, e estas diferenças são importantes para esboçar o perfil comercial da região com a China.

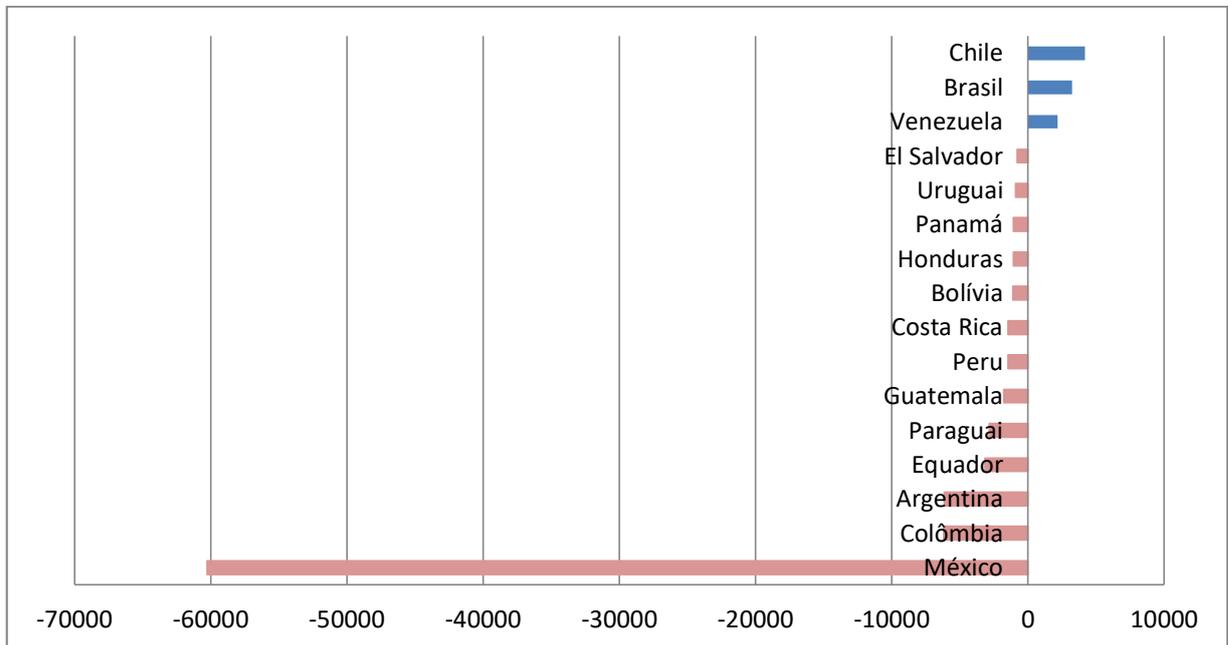
Segundo o gráfico 13, a maioria dos países da América Latina e Caribe possuem déficits comerciais com a China, com exceção do Chile, Brasil⁵² e Venezuela. Nesses três casos, os superávits foram gerados graças às exportações de um número reduzido de produtos primários. No outro extremo se localiza o México, com um déficit que ultrapassou os US\$ 60 bilhões em 2014, valor que equivale a aproximadamente 77% de todo o déficit comercial que a região tem com a China. Ele reflete o fato de que enquanto menos de 2% das exportações mexicanas no ano analisado foram para a China, um total de 17% de suas importações, nesse mesmo ano vieram do país asiático (CEPAL, 2015a).

O México e vários países da América Central possuem um perfil semelhante, ambos são exportadores de produtos industriais e possuem tratados de livre comércio (TCLs) com os Estados Unidos. Embora a magnitude do comércio seja consideravelmente menor, o abundante déficit existente nos países centroamericanos é uma característica comum. Com a exceção da Costa Rica, no resto das nações centroamericanas as assimetrias comerciais frente à China são impressionantes. Para cada dólar exportado à China, a Guatemala recebe US\$ 38,5 em importações; na Nicarágua a proporção é de 1/38; em El Salvador é de 1/28,5; em Honduras chega a 1/12; e no Panamá a proporção é de 1/4 (LÉON-MANRIQUEZ, 2006). Contudo, no México ocorre a relação mais desequilibrada da região. O comércio bilateral com a China se mostra extraordinariamente deficitário para o México. O país, além de ser prejudicado pela “loteria de commodities”, não dispõe de uma ampla capacidade exportadora

⁵² Segundo os dados da CEPAL (2016), o Brasil teve uma queda considerável no seu saldo comercial entre os anos 2013 e 2014, nesse ínterim, houve uma variação negativa de mais de 60%, passando de US\$ 8.724 milhões de dólares em 2013 para US\$ 3.276 milhões em 2014.

de matérias-primas (exceto petróleo), pois sua estrutura produtiva é toda voltada para o mercado estadunidense, exatamente naqueles segmentos em que a China se mostra mais competitiva (BARBOSA, 2011; CORNEJO & GARCIA, 2010).

Gráfico 13 - Saldo comercial de países selecionados da América Latina com a China, 2014. (Em US\$ milhões)



Fonte: Cepal, 2015a.

Cumprir frisar, que a existência de um déficit comercial não deve ser encarada como um problema em si. Entretanto, “tende a sê-lo se o padrão de comércio vigente e a dinâmica econômica das duas regiões – a China se movendo no sentido de maior complexidade industrial e a região se conformando num quadro de extrema especialização produtiva – transformem esta tendência em estrutural” (BARBOSA, 2011, p. 281).

Como visto na seção 4.1, o comércio recente entre China e América Latina mostra um crescimento rápido. Ao longo de uma década, a China se tornou um dos principais parceiros comerciais da América Latina. Porém, uma grande porcentagem de suas exportações (92,5%) e importações (77,3%)⁵³ concentra-se atualmente em sete países: Brasil, Chile, Venezuela, México, Peru, Colômbia e Argentina (tabela 7). E que por sua vez, a pauta exportadora desses países com a China – excetuando o México - é bastante concentrada em sua maioria absoluta em poucos produtos de origem primária.

⁵³ De acordo com a CEPAL, 2016. Disponível em: <http://www.cepal.org/comercio/ecdata2/index.html>

Assim, ao considerar os impactos da expansão chinesa sobre a estrutura produtiva e especialização exportadora, observa-se a formação de dois padrões de comércio no continente latino-americano: um típico da América do Sul, baseado na complementaridade entre as exportações de produtos primários – especialmente concentrados em minério de ferro, petróleo, cobre e soja (tabela 8) – e importação diversificada de bens industriais (gráfico 10); e outro, no caso em que as importações chinesas geram concorrência em terceiros mercados ou chegam a deslocar os produtores locais, nesse caso, cria-se por sua vez, um impacto competitivo. Um exemplo é caso do México com a China, onde a montagem de produtos eletrônicos concorre diretamente no mercado americano – em que a rivalidade tanto nos mercados domésticos quanto em terceiros mercados se afirmou para os países da América do Sul dependendo do seu nível de industrialização. Dessa forma, o estreitamento das relações comerciais com a China pode originar impactos de caráter complementar ou competitivo, podendo até, dependendo da estrutura produtiva do país ou sub-região, haver a conjugação de ambos impactos (BEKERMAN et al, 2013; MEDEIROS & CINTRA, 2015;).

Tabela 7 - América Latina: Participação dos principais países exportadores da região no total das exportações de bens para a China, 2014. (Em percentual)

Países	%	Acum. %
Brasil	41,13	41,13
Chile	16,72	57,86
Venezuela	9,01	66,87
México	8,90	75,77
Peru	6,50	82,27
Colômbia	6,05	88,32
Argentina	4,18	92,50

Fonte: CEPAL, 2016. Disponível em: <http://www.cepal.org/comercio/ecdata2/index.html>
Elaboração própria.

Tabela 8 - Países selecionados: Participação dos três principais produtos nas exportações para a China, 2014. (Em percentual)

	Participação (%)	Primeiro	Segundo	Terceiro
Argentina	78	Grãos de soja	Óleo de soja	Petróleo bruto
Brasil	78	Grãos de soja	Minério de ferro	Petróleo bruto
Chile	83	Ligas de cobre	Minério de cobre	Polpa de madeira química
Colômbia	96	Petróleo Bruto	Ligas de ferro	Metais não ferrosos
México	54	Automóveis	Minério de cobre	Acessórios para veículos
Peru	72	Minério de cobre	Ligas de cobre	Farinha e pós: carne e peixe
Venezuela	94	Minério de ferro	Aglom. minério de ferro	

Fonte: CEPAL, 2016. Disponível em: <http://www.cepal.org/comercio/ecdata2/index.html>
Elaboração própria.

O Brasil é o maior sócio comercial da China na América Latina atualmente, responsável por 41% do total das exportações regionais. O país detém importantes jazidas de ferro e petróleo, como também possui grandes plantações de soja⁵⁴. Em 2009 a China se tornou o principal sócio comercial do Brasil no comércio internacional, superando o comércio com a União Europeia (UE). Em 2009, as exportações enviadas à China chegaram a US\$ 20, 2 bilhões, já as importações vindas da China totalizaram US\$ 15, 9 bilhões – as exportações brasileiras com a UE foram de US\$ 15, 7 bilhões e suas importações de US\$ 20, 1 bilhões (CORNEJO & GARCIA, 2010). A crítica que surge da emergência chinesa no comércio com o Brasil, parte daquilo que é exportado para a China e para a União Europeia, a pauta exportadora voltada para a UE é composta basicamente por manufaturas, já as exportações direcionadas para a China tem um perfil diferente, concentrado em matérias-primas. Por outro lado, o nível de diversificação produtiva brasileira faz com que o país sofra uma forte pressão competitiva naqueles setores de maior valor agregado, engendrando a concorrência nos mercados norte-americanos e em vários mercados latino-americanos. Com relação à China e sua concorrência dentro da própria região latino-americana, Barbosa salienta que,

[...] a China ocasiona um desvio do comércio intraMercosul, comprometendo as possibilidades de complementação produtiva. O Brasil parece sofrer mais por ser deslocado pela China em alguns segmentos no mercado dos Estados Unidos e também pela maior complexidade da indústria brasileira (BARBOSA, 2011, p. 287).

Os casos da Argentina e do Brasil se assemelham ao do Chile e Peru, no sentido de que são favorecidos pela demanda chinesa de commodities. O comércio argentino com a China é quase que totalmente baseado na demanda chinesa por soja, ou seja, o país tem uma baixa diversidade produtiva no seu comércio internacional com a China. Observa-se que o grão de soja tem uma predominância de 68,1% na sua pauta exportadora, o óleo de soja de 7,1% - totalizando de 75% da pauta - e o petróleo entra com uma participação de 2,9%. Segundo Cornejo & Garcia (2010), a debilidade das instituições argentinas agravadas por suas crises internas, tem prejudicado o fomento da indústria com um maior valor agregado. Por outro lado, semelhante ao Brasil, a Argentina também tem enfrentado a forte concorrência das manufaturas chinesas.

A relação chilena com a China é a que pode ser considerada a mais ajustada em termos de equilíbrio comercial, pois o Chile é o principal produtor e consumidor de cobre do mundo

⁵⁴ Da pauta exportadora brasileira, a soja tem uma participação de 41%, o minério de ferro 29% e o petróleo bruto de 8,55%.

(CORNEJO & GARCIA, 2010). O país sul-americano, diferente da atual realidade argentina, conta com instituições sólidas que estão proporcionando à canalização de maneira relativamente adequada do capital que ingressa em sua economia pela comercialização do cobre, cujo principal cliente é a China. Entretanto, ainda há uma carência de políticas de grande porte para fomentar a indústria nacional. Dada às dimensões reduzidas de seu mercado interno, o Chile depende das exportações para sustentar seu crescimento, ao mesmo tempo que depende das importações de recursos energéticos indispensáveis nesse processo, como o petróleo, por exemplo. Um dos elementos que poderia atrapalhar a relação entre o Chile e a China é deterioração vista na indústria têxtil chilena, como resultado da pressão competitiva dos produtos oriundos da China no mercado local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais questões a serem analisadas na relação contemporânea da América Latina com a China é tentar identificar suas vantagens e desvantagens. O presente estudo mostrou de diferentes formas os impactos do pujante crescimento chinês sobre a economia latino-americana. Podemos ver que sem dúvida, a China teve um protagonismo importante na inserção da América Latina no comércio internacional, dada a sua condição de demandante de matérias-primas, resultado do crescente nível de urbanização e industrialização pesada visto no país asiático. Porém, a questão que precisa ser discutida diante desses impactos, ao encarar a associação estratégica do comércio com a China, se concentra em tentar interpretar quais são os efeitos estruturais causados pelos impactos complementares e competitivos nas economias latino-americanas.

A visão otimista dessa relação, que se traduz no impacto complementar, interpreta a ascensão chinesa como uma oportunidade de consolidação de uma nova ordem internacional, menos centrada na dependência da hegemonia norte-americana, conformando um panorama no qual os países latino-americanos poderão se inserir com facilidade, dada a sua condição de produtores de matérias primas e commodities. Nesse entendimento, a China se torna uma grande parceira comercial, colocando a economia latino-americana numa posição estratégica diante do crescente nível do consumo chinês. A partir desse ângulo, a parceria entre as duas regiões pode ser vista como fundamentalmente virtuosa, tendo, portanto, um efeito positivo para ambas as economias.

Por outro lado, ao considerar os efeitos nocivos de uma relação interindustrial⁵⁵ por trás do impacto complementar, vem à tona o risco fatalista caracterizada por uma especialização em produtos primários. Essa especialização se traduz na descontinuidade e incipiência do tecido industrial recebedor das importações intensivas em progresso técnico, situação que gera uma possível desestruturação do sistema produtivo das economias da região, orientadas pelas demandas chinesas no mercado internacional, engendrando uma pauta com baixa diversificação produtiva e concentrada em alguns poucos produtos intensivos em recursos naturais. Somada também, a grande vulnerabilidade cíclica dos produtos primários no mercado internacional, devido a sua sensibilidade às contrações da demanda mundial ou chinesa, como a que se anuncia desde 2008 na conjuntura internacional. De modo que esse

⁵⁵ Formada basicamente pela exportação de produtos primários e importação de manufaturas.

quadro de especialização/vulnerabilidade traz desafios à região latino-americana pela falta de uma estratégia de desenvolvimento, que poderia ter sido traçada nos anos de boom das commodities.

Assim sendo, como bem defende a teoria da CEPAL, a estratégia de especialização em recursos naturais – como a evidenciada hoje na América Latina - se faz demasiadamente perigosa, aparecem riscos que envolvem a estabilidade macroeconômica, a geração de empregos e o investimento em capital humano. Por seu turno, o abandono do desenvolvimento industrial pode ser extremamente custoso para a América Latina em termos econômicos e sociais. Não se trata de criar um sistema de incentivos que vá de encontro às atividades intensivas em recursos naturais, mas sim, de reconhecer que o desenvolvimento de uma indústria competitiva dificilmente pode ser alcançado sem ajuda do Estado para remediar imperfeições de mercado, particularmente em um contexto no qual os concorrentes contam com esse tipo de amparo, como a China.

Por outro lado, ver-se também, que a pressão da concorrência chinesa vem deslocando o comércio inter-regional nos segmentos mais intensos em tecnologia dentro da América Latina, afetando assim, os laços de complementação produtiva entre os países da região, pois a competição chinesa se dá principalmente nos setores industriais, tanto nos intensivos em trabalho quanto em capitais. Essa competição se arraiga de forma prejudicial em terceiros mercados também, como nos casos mais visível do Brasil, México e de outros países da América Central, que são justamente aqueles que têm uma estrutura produtiva mais diversificada, que comercializam paralelamente com os mercados europeu e estadunidense. Visto que enquanto a América Latina passava a década de 1990 ocupada em desmontar o Estado intervencionista da era de substituição de importações, a China, na contramão desse processo, entrava no mercado mundial amparada num modelo de desenvolvimento de longo prazo, mesclando várias políticas econômicas, com o objetivo claro e único de promover a industrialização nacional via expansão das exportações.

Dessa forma, é *sine qua non* uma mudança qualitativa, com a ampliação e diversificação da pauta exportadora regional para outros setores produtivos, incentivando a promoção de políticas orientadas para a criação de novas capacidades produtivas, permitindo o desenvolvimento de novos setores, produtos e serviços. Acrescenta-se também, que parte importante dos dilemas impostos pela ascensão chinesa tende a ser agravada pela ausência de

definições acerca das prioridades dos países latino-americanos em termos de política industrial, inovação tecnológica e integração regional.

O avanço rumo a um espaço regional integrado e com regras comuns é indispensável para promover os encadeamentos produtivos, aumentar a complementaridade do comércio inter-regional e favorecer a diversificação produtiva e exportadora. Em consequência, é imperativo explorar áreas de convergência e de possíveis sinergias entre os mecanismos de integração. Dessa forma, apesar das dificuldades de implementar políticas industriais significativas em contextos de lento crescimento, o desenvolvimento de novos setores com capacidade exportadora é mais necessário que nunca. Em situações de crise como a atual, fortalecer as políticas industriais e tecnológicas para a diversificação, o aumento da produtividade e a incorporação de conhecimento na produção constituem não só um imperativo econômico, mas também um sustento fundamental do emprego e da estabilidade social. Sendo assim, a saída da recessiva conjuntura atual requer um renovado esforço para o fomento da industrialização, bem como da promoção à integração econômica regional.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. Tradução Beatriz Medina. Boitempo. São Paulo, 2008.
- BARBOSA, A. F. **China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho**. In: Ferreira Leão, R.; Pinto, E.C.; Acioly, L. *A China na Nova Configuração Global. Impactos políticos e econômicos*, IPEA, 2011.
- BASTOS, C; BRITTO, G. **Introdução**. In: AGARWALA, A; SINGH, S. **Economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Contraponto: Centro Celso Furtado, 2010.
- BEKERMAN, M. et al. **Transformações recentes da economia chinesa: impacto sobre suas relações comerciais com a América Latina**. IPEA. Revista tempo do mundo, 2013.
- BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Editora Record. Volume 1. Rio de Janeiro, São Paulo, 2000.
- _____. **Sesenta años de la CEPAL**. Textos seleccionados del decênio 1998-2008. Editora Siglo Veintiuno. Buenos Aires, 2010.
- CARCANHOLO, M. D.; SALUDJIAN, A. **Integração latino-americana, dependência da China e subimperialismo na América Latina**, 2012.
- CANO, W. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo. Editora UNESP, 2000.
- _____. **América Latina: do desenvolvimento ao neoliberalismo**. In: FIORI, J. L. (organizador). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Rio de Janeiro. Editora: Vozes, 2012.
- CEPAL. **América Latina y el Caribe y China. Hacia una nueva era de cooperación económica**. Santiago, Chile, 2015a.
- _____. **Panorama da Inserção Internacional da América Latina e Caribe**. Santiago, Chile, 2015b.
- CINTRA, M. R. V. P. **A presença da China na América Latina no século XXI – Suas estratégias e o impacto dessas relações para países e setores específicos**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- COMTRADE. International Trade Statistics Database <<http://comtrade.un.org/>> Disponível em: 10 de junho 2016.
- CORNEJO, R.; GARCÍA, A.N. China y América Latina: recursos, mercados y poder global. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 228, jul./agosto, 2010.
- CUNHA, A. M. **Crescimento e internacionalização da China: impactos potenciais na América Latina**. XII Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo, 2007.

DIAS, M.F. **Do estruturalismo da CEPAL à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico.** (Dissertação de mestrado) Universidade de São Paulo, 2012.

CHESNAIS, F. **A mundialização financeira: gênese, custo e apostas.** Tradução de Maria Roldão. Instituto Piaget. Lisboa, 1996.

_____. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração e consequência.** Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo, Boitempo, 2005.

FAJNZYLBBER, F. **Industrialização na América Latina: da “caixa preta” ao “conjunto vazio”.** *In: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.* Editora Record. Volume 2. Rio de Janeiro, São Paulo, 2000.

FURTADO, C. **Dialética do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.

_____. **A Nova Dependência (Dívida externa e Monetarismo).** 5 ed. Rio de Janeiro, 1983a.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 1967. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Economistas), 1983b.

_____. **O subdesenvolvimento revisitado.** *In: Economia e Sociedade.* Campinas, 1992.

_____. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2000.

_____. **Raízes do subdesenvolvimento,** Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2003.

_____. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos.** 4ª ed. São Paul: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro. 5 ed. Contraponto, 2009.

FIORI, J. L. **Sistema Mundial e América Latina: mudanças e perspectivas.** São Paulo, junho, 2006.

_____. (Organizador). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** Rio de Janeiro. Editora: Vozes, 2012.

_____. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo.** 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2014.

GERHARDT, T.; SILVEIRA, DENISE; **Métodos de Pesquisa.** 1ª Edição. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GOMES, F. G. **Capitalismo, crise sistêmica e desigualdades.** Vitória da Conquista – BA. Cadernos de Ciência Sociais Aplicadas, ano 10, Nº 15, jun/jun. P. 121- 179, 2013.

LÉON-MANRIQUEZ, J. L. China-América Latina: Uma relación económica diferenciada. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 203, mayo/jun., 2006.

MEDEIROS, C. A. Globalização e a inserção diferenciada da Ásia e América Latina. In: Tavares, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

_____. **A China como um Duplo Polo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática**. Revista de Economia Política, 2006.

_____. China: entre os Séculos XX e XXI. In: FIORI, J. L. (organizador). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Rio de Janeiro. Editora: Vozes, 2012.

MEDEIROS, C. A.; CINTRA, M. R. V. P. **Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos**. Revista de Economia Política, vol. 35, nº1, janeiro/março, 2015.

PINTO, ANÍBAL. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In: **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Editora Record. Volume 2. Rio de Janeiro, São Paulo, 2000.

PINTO, E. C. O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementariedades comerciais, produtivas e financeiras. In: Ferreira Leão, R.; Pinto, E.C.; Acioly, L. **A China na Nova Configuração Global. Impactos políticos e econômicos**, IPEA, 2011.

_____. **América Latina na primeira década do século XXI: “efeito China” e crescimento com inclusão**, Projeto Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas do Observatório NESP/UnB, 2013.

PINTO, E.; BALANCO, P. **Transformações do capitalismo contemporâneo e os impactos para a América Latina: retrospectivas, mudanças e perspectivas**. UFRJ. Textos para discussão, 2013.

PIRES, M.; SANTILLÁN, G. **Reflexões sobre a relação China e América Latina**. Anuário de Integração, 2014.

POCHMANN, M. Apresentação. **A China na Nova Configuração Global. Impactos políticos e econômicos**, IPEA, 2011.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**. In: **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Editora Record. Volume 1. Rio de Janeiro, São Paulo, 2000a.

_____. **Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico**. In: **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Editora Record. Volume 1. Rio de Janeiro, São Paulo, 2000b.

RODRIK, D. **What’s so special about China’s Export?** National Bureau of economic research. Cambridge, January, 2006.

RODRÍGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Tradução Maria Alzira Brum Lemos. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, T. **América Latina: democratização e ajuste estrutural**. Porto Alegre, julho, 1996.

SANTOS, U.; OLIVEIRA, F. **Três fases da teoria cepalina: uma análise de suas contribuições ao pensamento econômico latino-americano**. *Análise*, Porto Alegre, v. 19, p. 4 – 17, julho/dezembro, 2008.

SILVA, G. **A Teoria da Dependência: reflexões sobre uma teoria latino-americana**, 2004.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **(Des) Ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **A retomada da hegemonia norte-americana**. In: Tavares, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

_____. **Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil**. In: **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Editora Record. Volume 2. Rio de Janeiro, São Paulo, 2000.

WORDBANK. Word Bank Group <<http://www.worldbank.org/>> Disponível em: 20 de abril 2016.

UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas <<http://www.fem.unicamp.br/>> Disponível em: 07 de julho de 2016.